

Os motivos da revolta popular:
UM BALANÇO CRÍTICO
DO GOVERNO DO PT

Daniel Romero, Érika Andreassy e Nazareno Godeiro



ILAESE

Classe média, eu?

Atnágoras Lopes

Notícia Tupiniquim:

A classe média cresceu!
Passou de mil, um “poquim”
E mudaram o que era Eu
Como pode ser assim,
Se o que tenho não é meu?

É fato que ter uma “Led”,
E uns cartão de comprar,
Dar de presente um “Ai-Ped”
Pros “fii puder” navegar
Dá sensação que se perde
O lugar que você tá

Qualquer coisa que se passe
No rádio ou televisão
Diz que mudei de classe
Que eu vivo como um patrão
Mas vejam na minha face:
O espanto desse peão

Eu devo pra todo mundo
“Os cartão tudo estorado”
Meu nome segue Raimundo
Nada que compro é quitado
Não vivo nem um segundo
Sem eu tá sendo cobrado

E se me “dé” uma vontade
De repente, um supetão,
Pra almoçar de “alacarte”
Peixe, “munqueca” e pirão
Não tenho um tostão à parte
Pra eu pagar no balcão

Nem pra comprar um chinelo
Caso o meu arrebentar
Se não tiver um “Cielo”
Não vou ter como pagar
Como que sou classe média,
Se nem “média” eu vou tomar?

Quero sim esses acessos
Mereço, por trabalhar,
Mas não vem com esse processo
Tentando me enganar
Não preciso ter excesso,
Tão pouco pode faltar

É que por traz das “nutícia”
Dizendo que melhorou
Tem rico, feito milícia,
Esnobando o que roubou
E o governo enfeitiça
“Os pobre” que ele enganou

A classe trabalhadora
É a que eu sempre pertenci
Na fábrica ou na “lavora”
Lutando foi que aprendi:
- Pra ter vida duradora,
Livre e libertadora,
Patrão vai ter de sumir!

Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT

NAZARENO GODEIRO

(Organizador)

Autores:

Daniel Romero
Érika Andreassy
Nazareno Godeiro

Colaboradores:

Ana Pagu, Elder Sano “Folha”,
Hertz Dias e Marília Macedo



ILAESE

São Paulo
2014

O ILAESE – Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos – é um instituto de formação política e teórica a serviço dos movimentos sociais, cujo objetivo é auxiliar a nova geração de ativistas a se formar no campo do marxismo revolucionário como concepção de luta dos trabalhadores e da juventude. Queremos contribuir para que os sindicatos e as organizações sociais se convertam em avanços da transformação social.

Dados internacionais de catalogação elaborados na fonte por:

Iraci Borges – CRB-8 - 2263

Godeiro, Nazareno, org.

Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT Por Nazareno Godeiro, Daniel Romero e Érika Andreassy. São Paulo: ILAESE, 2014.

80 p. ilust.

Colaboradores: Ana Pagu, Hertz Dias, Elder Sano “Folha” e Marília Macedo

ISBN: 978-8566955-00-2

1. Governo – PT. 2. Partido dos Trabalhadores - governo. 3. Governo petista – balanço crítico. 5. ILAESE. I. Título. Romero, Daniel. II. Andreassy, Érika.

CDD: 320

Coordenação Nacional do Ilaese:

Antônio Fernandes Neto, Arthur

Gibson, Bernardo Lima, Cristiano

Monteiro, Daniel Kraucher,

Daniel Romero, Eric Gil Dantas, Érika

Andreassy, Fernando Antônio Soares

dos Santos (Nando Poeta), Fred Bruno

Tomaz, Guilherme Fonseca, José

Pereira Sobrinho, Juary Chagas,

Luci Praun e Nazareno Godeiro.

Endereço para contato:

Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 -

4º andar, Sé – São Paulo – SP -

CEP: 01015-000

E-mail: ilaese@ilaese.org.br

Site: www.ilaese.org.br

Design e infografia: Gustavo Sixel

O Ilaese disponibiliza qualquer parte deste texto para ser reproduzida, desde que citada a fonte.

NOTA DOS EDITORES

Este texto foi escrito no início de 2013, no aniversário de 10 anos do PT no poder. Portanto, o texto já está completando um ano de vida. Por circunstâncias alheias a nossa vontade, o texto não foi publicado em 2013. Vieram as manifestações de junho de 2013, que mudaram a situação política no País e, mesmo assim, o texto não envelheceu. Fizemos apenas pequenas mudanças de adaptação do calendário, incorporando as manifestações de junho.

Todo o texto se manteve igual e, na verdade, deixamos exatamente como foi redigido no ano passado, pois já prenunciava e explicava, a partir de muitos dados da realidade brasileira, a revolta popular que explodiria em seguida. Só por isso, se justificava a publicação deste texto que o fazemos, com atraso, em março de 2014.

Esperamos que o texto ajude para a compreensão da situação econômica e política brasileira e na luta para transformar o país, na ruptura com o capitalismo e o imperialismo.

INTRODUÇÃO	7	CAPÍTULO 7 - LUCROS	42
CAPÍTULO 1 - DÍVIDA PÚBLICA	12	“Empresários ganharam como nunca no meu governo” / Lucro dos bancos / Faturamento 500 maiores empresas / Distribuição faturamento: trabalhador x empresas / Custo Brasil / Produtividade indústria	
Mais endividado do que nunca / Evolução e comparação com PIB / Dívida por habitante / Pagamentos por governo / Média de pagamento por governante, por tempo / O que seria possível com o valor da dívida			
Financeirização da economia brasileira	14	CAPÍTULO 8 - PRIVATIZAÇÃO	45
Endividamento generalizado da população	15	“O modo petista de privatizar” / Privatização no Brasil (1990) / Privatizações com Lula e Dilma / Parcerias Público-Privadas / Leilão do Petróleo / Ferrovias e rodovias / Aeroportos / Previdência servidores	
CAPÍTULO 2 - DESIGUALDADE	16	CAPÍTULO 9 - OPRESSÃO	53
Uma das piores distribuições de renda do mundo / Distribuição funcional / População por rendimento domiciliar per capita / Pobres e precarizados / Demagogia e “nova classe média”		As contradições para as mulheres trabalhadoras / Renda mulheres x homens / Bolsa-Família / Rede Cegonha / Razão da mortalidade materna / Mortalidade cor/raça / Política de Creches / Programa Brasil Carinhoso	
Gastos sociais no Brasil / Orçamento 2012	21	Violência contra a mulher / Taxa de homicídios de mulheres / Homicídios por cor / Rede de enfrentamento / Evolução DEAMs / Orçamento para políticas de combate à violência	58
CAPÍTULO 3 - TRABALHO	24	O PT e a “inclusão marginal” de negros e negras / A violência contra a juventude negra / Estatuto da Igualdade Racial / Política de Cotas / Diferença salarial entre negros e brancos	63
“Pleno emprego” ou precarização da mão-de-obra? / Taxa desemprego / Emprego precário / Composição ocupações por vínculo / Taxa de rotatividade (setores)		Governos do PT e LGBTs: 10 anos de jogo duplo / “Brasil sem homofobia” e a Conferência LGBT / Em nome da governabilidade	65
CAPÍTULO 4 - RENDA	29	CAPÍTULO 10 - CONCLUSÃO	68
O governo petista garante um salário mínimo digno? / Evolução do salário mínimo, desde 1940 e salário mínimo DIEESE / Salário Mínimo real / Rendimento médio Regiões Metropolitanas / Sálarios mínimos por tamanho da empresa / Rotatividade por renda		Para quem governou o PT? / Financiamento da campanha eleitoral de Dilma Rousseff	
CAPÍTULO 5 - CAMPO	32	CAPÍTULO 11 - PROGRAMA	70
Governo do PT se uniu ao agronegócio e abandonou a reforma agrária / Famílias assentadas (1995-2012)		Um programa dos trabalhadores em ruptura com o imperialismo para desenvolver o Brasil / Suspensão do pagamento da dívida / Estatização das multinacionais, do sistema financeiro e do agronegócio / Reforma agrária / Elevação do salário mínimo	
CAPÍTULO 6 - DEPENDÊNCIA	36		
O Brasil é um país mais soberano ou mais dependente? / Investimento Estrangeiro e remessas / Produtos básicos X manufaturados / Investimentos, ajudas e remessas setor automobilístico / Controle estrangeiro			
“Ele é o cara”	41		

O Brasil, de fato, mudou?

Nestes 10 anos, os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país.

NAZARENO GODEIRO

Em 2012, completamos 10 anos de governo petista no Brasil. A cartilha comemorativa do PT afirma que o governo inverteu as prioridades do neoliberalismo e fez duas transformações no Brasil:

1. O Brasil está entre as seis maiores economias do mundo, com crescimento sustentável, liderando um projeto de desenvolvimento mundial;
2. Tal desenvolvimento teve como mola propulsora a distribuição de renda, com pleno emprego e pobreza diminuta, em vias de acabar;

É verdade que teve crescimento econômico nos últimos 10 anos, mas não houve uma repartição igualitária do bolo. Os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve nenhuma mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país.

Produzimos muita riqueza: apenas os trabalhadores de seis países produziram mais riqueza que os trabalhadores brasileiros. Porém, na distribuição desta riqueza, estamos na rabeira: 84 países estão na frente do Brasil.

Essa disparidade foi a motivação de fundo que originou as manifestações de massas da juventude brasileira, expressando a insatisfação geral de toda a população.

Toda a propaganda oficial de que estamos prestes a acabar com a pobreza e criar um país de classe média foi por água abaixo. Existem dois "Brasis": o Brasil dos ricos, classe composta por menos de 1% da população, que vivem como reis, e o Brasil dos trabalhadores, que produzem muito e ganham pouco, em

trabalhos precarizados e informais.

Somos favoráveis a toda assistência social que possa minimizar o sofrimento dos mais pobres. Para milhões de brasileiros, pode significar um prato de comida para seus filhos. Porém, opinamos que a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais e a reforma agrária garantiriam emprego para milhões de usuários (as) do Programa Bolsa Família, tornando-o desnecessário.

Também acreditamos que a chegada de um operário, pobre e migrante nordestino, no poder revela a força da classe trabalhadora brasileira. A esquerda marxista defende um governo dos trabalhadores, especialmente dos setores mais explorados e oprimidos pelo capitalismo, como migrantes nordestinos, negros e mulheres.

Não acreditamos, porém, que se possa mudar o Brasil de braços dados com os ricos, com os países imperialistas, com as multinacionais e o capital internacional.

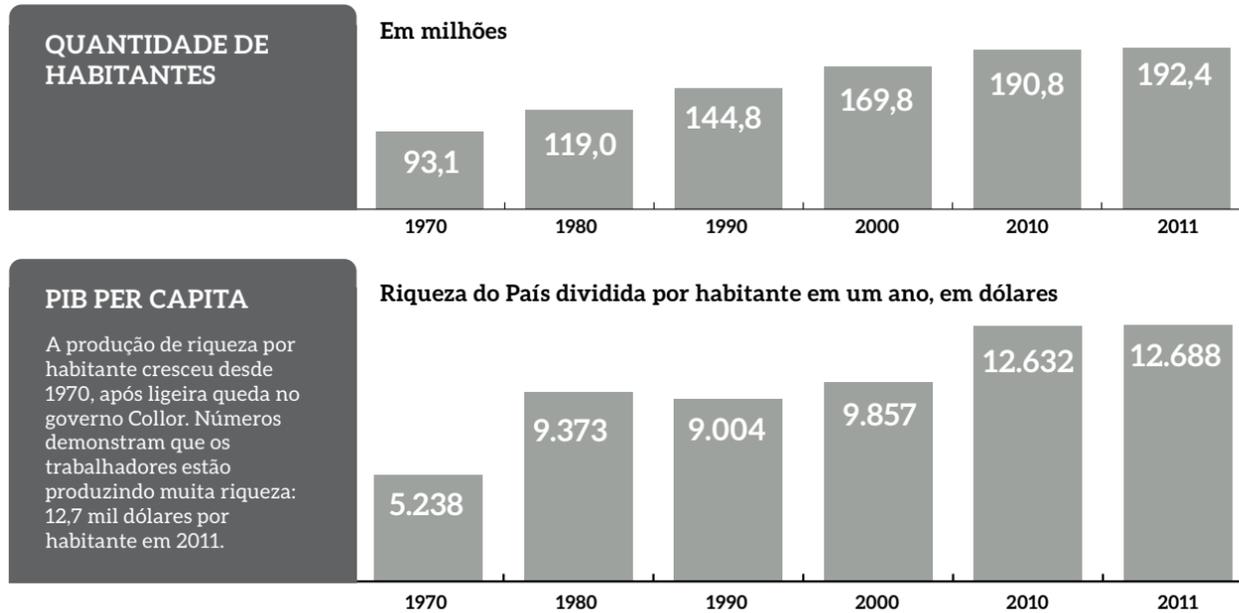
Lula falou que era "barato e fácil cuidar dos pobres": estendeu o alcance da Bolsa Família, ampliou o crédito e aumentou o salário mínimo. Isto, somado com um forte crescimento econômico mundial entre 2002 e 2008, deu uma sensação de desenvolvimento econômico e inclusão social.

Esta sensação de bem-estar está se evaporando aos primeiros sinais de que a crise econômica internacional está se aproximando do Brasil.

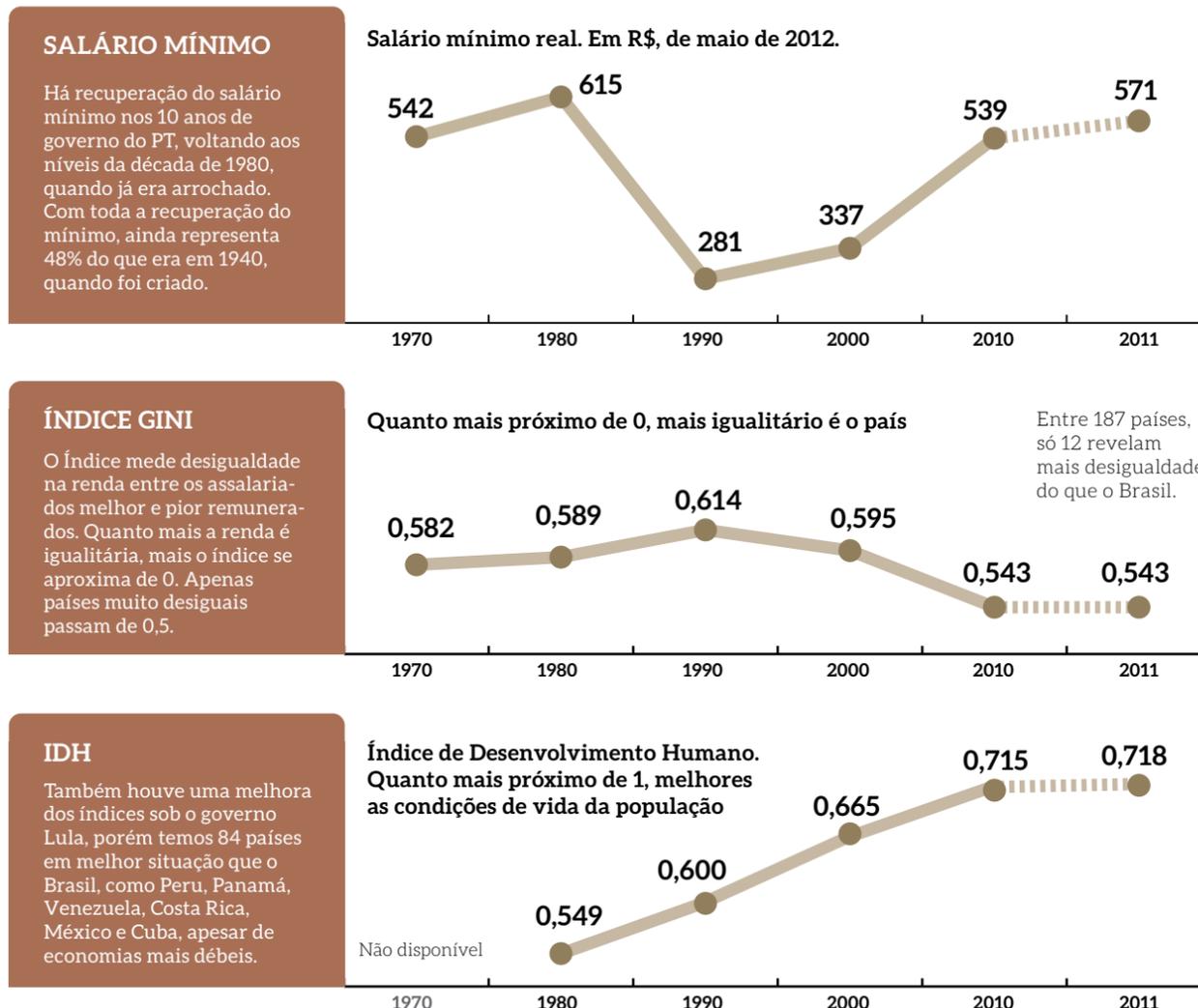
Ao optar para governar em harmonia com os ricos, teve que entregar muito mais para eles, impedindo uma verdadeira distribuição de renda no país.

Vejam, na página seguinte, dados econômicos em perspectiva histórica de 40 anos.

Em 40 anos, população e riqueza mais do que dobraram



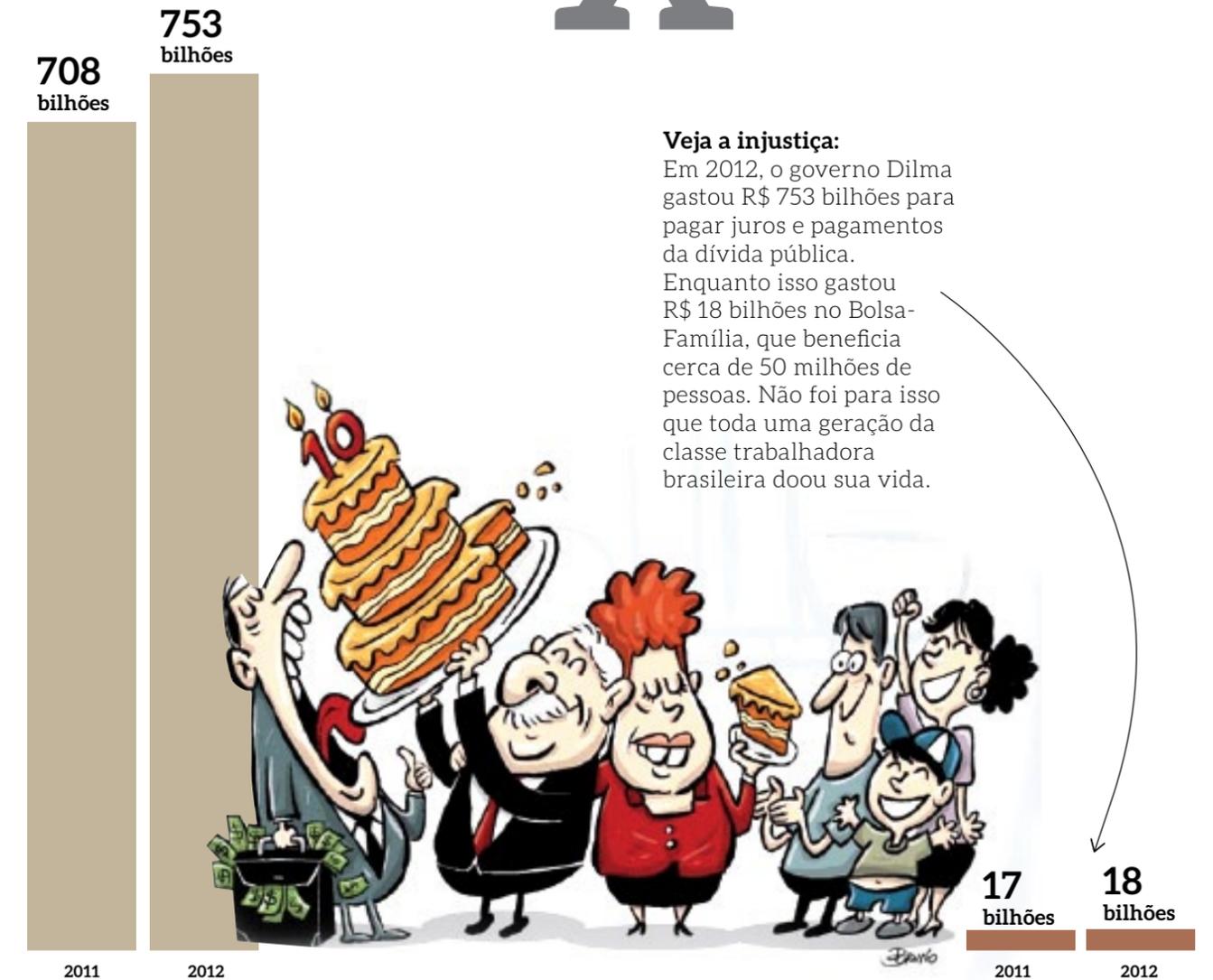
Mas o País continua um dos mais desiguais do mundo



Fonte: Anuário Estatístico 2012 - Sinopse 2012 - Ministério das Minas e Energia baseado em dados do IBGE, Banco Mundial e ONU.

Orçamento: A prova dos nove

Um termômetro para saber quais interesses são atendidos pelo governo é a distribuição dos gastos do Orçamento público federal. Os gastos do governo petista não deixam dúvidas.



Alcance do pagamento da dívida

10-15 mil famílias⁽¹⁾ vs 50 mil pessoas, no máximo

Alcance do programa Bolsa-família

13,9 milhões de famílias vs 50 milhões de pessoas, aproximadamente

Fonte: Governo Federal sobre PBF (<http://www.portaltransparencia.gov.br>) e Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração: ILAESE.

(1) ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Novos Estudos, n.º 91, 2011, p. 17.

“Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT”

O programa de luta de uma geração

Entre 1978 e 1990, uma geração inteira conquistou o país: milhões de grevistas, ocupações de latifúndio, mobilizações por terra, trabalho e liberdade. Esse foi o alicerce que formou, duas das maiores organizações de trabalhadores do mundo: a CUT e o PT. Foi nessa força que Lula se apoiou para chegar ao poder. Não foi somente sua habilidade pessoal ou sua capacidade política individual que o permitiu chegar à Presidência. O PT se tornou um grande partido, lutando por reformas estruturais no Brasil, expresso em sete transformações:

1. Acabar com a especulação financeira em torno da dívida pública (externa e interna) que sugava toda a riqueza da nação, que ia para os cofres dos grandes bancos.
2. Reorientar este dinheiro para investimentos no setor produtivo e gerar um desenvolvimento sustentado da economia e da indústria.
3. Utilizar o dinheiro economizado do pagamento de juros da dívida para garantir educação, saúde e moradia, como reza a Constituição Federal de 1988.
4. Garantir uma reforma agrária, em ruptura com o latifúndio, para assentar o homem na terra, garantir a soberania alimentar do povo brasileiro e diminuir o êxodo rural, que formava bolsões de miséria nas favelas.
5. Garantir o salário mínimo que determinou a Constituição, que permitia o trabalhador ter alimentação adequada, casa, comida, saúde, educação, Previdência e lazer.
6. Garantir emprego de qualidade para todos, reduzindo a jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial.
7. Para isso, os ricos (grandes empresários, banqueiros e latifundiários) teriam que perder para que se ganhasse na outra ponta, distribuindo renda na forma de salário.



Discurso de Lula na campanha de 1989, durante debate da TV

Lula sintetizou assim os pontos do programa:

“ Você sabe qual é a dificuldade que estamos vivendo no Brasil hoje? É de cumprir isto aqui [Constituição Brasileira de 1988]. Veja que outro dia pensei em me transformar no homem do livrinho. Andar com a Constituição em baixo do braço e dizendo: estão me chamando de revolucionário e que eu quero luta armada, pois aqui está minha arma. Eu quero que seja cumprido o salário mínimo que está contido aqui. Eu quero que seja cumprida a seguridade social que está contida aqui. Eu quero que se pague aos aposentados o que está contido aqui. Eu quero que se pague aos pensionistas o que está contido aqui. Eu quero que haja o respeito à democracia que está contido aqui. (...) Eu quero uma sociedade aonde todos tenham casa, onde todos tenham o direito de ter uma boa escola, uma boa saúde. É por isso que eu defendo uma saúde na mão do Estado e não é que eu vou fechar as privadas não, aquelas que são da iniciativa privada, nós vamos enquanto Estado dar uma saúde de tal qualidade que o povo não vai precisar procurar a saúde paga. E nós já dissemos claramente que a reforma agrária está para nós assim como o oxigênio está para a humanidade. A suspensão do pagamento da dívida externa está para nós como uma questão política e não somente econômica e financeira. ”

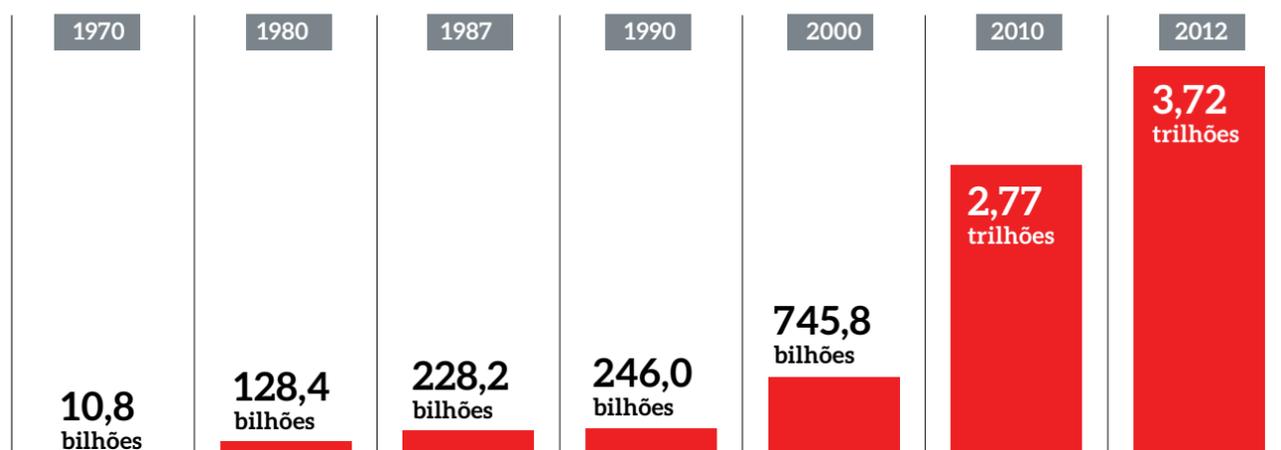
Um programa abandonado

Em todos estes pontos programáticos fundamentais, o governo do PT não levou seu programa à prática. Deixou de ser um partido de trabalhadores para ser mais um partido que defende a ordem capitalista. No meio do caminho

foi se adaptando às exigências dos ricos para alcançar e permanecer no poder. Nas páginas seguintes, iremos analisar, uma a uma, as reformas estruturais que o PT pretendia fazer no Brasil quando chegasse ao poder. Boa leitura.

Mais endividado do que nunca

Um dos principais pontos programáticos do PT na década de 1980 era acabar com a especulação financeira em torno da dívida pública. Observemos as palavras de Lula no horário eleitoral, na campanha de 1989: “Primeiro, suspensão do pagamento da dívida externa; segundo, acabar com a especulação financeira no País baixando as taxas de juros”. No entanto, chegando ao governo, Lula fez o oposto e, no final de 2012, com 10 anos de governo petista, a dívida pública (interna e externa) era a maior da história, com R\$ 3,72 trilhões.



Tamanho da dívida em comparação com o Produto Interno Bruto (PIB)

Em 1970, a dívida representava 11% de toda a riqueza produzida pelos brasileiros. Em 2012, atingiu 84%



Fonte: Banco Central e IBGE. Elaboração: ILAESE.

Quem não se lembra de Lula falando que o Brasil não tinha mais dívida externa? Pois em dezembro de 2012, conforme Tabela do Banco Central², a dívida externa alcançou a cifra de 441,7 bilhões de dólares, que correspondia a R\$ 902 bilhões.

A Auditoria Cidadã, cuja elaboração utilizamos no tocante à dívida pública, esclarece que: “a definição clássica de dívida interna já não pode ser aplicada à realidade atual, tendo em vista que grande parte da dívida interna é de fato externa, pois os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional têm sido adquiridos principalmente por bancos estrangeiros”.

Em dezembro de 2012, a dívida interna chegou a R\$ 2,823 trilhões, conforme Tabela do Banco Central³. Portanto, somando as dívidas, no final de 2012, chegou a R\$ 3,7 trilhões.

Notem que, entre 2000 e 2012, que engloba os 10 anos de governo petista, a dívida pública total (interna e externa) saiu de 60% para 84% do PIB!

O PT utiliza um artifício estatístico para dizer que a dívida está no patamar de 35% do PIB. Usa dados da dívida líquida, coisa que só se faz no Brasil. Internacionalmente se utiliza os valores da dívida bruta.

Quando FHC assumiu o governo, em 1995, cada

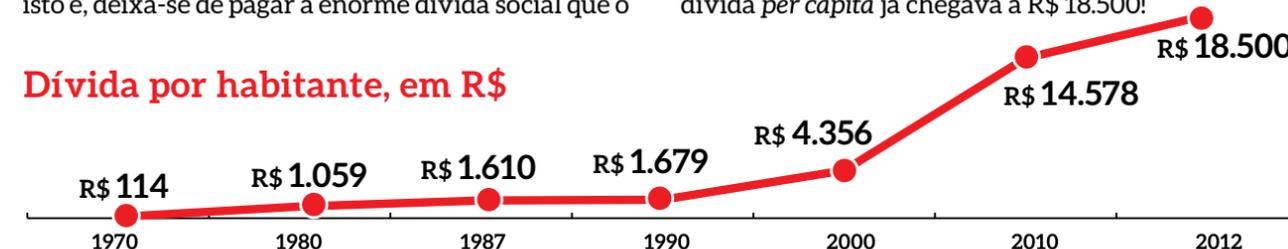
criança que nasceu já herdou uma dívida de cerca de R\$ 2 mil. Quando saiu, em 2002, cada brasileiro já devia cerca de R\$ 5 mil!

Cada centavo pago desta dívida é dinheiro retirado da educação, saúde, moradia, reforma agrária, isto é, deixa-se de pagar a enorme dívida social que o

país tem com a classe trabalhadora.

Com o PT no governo, esperava-se que esta sangria ia diminuir. Ledo engano. Quando Lula saiu do governo, em 2010, cada recém-nascido já devia quase R\$ 15 mil. Com Dilma, na metade do seu mandato, a dívida per capita já chegava a R\$ 18.500!

Dívida por habitante, em R\$



Fonte: Banco Central e IBGE. Elaboração: ILAESE.

Dívida já foi paga 45 vezes e não para de crescer

Se esta dívida fosse legítima, até poderia se argumentar a necessidade de honrar um compromisso, porém, esta dívida é ilegítima.

Entre 1994 e 2012, já pagamos R\$ 13,5 trilhões e a dívida não para de crescer. Assim, tanto FHC, quanto Lula e Dilma, pagaram religiosamente a “dívida”.

Esta aberração é resultado de um modelo capitalista que privilegia os banqueiros. Os juros mais altos do mundo servem para atrair o capital internacional, que pega grana barata no Primeiro Mundo e investe aqui na produção e na especulação financeira.

O Brasil está muito vulnerável ao depender deste

capital. A qualquer momento ele pode ir embora, provocando a quebra do Brasil.

Já tivemos, em junho de 2013, uma saída de R\$ 5 bilhões da Bolsa de Valores. Se persistir a fuga de capitais do Brasil, precipitará a crise econômica e trará recessão.



RESUMO

Em 1994, a dívida brasileira era de **R\$ 0,3 trilhão**

De 1994 até 2012, governos pagaram: **R\$ 13,5 trilhões**

Mesmo assim, a dívida pulou para: **R\$ 3,7 trilhões**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Banco Central e SIGA BRASIL - Senado Federal⁴ - Elaboração ILAESE

(4) Observações: A - Os valores dos pagamentos da dívida pública desde 1995 foram corrigidos pelo IGP-DI. B - O estoque da dívida pública de 1994, 2002, 2010 e 2012 inclui juros, amortizações e refinanciamento. C - Para ser incluída na dívida pública total, a dívida externa foi convertida para Real a taxa de câmbio de 21/03/2013, ou seja, de um dólar equivalente a R\$ 1,99.

Fonte do pagamento da dívida nos governos FHC e Lula: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Fonte do Estoque da Dívida Pública em 1994, 2002, 2010 e 2012: Banco Central (Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadros 35 e 51), Ministério da Fazenda. SIAFI. Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública /CODIV e Banco Central (Quadro 36 da Tabela em excel), disponível em < <http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI201204pfp.zip> >. Fonte do pagamento da dívida pública no governo Dilma: Sistema SIGA BRASIL - Senado Federal. O dado se refere ao pagamento da dívida federal, externa e interna. Elaboração: ILAESE a partir de sistematização dos dados por parte da Auditoria Cidadã da Dívida.

A Olimpíada da dívida

Quanto, em média, cada governante gastou com pagamento da dívida federal (externa e interna)

1º Fernando Henrique Cardoso 1995-2002	
Por ano	R\$ 762 bilhões
Por mês	R\$ 63,5 bilhões
Por dia	R\$ 2,11 bilhões
Por hora	R\$ 176 milhões
Por minuto	R\$ 2,93 milhões
Por segundo	R\$ 48 mil

2º Dilma Rousseff 2011-2012	
Por ano	R\$ 730 bilhões
Por mês	R\$ 60,8 bilhões
Por dia	R\$ 2 bilhões
Por hora	R\$ 166 milhões
Por minuto	R\$ 2,76 milhões
Por segundo	R\$ 46 mil

3º Luís Inácio Lula da Silva 2003-2010	
Por ano	R\$ 712 bilhões
Por mês	R\$ 59,3 bilhões
Por dia	R\$ 1,97 bilhão
Por hora	R\$ 164 milhões
Por minuto	R\$ 2,73 milhões
Por segundo	R\$ 45 mil

Fontes: pagamento da dívida nos governos FHC e Lula: SIAFI - STN/CONT/GEINC. Pagamento da dívida pública no governo Dilma: Sistema SIGA BRASIL - Senado Federal. Elaboração: ILAESE.

O que é possível fazer com o dinheiro da dívida?

O governo está gastando em um mês com pagamento de juros da dívida o que gasta em um ano com a Saúde.

Considerando que temos uma taxa de desemprego de 10,4% no Brasil em fevereiro de 2013, segundo o DIEESE, e uma força de trabalho por volta de 100 milhões de trabalhadores, temos, portanto, cerca de 10 milhões de desempregados no país. Com o dinheiro que se paga aos banqueiros poderia se empregar todos os desempregados do Brasil pagando R\$ 5.000,00 por mês. Poderia se entregar, também, R\$ 5.057,00 por mês para cada uma das 13,9 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família. Ou pagar o salário mínimo do DIEESE (R\$ 2.329,35 em valores de 2011) para todos os 39 milhões de trabalhadores brasileiros que ganham até 1 salário mínimo.

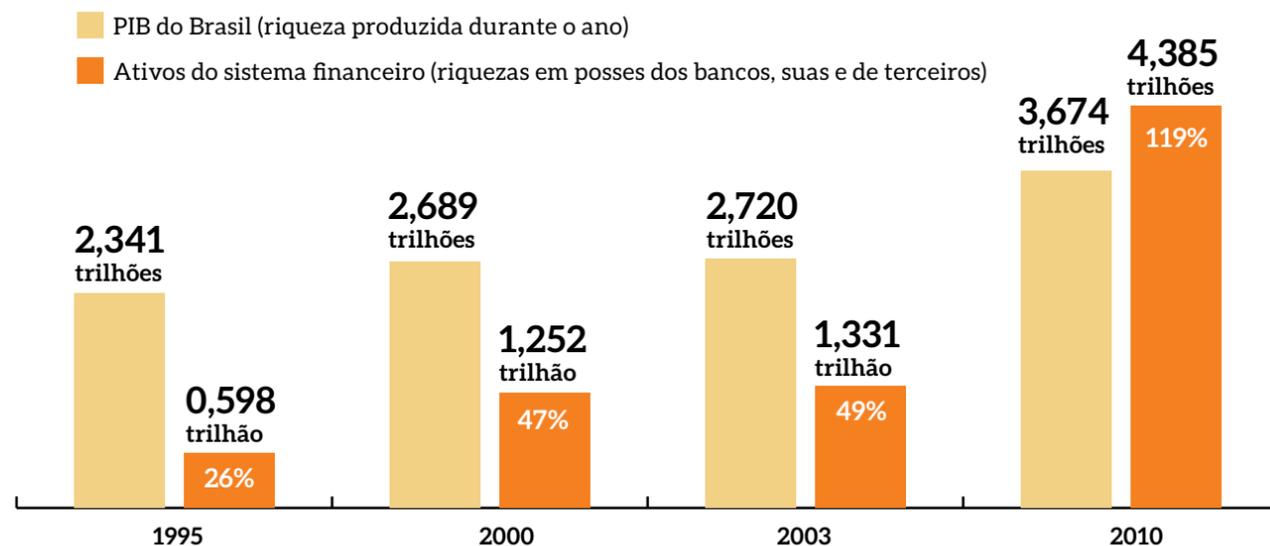
A financeirização da economia brasileira: banqueiros fazem a festa

O neoliberalismo produziu uma mudança na economia brasileira: os ativos totais (todas as riquezas de posse dos banqueiros, suas e de terceiros) tiveram um crescimento espetacular, provocando uma financeirização da economia brasileira. O patrimônio dos bancos cresceu a uma média anual de 40%, nos mandatos de FHC e de Lula, enquanto o PIB cresceu somente 3,5% ao ano. O hiato entre o crescimento da produção de riqueza do Brasil e o crescimento da riqueza dos bancos é de mais de 10 vezes.

Nota-se que o salto maior se deu sob o governo Lula. Justo no meio da crise, onde uma das saídas do governo foi incentivar o endividamento da população, a riqueza em poder dos bancos ultrapassou a produção de riqueza da sociedade (PIB):

Riqueza do Brasil x riqueza nas mãos dos bancos

Participação dos Ativos dos Bancos no PIB nos governos de FHC e de Lula, em R\$



Fonte: PIB IBGE - Ativos dos Bancos - Banco Central (BC) - elaboração ILAESE

O governo Dilma continua se apoiando no endividamento generalizado da população: em 2012, o PIB cresceu 0,9% enquanto o crédito à população cresceu 16%!

Esta febre de consumo via endividamento generalizado é um sintoma que está se formando uma bolha de crédito que vai desmoronar, como ocorreu nos Estados Unidos em 2008.

É impossível prever quando a crise desembarcará no Brasil e por qual meio. O problema sequer se resume em saber a data exata. O problema fundamental é que perdemos a soberania sobre a economia do Brasil e estamos à mercê das decisões estratégicas de outros países ricos, que, com certeza, vão

nos prejudicar.

Quanto mais tempo permitirmos que o Sistema Financeiro e especuladores parasitem nosso corpo econômico, maior será a profundidade da crise e maiores as dificuldades para sair dela.

BIS alerta para descompasso entre crédito e PIB no Brasil

O Banco Central dos bancos centrais do mundo, o BIS⁵, em seu relatório anual de 2012, alertou sobre o descompasso entre o alto crescimento do crédito e a baixa expansão da economia real: "Isso cria riscos de desequilíbrios financeiros similares aos vistos nas economias avançadas nos anos que precederam a crise".

Endividamento generalizado da população: bomba relógio já acionada

A pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de abril de 2013 indica que temos 118 milhões de brasileiros endividados, sendo que 37 milhões estão com contas atrasadas. Destes, 12 milhões não podem pagar suas dívidas.

Em 2012, segundo Reinaldo Gonçalves, tivemos 8,5 milhões de pessoas inadimplentes, que deixaram de pagar R\$ 33,8 bilhões. A isto se soma um valor de R\$ 41,2 bilhões em dívidas não pagas por parte de pessoas jurídicas. Ainda são índices de inadimplência "baixos", mas a bomba-relógio já foi acionada.

O mecanismo de endividamento é usado como uma arma política pelo governo petista. Através do

crédito generalizado (combinado com longo período de crescimento econômico) gera uma sensação de que a vida está melhorando e as pessoas podem comprar bens e serviços.

Estamos, porém, pagando um alto pedágio aos banqueiros por possuir um dos juros mais altos do mundo. A tão propalada queda dos juros foi tímida, restrita aos bancos estatais e já retomou o crescimento. Os grandes bancos privados se burlaram da medida. A redução de juros ocorreu de abril a outubro de 2013. Daí em diante já se iniciou um ciclo de alta dos juros, desmentindo o governo, que não fala mais no assunto.

(5) Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements), com sede em Basileia, Suíça. < <http://www.bis.org> >

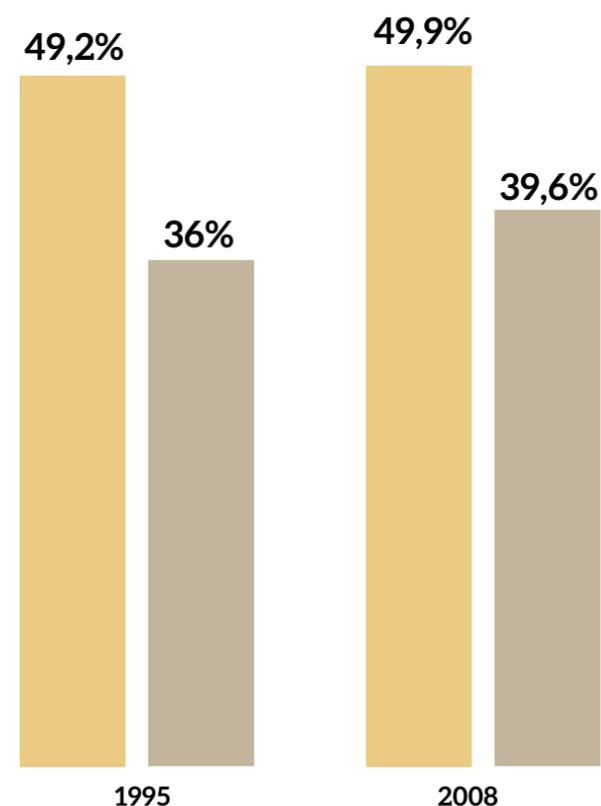
Uma das piores distribuições de renda do mundo

“Para o conjunto da classe trabalhadora começar a ganhar um pouco mais, é preciso que aqueles que ganharam muito durante os últimos 30 anos, deixem de ganhar o que estão ganhando para distribuir em forma de salário.” (Lula, em debate na TV, durante a campanha eleitoral de 1989).

Distribuição Funcional da Renda

Participação na remuneração total dos fatores

- Renda dos trabalhadores
- Renda dos empresários



Fonte: IBGE - elaboração de Estêvão Kopschitz Xavier Bastos - Publicações do IPEA texto para discussão 1702 - janeiro de 2012

Apesar de haver uma pequena melhora no rendimento do trabalho, a parte dos trabalhadores na renda nacional vem caindo desde 1970. A pequena recuperação que teve durante o governo Lula não retornou aos índices que tínhamos em 1990. O gráfico ao lado é ilustrativo da distribuição de renda entre trabalhadores e patrões durante os governos de FHC e Lula, entre 1995 e 2008.

A renda dos trabalhadores arrancou de 49,2% do total da renda nacional no primeiro governo de FHC e teve uma pequena melhora de 0,7% durante os governos petistas, mantendo praticamente inalterado a parte da renda nacional que cabe aos trabalhadores.

Por sua vez, a renda dos patrões arrancou de 36% no início do governo de FHC e chegou a 2008 em quase 40%, ganhando mais do que ganhavam em 1995, no auge do Plano Real.

É preciso salientar que esses 40% da renda nacional estão indo para um punhado de empresários (menos de 1% da população), enquanto a outra parte está indo para 99% da população (os trabalhadores e pessoas que trabalham por conta própria).

Assim se comprova que os empresários seguem ganhando muito no país e estão cada vez mais ricos.

Por que então há uma diferença entre estes dados da distribuição de renda com as informações do governo? O governo trabalha com o índice de “distribuição pessoal da renda”, que mede as mudanças no interior da classe trabalhadora, mostrando que houve uma melhora na base da pirâmide (de quem ganha até 1 salário mínimo) e uma piora nos setores melhor remunerados da classe trabalhadora.

Na última década, reduziu-se a distância de rendimentos entre o trabalhador informal e o operário especializado. Mas o fosso que separa os trabalhadores dos patrões não só permaneceu como aumentou: não houve redistribuição de renda, mas expansão.

O Brasil, infelizmente, continua pobre e injusto

A cartilha do PT, na página 6, afirma:

“O avanço da mobilidade social, fundada na geração de empregos formais e nas políticas públicas de proteção social torna a pobreza diminuta com cadente desigualdade na repartição da renda nacional jamais vista na História nacional.”

O governo também informa que retirou 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza e agora só restam 2 milhões em todo o país.

Nós não acreditamos nisto. A pobreza não acabou nem acabará sob o sistema capitalista. Este ufanismo petista se apoia em um artifício estatístico onde pobreza extrema é a família que recebe até R\$ 70 por pessoa ao mês e pobre é quem recebe mais de R\$ 70 até R\$ 140 ao mês.

Este é o critério do Banco Mundial: quem tem renda menor que US\$ 1,25 por dia é miserável e o que ganha até US\$ 2,50 por dia é pobre. Por isso,

para Otaviano Canuto, vice-presidente da Rede de Redução da Pobreza e Gerenciamento Econômico do Banco Mundial, “o Bolsa Família é bastante eficiente e tem um custo relativamente baixo (0,5% do PIB nacional)”⁶

O próprio Programa de Governo do PT em 1989, que trata da questão urbana (página 7) diz:

“Percentagem de famílias cuja renda por pessoa atinge 1/4 e 1/2 de salário mínimo e sua distribuição pelas regiões metropolitanas. Todas elas estão num nível de pobreza absoluta...”

Esquecendo a visão que tinha outrora, a linha demarcatória da pobreza que o PT usa hoje é rebaixada de propósito para inflar as conquistas do governo. A própria burguesia incentiva este ufanismo, pois fortalece sua dominação, reforçando a visão que o sistema capitalista pode distribuir renda de forma igualitária.

Gastos mensais de uma família com quatro pessoas

Em 2013, Fortaleza (CE) Vamos imaginar as contas na vida de uma família, que está no limite para sair da “pobreza”, segundo o governo, recebendo R\$ 140 por mês multiplicado por quatro pessoas. Vamos supor que a família more em Fortaleza no início de 2013, com renda de R\$ 560 ao mês, abaixo do salário mínimo, na época R\$ 678.

Alimentação	R\$ 774,96	Saúde	R\$ 26,15
Habitação	R\$ 231,99	Educação	R\$ 12,12
Vestuário	R\$ 40,61	Recreação	R\$ 11,01
Transporte	R\$ 79,85	Diversas	R\$ 111,52

TOTAL:
R\$ 1.288,21

Portanto, esta família teria que ter uma renda de dois salários mínimos para poder sobreviver e dispor de direitos sociais mínimos em educação, saúde, moradia, etc.



FONTE: Alimentação: DIEESE 06/02/2013; Demais itens: POF do IBGE de 2008, com valores atualizados pelo IPCA até 2013, para famílias mais pobres

No exemplo que vimos, seria necessário multiplicar a linha de pobreza oficial por dois para garantir uma **condição mínima** de sobrevivência.

Dizemos **mínima** porque apesar de se dizer que há uma inflação baixa no Brasil, os preços dos alimentos estão subindo. Por exemplo, em Fortaleza, o preço do feijão subiu 32%, a farinha 124%, a banana 53% e tomate 44%. Enquanto isso, o governo diminui os impostos da cesta básica cobrados aos empresários, que retribuem aumentando os preços.

Dizemos **mínimos** porque este critério de R\$ 70

por pessoa para sair da pobreza absoluta é indignante: em Fortaleza a passagem de ônibus custa R\$ 2,20. Se o vivente usar dois ônibus (para ir e voltar) gastaria R\$ 105,60 por mês. Não daria nem para o transporte.

Em todas as capitais monitoradas pelo DIEESE, esse valor não permite nem comprar 1/4 da cesta básica alimentar para um adulto. Em São Paulo ou em muitas outras capitais, o valor de R\$ 560,00 não cobre sequer o pagamento do aluguel de um modesto apartamento.

Distribuição da população por rendimento domiciliar per capita

A renda *per capita* (ou por cabeça, em latim) é calculada dividindo a soma dos rendimentos pelo total de membros da família.



Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: Ilaese

Critérios diferentes para a pobreza

Quanto é a renda per capita da pessoa e como é classificada

RENDA PER CAPITA	NA FÓRMULA DO GOVERNO	FÓRMULA ANTERIOR*
▶ Até R\$ 70	Extrema pobreza	Miserável
▶▶ Até R\$ 127,50 (1/4 salário mínimo)	Pobreza	Extrema pobreza
▶▶▶ Até R\$ 255 (1/2 salário mínimo)	Fora da pobreza	Pobreza

Total de pessoas na pobreza nos cálculos do governo

30 milhões

Quantas seriam se fosse usada a fórmula anterior

70 milhões

6 O DIEESE utilizou, em determinado momento, uma classificação por salários mínimos: Até 1 Salário Mínimo (miserável); De 1 a 2 Salários Mínimos (baixa, pobre); De 3 a 5 Salários Mínimos (média baixa); De 6 a 10 Salários Mínimos (média); De 11 a 19 Salários Mínimos (média alta); 20 ou mais Salários Mínimos (alta). http://pt.wikipedia.org/wiki/Classe_social

Para o governo, de acordo com o gráfico ao lado, nós teríamos 6,3% de extrema pobreza e 15,7% de pobreza, portanto, em "vias de acabar".

Se utilizarmos o critério que em algum momento utilizou o DIEESE⁶, baseado em salários mínimos, teríamos em 2010, 15,7% de pobreza extrema e 36,8% de pobreza. Os índices dobrariam, confirmando o exemplo da família de Fortaleza.

Não estamos falando nem do critério do salário mínimo garantir condições dignas de vida, de acordo com a Constituição de 1988, que estabelece que o mínimo deva ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e Previdência.

Segundo o DIEESE, em março de 2013, este salário deveria ser de R\$ 2.824,92, portanto, quatro vezes o salário-mínimo de então.

Em números absolutos, segundo o governo, teríamos, pelo Censo de 2010, 30 milhões de pobres, enquanto que, pelo critério anterior do DIEESE, seria 70 milhões, quase a metade no Nordeste.

A pobreza não pode ser um simples dado estatístico de quanto se recebe por dia. Ela deve ser entendida como "privação de capacidades básicas", portanto, considera o atraso educacional, acesso aos serviços de saúde, acesso ao transporte, situação da moradia; acesso a serviços básicos; acesso à alimentação e à seguridade social.

Por este critério tivemos em 2011, 62 milhões sem acesso a serviços básicos, 113 milhões com carências sociais e 58 milhões com carências de rendimentos. Estes números confirmam que a pobreza segue em todo o país, apesar da propaganda governamental.

Trabalhadores pobres e precarizados no Brasil real

Segundo Márcio Pochmann, esse segmento social que ganha até 1,5 salário mínimo, deve ser considerado *working poor* (trabalhador pobre).

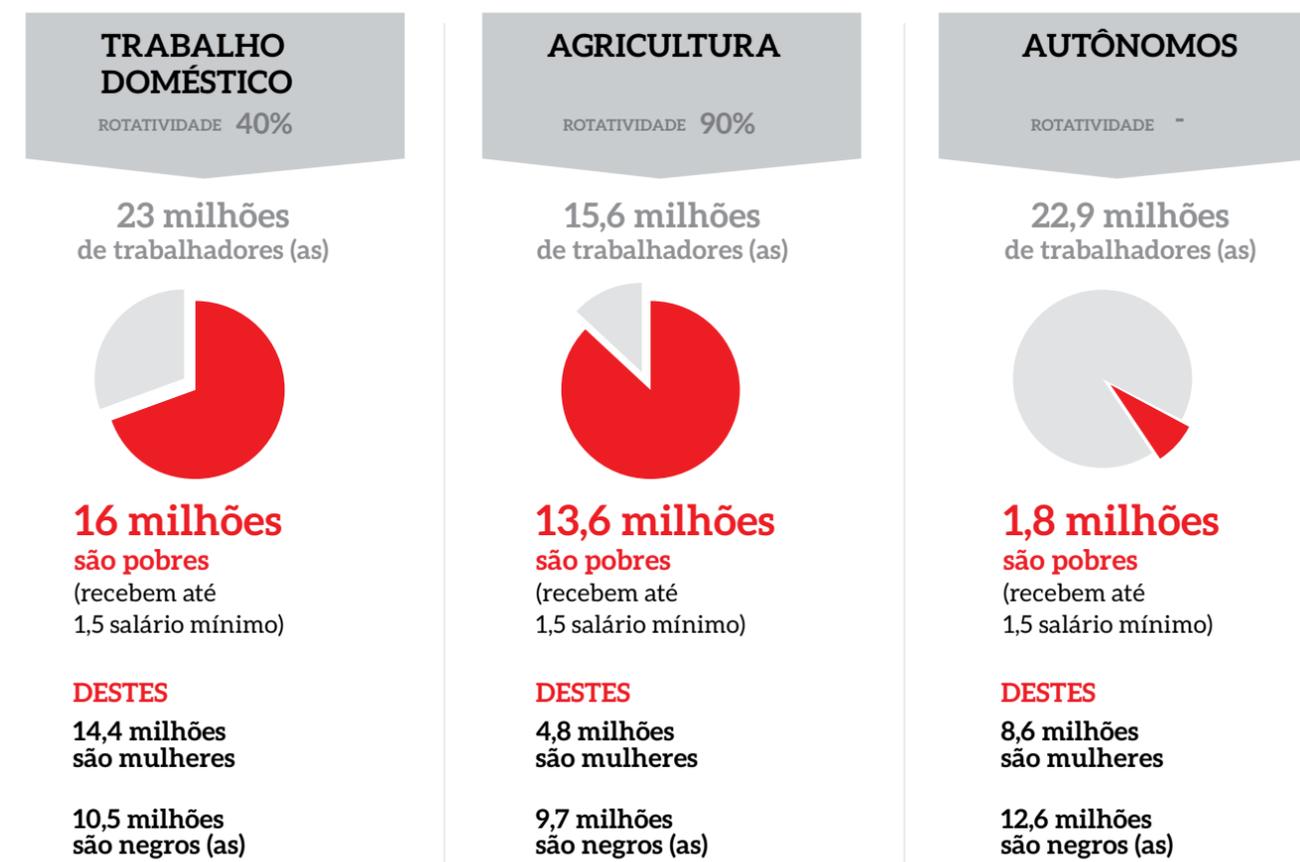
A tabela abaixo estima o número de trabalhadores pobres em três categorias fundamentais: trabalho doméstico, agricultura e autônomos.

Este universo trabalhado por Pochmann, ape-

nas nestes setores sociais, possui 31,4 milhões de trabalhadores pobres, sendo 88% de mulheres e 68% de negros e negras.

Portanto, no Brasil moderno, pobreza tem gênero e cor.

Também se demonstra a precarização do emprego, pois a maioria não tem carteira assinada.



Dos 31,4 milhões de trabalhadores pobres destes três setores

88% são mulheres
68% são negros (as)

Fonte: POCHMANN, Márcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. Boitempo, 2012. Elaboração ILAESE

Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT

Demagogia eleitoral e a “nova classe média”

“Boa parte dessa aclamação se baseia em um artifício estatístico, segundo o qual qualquer pessoa com uma renda de no máximo 7 mil dólares por ano – paupérrimo em qualquer lugar – é classificada como pertencendo à “classe média”. A tão incensada nova classe média seria apenas uma classe de “trabalhadores pobres”. (Perry Anderson, no artigo O Brasil de Lula)



Segundo Marcelo Neri, em estudo sobre a “Nova Classe Média brasileira”, tivemos “A adição de 40 milhões de pessoas entre 2003 e 2011 na classe média brasileira”, deixando a condição de pobres para trás. Integraria a classe média quem dispuser de renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 mensais.

Márcio Pochmann, intelectual petista, faz uma crítica a esta visão afirmando que Neri usa um “critério errado de definir classe média pela renda e consumo, negando a estrutura de classe do sistema capitalista.” De acordo com o autor, esta visão de estrutura de classes no Brasil é de interesse do Banco Mundial em difundir os êxitos da globalização neoliberal.

O governo adorou esta nova “teoria” das classes no Brasil. Agora, segundo o governo, o Brasil se tornou um País de classe média, classe que contaria com mais de 95 milhões de pessoas, correspondendo a pouco mais de 50% da população.

É evidente que, com uma renda tão baixa, o ter-

mo classe média é questionável e tem um forte apelo demagógico. Um valor de R\$ 291 per capita somaria R\$ 1.164 como rendimento familiar para ingressar na classe média. Esse valor não paga nem o aluguel ou a prestação de um apartamento desta família, imagine plano de saúde, alimento, veículos, lazer, roupas, etc.

A verdadeira classe média (profissionais liberais e setores melhor remunerados da classe trabalhadora) está sendo asfixiada, como demonstra a cobrança do Imposto de Renda de Pessoa Física: em 1996, quem recebia até nove salários mínimos não pagava imposto de renda. Pela tabela recente, paga IR quem recebe até 2,5 salários mínimos. Enquanto isso, os empresários são isentos de pagar IR sobre lucros recebidos.⁷

Ao invés de nova classe média, estamos vivendo um processo complexo de ampliação da classe trabalhadora. Uma ampliação sob o signo da precariedade e do sobretrabalho. **Nisso se resumiu o projeto de transformação social do PT.**

7 - Cartilha “10 ideias para uma tributação mais justa” do Sindifisco Nacional e do DIEESE (pg. 10 e 11, 2013). Disponível em http://www.dieese.org.br/cartilha/2013/10ideias_completo.pdf

Gastos sociais no Brasil: Mentira tem pernas curtas

Em sua cartilha, o PT se contrapõe ao neoliberalismo e argumenta que inverteu prioridades, apostando no desenvolvimento e nos gastos sociais. Essa afirmação, também, é falsa.

Os dez anos de governo petista seguiram o receituário neoliberal, como mostra o gráfico ao lado. Caíram os gastos sociais enquanto os gastos com dívida subiram vertiginosamente. Aqui se comprova que a década petista foi tão neoliberal quanto os oito anos de FHC.

Ao priorizar corte de gastos com educação e saúde para pagar dívida com banqueiros, o governo deu com uma mão e tirou com a outra.

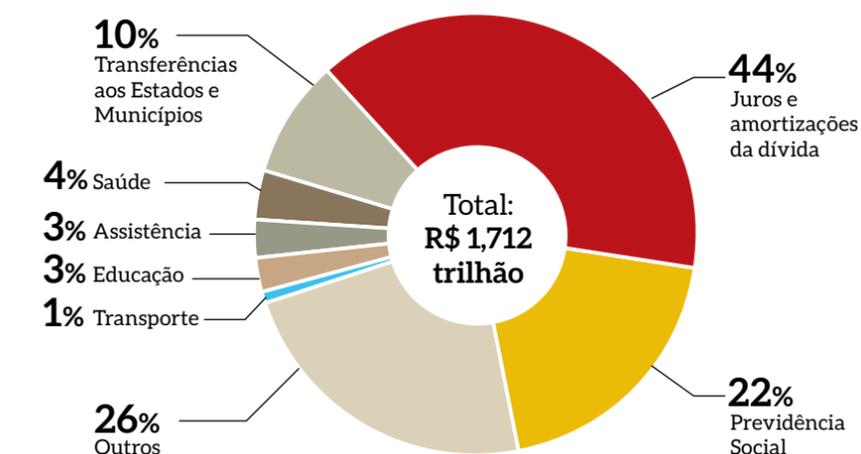
Esta orientação neoliberal do governo petista coloca em risco seus próprios propósitos de distribuição de renda. O motivo é simples: não se distribui renda por meio do mercado.

Exceto o Bolsa Família, todas as outras políticas sociais tiveram como matriz o mercado: crédito consignado, modelo de reajuste do salário mínimo (atrelado ao PIB); Minha Casa, Minha Vida; incentivo à Agricultura Familiar, PROUNI e PROIFES.

Enquanto houver crescimento econômico, estas medidas cumprirão os propósitos do governo. Quando vier a crise, serão todos cortados, como está ocorrendo agora na Europa.

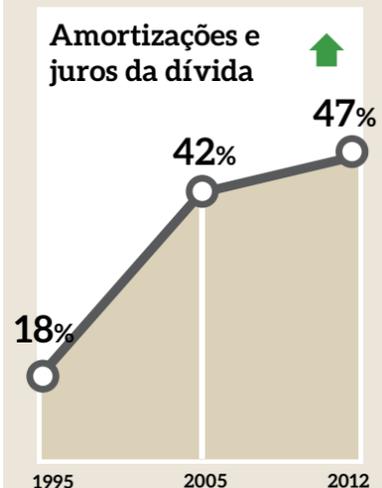
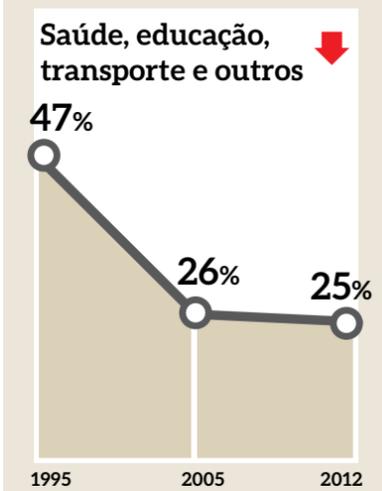
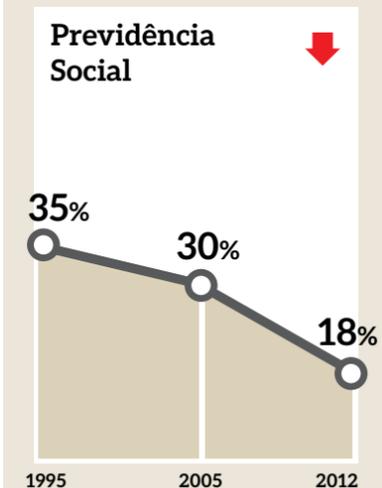
Orçamento Geral da União 2012 por Função

Executado até 31/12/2012



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.
 Fontes: <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=2620216>
 Gastos por Função <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=1007801>
 Gastos com a Dívida <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=1007782>
 Transferências a Estados e Municípios (Programa “Operações Especiais - Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”)
Nota 1: As despesas com a dívida e as transferências a estados e municípios se incluem dentro da função “Encargos Especiais”.
Nota 2: O gráfico não considera os restos a pagar de 2012, executados em 2013.
Nota 3: Observado o princípio da unicidade orçamentária.

Comparativo gastos do governo federal, entre 1995 e 2012 (em % do Orçamento)



FONTE: Auditoria Cidadã e Unafisco-SP

A precária situação da educação, da saúde, da moradia e dos transportes

No gráfico da página anterior, pode-se apreciar as prioridades do governo Dilma, na forma como distribuiu o orçamento geral da União em 2012. Enquanto destinou 44% do Orçamento para pagamento de juros e amortização da dívida pública, investiu apenas 4,2% na Saúde, 3,3% na Educação e 0,7% nos transportes. Por isso, os serviços sociais são tão ruins. A redução dos gastos sociais do governo leva à piora dos serviços sociais no Brasil:

Educação

Temos no Brasil 14 milhões de analfabetos (IBGE, 2009) e 30 milhões de analfabetos funcionais. Na soma total de matriculados, tínhamos em 2009, 41,5 milhões de crianças e jovens entre 0 e 24 anos fora da escola, ou seja, mais da metade dos jovens não frequenta a escola, negando todas as leis constitucionais que apontou em 1988 para a garantia de uma educação pública, gratuita e universal.

Moradia

Segundo estatísticas⁹, de cada 10 famílias no Brasil, 1 família não tem onde morar ou mora em condições precárias. São quase 6 milhões de famílias sem-teto no Brasil. Considerando que cada família está composta por 4 pessoas em média, isto significa que temos 24 milhões de pessoas sem-teto ou morando em barracos no Brasil.

Deve-se acrescentar a este déficit a quantidade de famílias que pagam aluguel acima da sua capacidade financeira: são quase 2 milhões de famílias no Brasil.

Pelas necessidades da população brasileira, a cada ano, deve-se entregar cerca de 2 milhões de casas e o governo só oferece cerca de 500 mil por ano, via o Programa Minha Casa Minha Vida.



Saúde

O Brasil está dividido em dois pólos: de um lado, abundância e riqueza, com tratamento personalizado em hospitais privados, a preço de ouro, e de outro, a pobreza e o desprezo com a população trabalhadora que usa o SUS (Sistema Único de Saúde), atendimento precário, longa espera por atendimento, falta de leitos, pacientes jogados em enfermarias improvisadas em corredores, com muitas mortes que poderiam ser evitadas.

Isto é assim porque o SUS se transformou em um sistema para atender “pobres” que não podem pagar pela Saúde. O sistema foi sucateado para favorecer a saúde privada, “complementar” ao SUS e agora já representa 65% de toda a rede hospitalar do Brasil.

Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE)

Transportes

No Brasil se realizam 150 milhões de viagens por dia. Desse total, 59% são motorizadas e somente 3% são de metrô e trem. O surpreendente é que 38% das viagens são feitas a pé, pelo preço alto das passagens. Elas sobem muito acima da inflação.

Um morador da cidade de São Paulo levou, em 2012, 2 horas e 23 minutos por dia para se deslocar ao trabalho. A matriz rodoviária é responsável por 42 mil mortes ao ano no Brasil, vítimas de acidente de trânsito, segundo a ANTT. O Brasil já possui uma frota de 30 milhões de veículos, um veículo para cada seis habitantes do Brasil, em números de 2010.

A proposta do governo Dilma para o setor de transporte é a mesma dos tucanos: privatização através de PPPs (Parcerias Público-Privadas), expresso na privatização do metrô de BH, na privatização dos aeroportos e na estadualização da CBTU (abusando da terceirização).

A crítica situação dos transportes, com os aumentos abusivos das tarifas, motivou as grandes mobilizações da juventude no início de junho de 2013, que modificaram o panorama político do Brasil, abrindo uma crise no governo Dilma e colocando os patrões na defensiva.



Lula criticava assistencialismo de Fernando Henrique

Como conclusão, podemos dizer que o PT está oferecendo pequenas melhoras para os extratos mais pobres do povo brasileiro, através da assistência social, porém, retirando verbas dos gastos sociais. Está se demonstrando que o Programa Bolsa Família rende mais votos que um sistema eficaz de Saúde, Educação e Transporte público e gratuito. Hoje o PT é defensor férreo da orientação de privilegiar estes programas, mas houve um tempo em que o PT criticava o excessivo peso do assistencialismo, quando era usado por FHC.

“Lamentavelmente, no Brasil, o voto não é ideológico. Lamentavelmente as pessoas não votam partidariamente. E lamentavelmente você tem uma parte da sociedade que pelo alto grau de empobrecimento, ela é conduzida a pensar pelo estômago e não pela cabeça. É por isso que se distribui tanta cesta básica, é por isso que se distribui tanto tíquete de leite, porque isso na verdade é peça de troca em época de eleição e assim você absolutiza o processo eleitoral, você trata o povo mais pobre da mesma forma que Cabral tratou os índios quando chegou no Brasil, entregando bijuterias e espelhos para ganhar os índios, eles distribuem de novo, você tem como lógica manter a política de dominação.”

LULA em 2000, em programa de TV do PT

“Pleno emprego” ou pleno subemprego?

As estatísticas ufanistas do governo federal falam em “pleno emprego”. Para isso, não levam em conta milhões de trabalhadores precários, além do desemprego oculto.

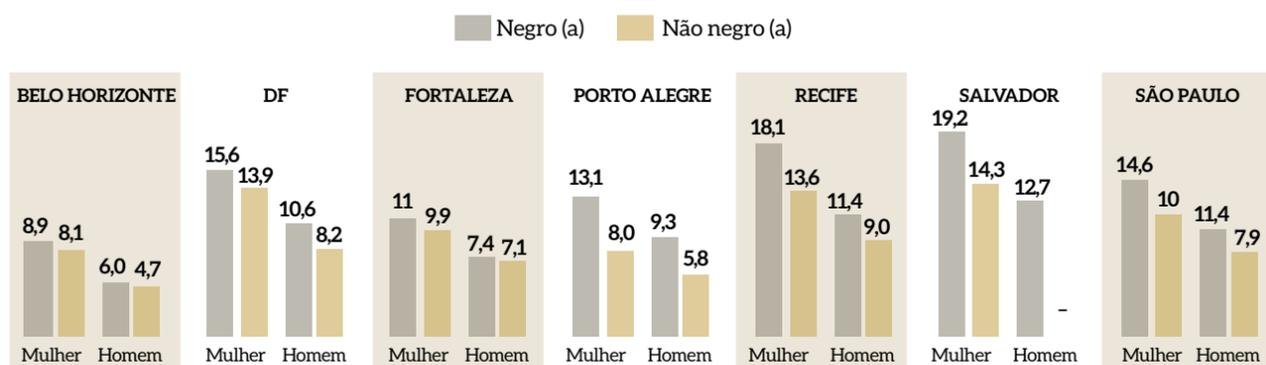
Um dos grandes méritos do governo, segundo o PT, foi a geração de 18,5 milhões de postos de trabalho durante dez anos contra apenas 5 milhões de empregos gerados nos dois mandatos de FHC. O governo fala em “pleno emprego” e o IBGE, mais cauteloso, fala em “quase pleno emprego”.

De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego em fevereiro de 2013 era de 5,6%, uma das mais baixas da história. Porém, os índices de desemprego do IBGE são incompletos, pois não capturam o subemprego, o desalento e chega ao ponto de colocar a pessoa que realizou um trabalho de 1 hora/mês como “ocupado”.

Pelo DIEESE, que inclui o desemprego oculto na sua metodologia, o índice de desemprego nas 7 regiões metropolitanas em fevereiro de 2013 foi de 10,4%, quase o dobro do índice do IBGE. Considerando que a situação é pior nos municípios do interior, de uma população economicamente ativa de 100 milhões de pessoas (IBGE 2011), temos 10,4 milhões de desempregados no Brasil.

É um índice superior ao dos Estados Unidos e a de boa parte dos países europeus, que estão em crise econômica. Em algumas cidades brasileiras, como Salvador, por exemplo, as mulheres negras têm índice de desemprego, próximo ao da Espanha, que vive uma das maiores crises da sua história.

Taxa de desemprego por cor e sexo (2011, em %)



Fonte: DIEESE

A pesquisa do IBGE não captura as pessoas que não procuram mais emprego, portanto não reflete a realidade do desemprego e subemprego. Por exemplo, segundo um estudo da UFRJ, coordenado pelo professor Adalberto Cardoso, temos 5,3 milhões de jovens entre 18 e 25 anos que fazem parte da geração “Nem-Nem”, nem trabalham, nem estudam, nem procuram emprego. São principalmente mulheres (3,5 milhões frente a 1,8 milhões de homens), jovens, negras, mães solteiras que não têm com quem deixar os filhos ou cuidam da casa ou ambas as coisas.

A geração “nem-nem” é pobre e representa 46% do setor de extrema pobreza no Brasil.

As estatísticas ufanistas do governo Dilma de “pleno emprego” não levam em conta estas pessoas. No máximo, aparecem como números para receber o benefício da Bolsa Família. Se esses 5,3 milhões de jovens fossem incorporados nos índices de desemprego, nós teríamos um desemprego de 10 a 15% da mão-de-obra, índice altíssimo, ainda considerando que o carregamos antes da crise chegar ao Brasil.

Mas isto nem é o pior.

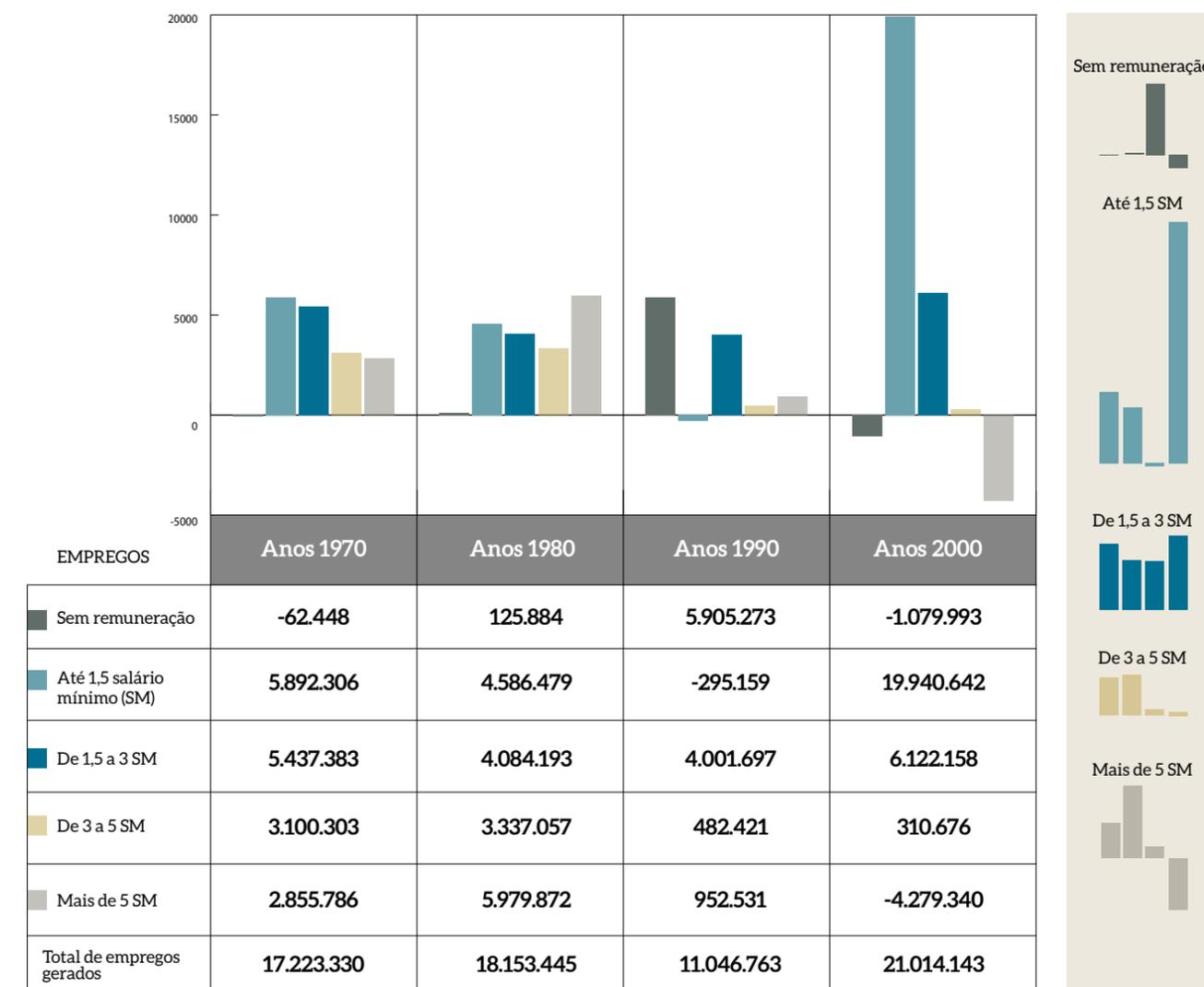
Crescimento vertiginoso do emprego precário

O que o governo federal esconde a sete chaves é que a maioria destes 18,5 milhões de postos de trabalho novos, gerados no decênio petista, são empregos precarizados, que substituíram empregos de melhor qualidade e maior remuneração.

Entre 2000 e 2010, foram criados 20 milhões de postos de trabalho formais com salários de até 1,5 salário mínimo e, no mesmo período, foram perdidos mais de 4 milhões de empregos que recebiam acima de 5 salários mínimos.

Segundo Márcio Pochmann⁹, a maioria dos postos de trabalho gerados concentraram-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo. Isto significou um saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas ao ano, em média para os trabalhadores de baixa remuneração. Perdeu-se cerca de 400 mil postos de trabalho com rendimento acima de 3 salários mínimos por ano durante governo petista, como se observa no gráfico abaixo:

Evolução do saldo das ocupações segundo faixa de remuneração



Fonte: IBGE. Censo Demográfico e PNAD.

⁹ Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. Boitempo, 2012.

Durante a década de 1970 e 1980, cresceram os empregos de todas as faixas de renda, inclusive os mais altos, acima de três salários mínimos. De 1970 até o ano 2000, havia a trajetória de redução de empregos com remuneração de até 1,5 salários mínimos, que passou de 77% para 49% de todos os postos em 2000. Durante a primeira década de 2000 (auge de crescimento mundial), a parcela de ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, chegando a 59% do total.

Dos 21 milhões de novos empregos gerados entre 2000 e 2010 (a maior parte sob os dois mandatos de Lula), 20 milhões se deram no esquema de precarização neoliberal.

A classe trabalhadora ganhou em número e perdeu em renda, segurança, emprego e qualidade de vida.

Neste aspecto, também se aplicou a linha neoliberal imposta pelo imperialismo, que rebaixou o salário mundial a partir da restauração capitalista da URSS, Leste Europeu e da China e seu consequente controle pelas multinacionais.

Desse ponto de vista, ao contrário da propaganda oficial, aumentou o tamanho da classe trabalhadora (especialmente dos setores que ganham menos) e diminuiu o peso de trabalhadores de “classe média”, que ganhavam mais de 5 salários mínimos mensais.

A classe trabalhadora ganhou em número e perdeu em renda, segurança, emprego e qualidade de vida. Porém, é este crescimento avassalador de empregos precarizados que dá a sensação de distribuição de renda a favor dos pobres.

No caso dos trabalhadores com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal, registra-se que as profissões que tiveram maior expansão na década de 2000 foram as de serviços (1,6 milhão de novos postos de trabalho, 31% da ocupação total). Na sequência, vieram os trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhão), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhão) e do atendimento público (1,3 milhão).

Estas seis profissões foram responsáveis por 14 milhões de empregos ou 72% de todos os empregos de até 1,5 salários mínimos.

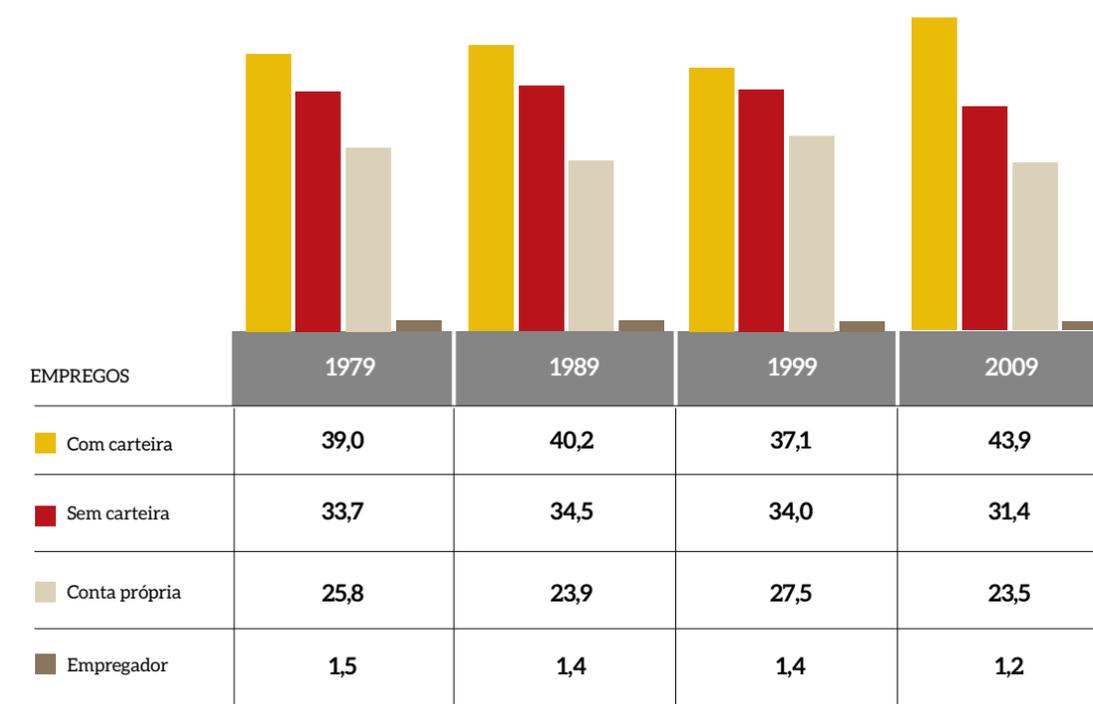
Também, 60% destes postos de trabalho foram ocupados por mulheres, que ganham menos que os homens, e 80% das vagas ocupadas por trabalhadores não brancos, mostrando que a precarização do emprego tem gênero e raça.

Há também desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, já que elas recebem menos que os homens (em média, 73,3% do rendimento deles). Os trabalhadores de cor negra ganhavam 60% do que ganhava um trabalhador da cor branca.¹⁰

Segundo Pochmann¹¹, com base em dados do IBGE, que contempla o intervalo entre 1995 e 2005, “33,8% dos postos de trabalho gerados pelo setor privado formal foram de responsabilidade da terceirização no Brasil”.

A precarização dos novos postos de trabalho é resultado da aplicação do neoliberalismo no Brasil, com FHC, Lula e Dilma. Informalidade e terceirização, somados à rotatividade da mão-de-obra, foram as chagas que derrubaram o salário e as condições de trabalho.

Evolução da composição das ocupações para trabalhadores de salário base (em %)



Fonte: IBGE, PNAD 2009. Elaboração ILAESE

Pode-se perceber pelo gráfico acima que houve uma pequena expansão do trabalho formal sob o governo Lula, ainda mantendo-se a maior parte dos ocupados na base da pirâmide social excluída da proteção social e trabalhista, ao somar os trabalhadores sem carteira e os trabalhadores por conta própria.

Temos, portanto, mais da metade dos ocupados no Brasil, sem direitos sociais como aposentadoria, férias, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego, etc.

O PT hoje comemora estes números, quando no Programa de Governo da campanha de 1989¹², para presidente, na página 4, dizia o seguinte:

40,8 milhões de trabalhadores estavam na informalidade em 2010

“Como ponto de partida, o Governo Lula-Bisol não será conivente com o desrespeito generalizado à lei, que começa pelo fato de apenas 40% dos assalariados possuírem carteira de trabalho assinada.”

Em 2010, nos dados do Censo do IBGE, ainda tínhamos 40,8 milhões de trabalhadores na informalidade, significando 47% dos trabalhadores ocupados.

Essa é uma forma eficaz de precarizar as relações de trabalho, pois a renda média de um trabalhador com carteira assinada em 2010 foi de R\$ 1.255,00, enquanto a média dos trabalhadores sem carteira assinada foi de R\$ 658,00, quase a metade do salário do trabalhador formal.

10 - Ambos dados são da PNAD IBGE 2011.

11 - Nova Classe Média? 2012, p. 109, Boitempo.

12 - Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/sociedade.pdf>



Alta rotatividade: arma do patrão para diminuir o salário e dificultar a luta

Em 2009, de cada três trabalhadores, dois foram demitidos antes de completar um ano

No mesmo programa do PT de 1989, na parte sobre a questão urbana, consta o seguinte: "Todos sabem que a rotatividade da mão-de-obra é um dos mecanismos usados para manter baixos os salários dos trabalhadores".

Nem por isso, a rotatividade diminuiu no país sob o decênio petista.

Estudo do DIEESE¹³ indica que são demitidos dois terços dos trabalhadores antes de completar um ano de trabalho, em dados de 2009. Os desligamentos são sem justa causa, pela vontade do empregador, que revela a flexibilização do trabalho durante o decênio petista. O salário do novo admitido representava 89% do que era o salário anterior.



Taxa de rotatividade no mercado formal brasileiro

TAXA TOTAL:	POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA:			
	2007	2008	2009	
34,3%	19,3%	22%	20%	Extrativa Mineral
37,5%	34,5%	38,6%	36,8%	Indústria de transformação
36%	13,3%	14,4%	17,2%	Serviços indústria de utilidade pública
	83,4%	92,2%	86,2%	Construção civil
	40,3%	42,5%	41,6%	Comércio
	37,6%	39,8%	37,7%	Serviços
	8,4%	11,4%	10,6%	Administração pública direta
	79,9%	78,6%	74,4%	Agricultura, silvicultura, extrativismo

Fonte: RAIS, MTE. Excluídas transferências, aposentadorias, falecimentos, desligamentos voluntários. Elaboração: DIEESE. Publicação: Min. do Trab. e Emprego

Essa flexibilização das condições de trabalho é a característica fundamental do neoliberalismo e a forma principal de extrair mais-valor dos trabalhadores nos últimos 20 anos, além da introdução de novas máquinas no processo produtivo.

O governo petista permitiu que os empresários implantassem a flexibilização da mão-de-obra, tanto nas condições de trabalho quanto na remuneração.

Os anos 1990 foram de barbárie no mercado de trabalho, com estagnação dos empregos, exceto a criação de quase seis milhões de "postos de trabalho" sem remuneração, fruto de desindustrialização, privatizações e desregulamentação do mercado de trabalho.

Por fim, na década de 2000, podemos observar um aumento vigoroso do nível de emprego, com saldo total de 21 milhões de postos de trabalho. No entanto, a maior parte foi de baixa remuneração.

Ao mesmo tempo, ficaram estagnados ou - e isso é original na nossa história - foram destruídos os empregos com faixas salariais mais elevadas.

No total das regiões metropolitanas, o salário médio teve aumento real de apenas 7% entre 2002 e 2010, segundo o IBGE.

Com isso, a estagnação do salário médio permitiu ao capital mobilizar mais trabalho com o mesmo custo, portanto, aumentando seu lucro.

13 DIEESE. Movimentação Contratual no Mercado de Trabalho Formal e Rotatividade No Brasil, 2010.

O governo petista garante um salário mínimo digno?

"Sem que alguém perca não é possível alguém ganhar em política salarial. Os banqueiros, latifundiários, especuladores terão que parar de especular, terão que investir na produção e terão que diminuir suas gordas contas bancárias e pagar melhores salários aos trabalhadores se quiser distribuir renda neste país"

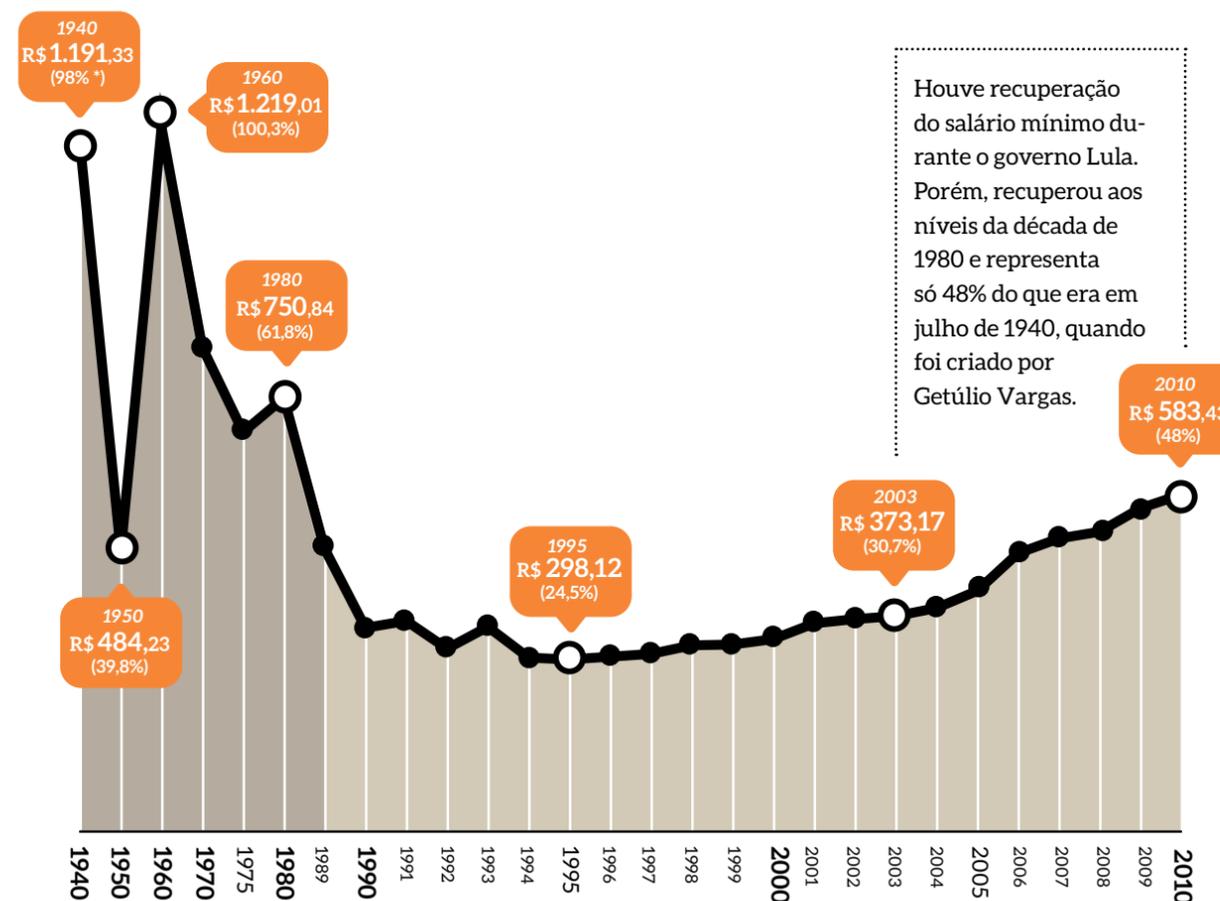
LULA, em debate na TV, durante a campanha de 1989

A partir da visão acima, o programa de governo do PT em 1989 propunha: "dobrar o valor real do salário mínimo, de forma gradativa, ao longo do primeiro ano de governo. (...) Até o fim do governo, queremos atingir o nível de salário mínimo proposto pelo Dieese."

A tabela abaixo, do DIEESE, mostra que Lula, no primeiro ano de mandato, não dobrou o salário mínimo. O crescimento real foi de 1,4%. Nem em oito anos de governo, Lula dobrou o salário mínimo e muito menos chegou perto de pagar o salário do DIEESE. Em 2010, o salário mínimo era R\$ 510,00 e o salário mínimo do DIEESE era R\$ 2.227,53. Representava apenas 22,9% do salário do DIEESE.

Salário mínimo necessário, pelo DIEESE, em 2010
R\$ 2.227,53

Salário Mínimo Real - Brasil 1940-2010 (médias anuais)



Houve recuperação do salário mínimo durante o governo Lula. Porém, recuperou aos níveis da década de 1980 e representa só 48% do que era em julho de 1940, quando foi criado por Getúlio Vargas.

Fonte: DIEESE. Valores de março de 2011, referentes à capital paulista. (*) Em 1940, o salário médio corresponde ao segundo semestre.

*Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT"

Salário Mínimo Real - [Índice]

	R\$	% em relação ao salário mínimo de julho 1940
1940	1.191,33	98,0*
1950	484,23	39,8
1960	1.219,01	100,3
1970	837,78	68,9
1975	691,63	56,9
1980	750,84	61,8
1989	489,26	40,3
1990	352,89	29,0
1991	364,84	30,0
1992	316,87	26,1
1993	354,66	29,2
1994	301,29	24,8
1995	298,12	24,5
1996	302,91	24,9
1997	307,68	25,3
1998	322,63	26,5
1999	323,95	26,6
2000	333,36	27,4
2001	360,63	29,6
2002	367,99	30,2
2003	373,17	30,7
2004	387,10	31,8
2005	416,92	34,3
2006	481,82	39,6
2007	507,40	41,7
2008	519,05	42,7
2009	559,67	46,0
2010	583,43	48,0

Fonte: DIEESE. Valores de março de 2011, referentes à capital paulista. * Em 1940, o salário médio corresponde ao segundo semestre.

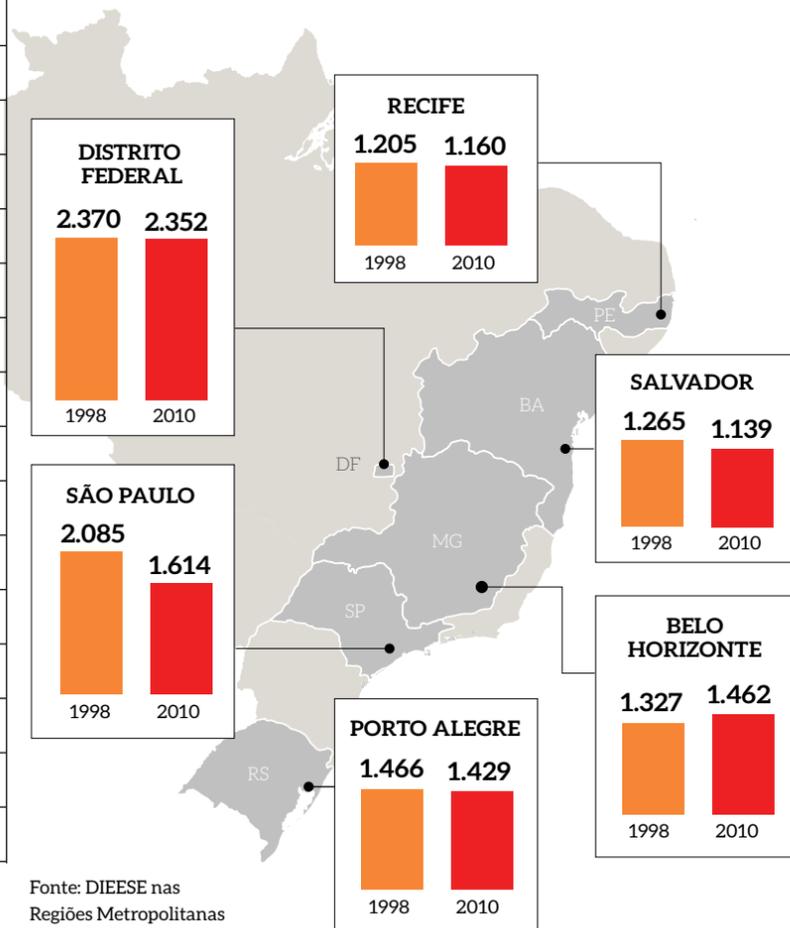
No Brasil, temos apenas duas faixas salariais para o capital: de trabalhadores sem rendimento até os que recebem um 1 salário mínimo, faixa que concentra quase 40% dos trabalhadores, e de 1 até 2 salários mínimos, onde se concentram 33% dos trabalhadores. Este é o limite de remuneração aceito pelo capital no Brasil, o mesmo que não para de falar que o custo do trabalho no país é elevado.

Por outro lado, o governo petista diz que houve crescimento do rendimento real médio dos trabalhadores. Isso só seria verdade se esquecêssemos do passado, pois o rendimento médio dos trabalhadores agora sequer atinge os níveis do final dos anos 1990, como mostra o gráfico abaixo.

Houve queda do rendimento médio real em São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e no Distrito Federal. Das grandes regiões metropolitanas, Belo Horizonte foi a única na qual houve crescimento do rendimento médio real.

Rendimento médio real dos assalariados (1998 - 2012)

Em R\$, valores de janeiro de 2012



Fonte: DIEESE nas Regiões Metropolitanas

Em termos de salários mínimos, também houve uma queda, como atesta a tabela abaixo:

Maiores empresa, maior a perda

Evolução do emprego formal e renda média por estabelecimento (em salário mínimo real)

Tamanho da empresa	SALÁRIOS MÍNIMOS PAGOS		
	EM 1989	EM 2009	Diferença
Micro	1,9	1,7	▼ -0,2
Pequena	3,4	2,3	▼ -1,0
Média	4,0	2,8	▼ -1,3
Grande	5,2	4,0	▼ -1,3
TOTAL	4,4	3,2	▼ -1,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

Pela informação do Ministério do Trabalho, com dados da RAIS, em 1989 os trabalhadores recebiam uma média de 4,4 salários mínimos e caiu em 2009 para 3,2 salários mínimos. Portanto, entre 1989 e 2009 houve uma queda do rendimento médio real dos ocupados com carteira assinada.

Essa queda se deve à rotatividade da mão de obra, que substitui o antigo empregado por outro ganhando

do menos: a rotatividade cresceu de 33,5% ao ano na década de 1990 para 36,9% no final do segundo mandato de Lula (2009) com dados do Ministério do Trabalho/RAIS. Isto significa que a cada ano quase 4 de cada 10 trabalhadores são demitidos e readmitem-se um novato, ganhando menos.

Alta rotatividade e baixos salários são irmãos siameses: nos setores que pagam entre 0,5 e 1 salário mínimo mensal, a taxa de rotatividade foi de 85,3% em 2009 frente à taxa de 60% em 1999.

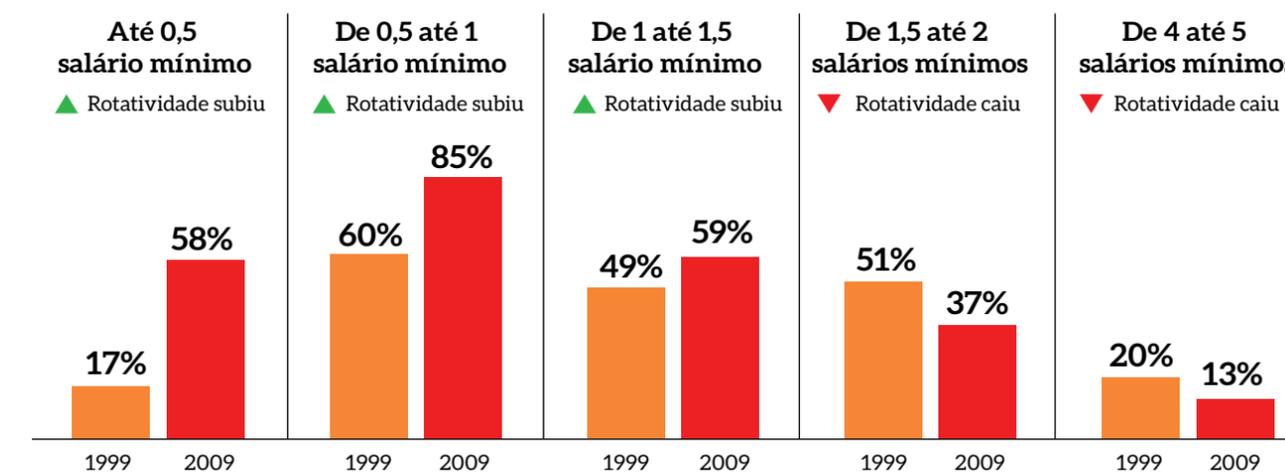
Quase 9 de cada 10 trabalhadores pobres são demitidos a cada ano e se contrata novo empregado, como forma de perpetuar o baixo salário. Trabalhador que fica mais de um ano no serviço, ganha mais.

As palavras de Márcio Pochmann, em livro já citado, constata a precarização geral do emprego: "Nos dias de hoje, o trabalho terceirizado responde cada vez mais por uma parcela maior do total das ocupações geradas no Brasil e por serem postos de trabalho com menor remuneração, absorvem mão-de-obra de salário base. As ocupações terceirizadas tendem a se concentrar na base da pirâmide social brasileira. Mais da metade do total de postos terceirizados são ocupados por trabalhadoras e 40% tem a cor negra." (idem, p. 110).

Veja gráfico com a rotatividade no trabalho por níveis de renda, com dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Rotatividade nos empregos com menor renda

Rotatividade no emprego formal por faixa de rendimento (em %)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/RAIS



Lula candidato em São Paulo, em 1982

A mudança no discurso

1982 “Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo. Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores”.¹⁴

1989 “Nenhuma tolerância haverá com o atual quadro de violência que domina regiões inteiras do país. Todos os crimes do latifúndio serão apurados”.¹⁵

1998 “Vou levantar as dívidas dos usineiros no Banco do Brasil e vou desapropriar as terras deles para fazer assentamentos.”¹⁶

2002 Vamos realizar um milhão de assentamentos até o final do mandato.

2007 “Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais”.¹⁷

14 <http://www.fpabramo.org.br/uploads/plataformaeleitoral.pdf>
 15 <http://www.fpabramo.org.br/uploads/questaoagraria.pdf>
 16 Jornal Gazeta Mercantil de 1º de Setembro de 1998, p. A10.
 17 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>

Governo do PT se uniu ao agronegócio e abandonou a reforma agrária

A proposta de reforma agrária sempre esteve presente nos diversos programas do PT. Em 1980, defendia a “luta pela nacionalização da terra”. Em 1982, lutava por “Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo.”

No programa de 1989, defendia a punição aos crimes do latifúndio e um novo modelo de agricultura cuja prioridade “será a produção voltada para o mercado interno. Alimentar adequadamente toda a população”. E exigia “o controle dos atuais oligopólios no setor agroindustrial.”

Em 2002, a promessa de campanha era realizar um milhão de assentamentos até o final do mandato. Ou seja, 250 mil assentamentos por ano.

O próprio Lula havia declarado na campanha de 1998 que iria desapropriar as terras dos usineiros com

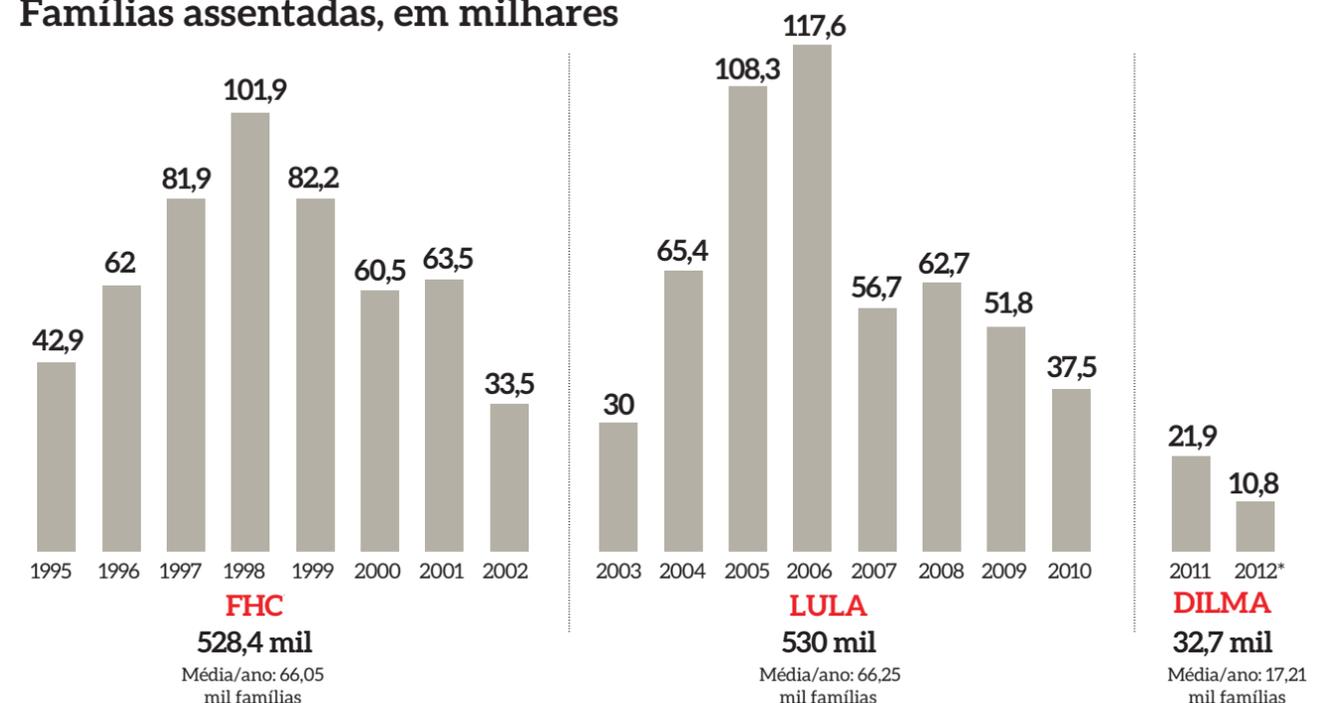
dívidas com a União. Chegando ao governo, Lula mudou de opinião e chamou estes mesmos usineiros de heróis nacionais..

Na cartilha comemorativa dos 10 anos de governo petista sequer consta o termo reforma agrária. Não é um lapso. Neste aspecto, o balanço do governo é negativíssimo. Esperava-se uma reforma agrária, veio uma contrarreforma agrária.

Havia muita esperança do povo brasileiro de que o PT no governo garantiria justiça no campo, distribuindo terra e dando condições para plantar, colher e comercializar.

Porém, Lula e Dilma continuaram a obra de FHC, privilegiando o agronegócio moderno, latifundiário e multinacional em detrimento dos milhões de trabalhadores rurais sem-terra.

Famílias assentadas, em milhares



Fonte: INCRA. *2012: dados até 16 de novembro. Elaboração ILAESE

O governo Dilma conseguiu ser pior que FHC no que se trata de reforma agrária. Se faltasse terra no Brasil, poderia se justificar, porém o censo agropecuário desmente a falta de terras: dos 850 milhões de hectares de terras no Brasil, apenas a metade (437 milhões de hectares) está cadastrada. Some-se a isto 241 milhões de hectares de conservação ambiental, área indígena e terras públicas. Sobra, portanto, 179 milhões de hectares de terras sem cadastro, devolutas, que estão nas mãos de grileiros. Além disso, 120 milhões de hectares foram declarados improdutivos pelos próprios “donos”.

Por isso, não é de estranhar a continuidade dos conflitos no campo: relatório Conflitos no Campo 2010, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), revelou que 34 trabalhadores rurais foram assassinados no país em 2010, isto é, um morto a cada 10 dias no último ano do governo Lula.

Assim, é unânime na esquerda em geral, a seguinte análise do campo brasileiro nos últimos 10 anos, feita por João Pedro Stédile: *“Nos últimos dez anos, não houve avanços em termos de reforma agrária. Nos últimos dez anos, se ampliou a concentração da propriedade da terra. E pior, concentrou inclusive nas mãos de empresas de fora da agricultura e do capital estrangeiro. O governo Dilma não conseguiu nem resolver o problema social das 150 mil famílias que estão acampadas, algumas há mais de cinco anos, ao longo de estradas brasileiras. Por tanto, o governo Dilma abandonou a reforma agrária, iludido com o sucesso do agronegócio, que produz, ganha dinheiro, mas concentra a riqueza e a terra e aumenta a pobreza no campo.”*¹⁸

O Brasil tem a segunda pior concentração de terras do mundo, onde o grande produtor rural domina mais de 70% da terra. Por isso, mais da metade da sua população rural, que conta com 30 milhões de pessoas, é composta de pobres e miseráveis.

O agronegócio domina todo o complexo agroindustrial brasileiro, desde os insumos e maquinário, da produção agropecuária e a agroindústria até as grandes redes de supermercado. Em 2012, foi o setor

mais dinâmico da economia e representou 33% do PIB do Brasil, gerou 37% dos empregos e foi responsável por 42% das exportações. Garantiu sozinho o superávit da balança comercial brasileira com o exterior.

Este agronegócio é resultado da união dos grandes fazendeiros brasileiros, com os banqueiros e as grandes corporações transnacionais. É a perfeita simbiose entre modernização da agricultura capitalista e o latifúndio. Cerca de 30 empresas dominam todo o complexo agroindustrial brasileiro e mais de 70% destas empresas são multinacionais.

O domínio do agronegócio foi produto da onda neoliberal que varreu o mundo e está especializando o Brasil como fornecedor de matérias primas, alimentos e energia para o desenvolvimento capitalista mundial.

A política neoliberal aplicada no campo gerou uma modernização da produção capitalista na área rural, com altos índices de produtividade, que quintuplicou a produção enquanto diminuiu o número de trabalhadores rurais.

Está retornando o velho modelo colonial de monoculturas para exportação, onde a produção de commodities subjugada e expulsa as culturas tradicionais do nosso povo em detrimento da soberania alimentar.

Dois terços das terras dedicadas à lavoura no Brasil estão ocupadas por soja, cana-de-açúcar e milho.

Com o agronegócio, perdemos a soberania sobre a produção agroindustrial do País. Somos os maiores exportadores de carne do mundo e não conseguimos comprar carne. Estamos importando feijão preto da China, banana da Tailândia, maçã do

Chile, cebolas da Espanha e limão do Uruguai. Além disso, os preços dos alimentos são determinados pelo mercado mundial em dólar. O preço da laranja subiu mais de 100% em 2012, enquanto milhões de toneladas de laranjas apodreceram no interior de São Paulo.

Houve uma mudança importante na propriedade rural, na qual o capital nacional e familiar passou o comando para as grandes corporações multinacionais, que formaram oligopólios nos diversos setores da cadeia agropecuária.

Cerca de 30 empresas dominam todo o complexo agroindustrial brasileiro e mais de 70% destas empresas são multinacionais.



Durante os dois mandatos de Lula, através do BNDES, se entregou uma média de R\$ 18 bilhões ao ano para o agronegócio.

Toda esta “modernização” foi patrocinada pelos governos Collor, FHC, Lula e Dilma, através do BNDES, que bancou todo o financiamento do grande agronegócio. Além disso, deu incentivos fiscais, desonerações e o tradicional perdão das dívidas antigas. Durante os dois mandatos do governo Lula, através do BNDES, se entregou uma média de R\$ 18 bilhões ao ano para o agronegócio. A dívida antiga dos usineiros com o Proálcool chegou a 30 bilhões de dólares entre 1970 e 2000. A dívida destes usineiros somente durante o governo Lula alcançou a cifra de R\$ 28 bilhões. Por aí se vê que a “modernidade” e a “eficiência” do agronegócio repousam em uma montanha de dinheiro público.

Esta “modernização” levou a destruição do saber do campo e da riqueza nacional pelas multinacionais, que impõem a cultura do dinheiro e do “vale tudo” para enriquecer.

A “modernização” subjugou uma parte dos pequenos camponeses e está expulsando do campo, gradativamente, a maior parte da classe de camponeses pobres. Entre 1970 e 2006 se perderam 200 mil pequenas propriedades, que foram ocupadas pelo grande agronegócio. Como bem disse a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAES): *“Com esta política, há uma dinâmica irreversível da subordinação da pequena propriedade e assentamentos ao agronegócio e seus valores monetários”*.¹⁹

Esta modernização é destrutiva da natureza, pois a monocultura vai ocupando a totalidade do território e depois de destruir boa parte do cerrado, agora investe contra a Amazônia. O Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e segundo merca-

do das sementes transgênicas.

O agronegócio emprega cerca de 16 milhões de trabalhadores rurais. Porém, o neoliberalismo no campo, representado pelo agronegócio multinacional, destruiu quase sete milhões de postos de trabalho no campo brasileiro entre 1990 e 2006. O domínio do agronegócio gera pouco emprego, por sua alta mecanização, ao mesmo tempo em que está gerando uma nova classe, a dos operários agrícolas, assalariados rurais. Esta classe é superexplorada, com empresas utilizando tercerização de mão-de-obra, sem respeitar os direitos trabalhistas e pagando salários miseráveis em condições de trabalho semiescravo.

Toda esta mudança no campo brasileiro só foi possível porque o PT abandonou o projeto de uma Reforma Agrária no Brasil, que assentaria o camponês na terra e garantiria fartura de alimentos, bons e baratos, para acabar com a fome no país. Portanto, foi abandonado o projeto do movimento social brasileiro de soberania nacional e alimentar.

No governo do PT piorou a concentração de terras, inclusive pelo capital estrangeiro. Se o PT optasse por honrar sua promessa de campanha, direcionaria os R\$ 136,8 bilhões que o BNDES entregou ao agronegócio durante os dois mandatos de Lula para realizar uma reforma agrária no país. Este valor seria suficiente para assentar 1 milhão e 700 mil famílias sem-terra, considerando o valor de R\$ 80 mil para assentar uma família em 2012, segundo o INCRA.

Esta opção econômica e política do governo petista deixou o movimento social em crise e sem projeto, enquanto os ricos avançam na exploração do campo a serviço do lucro privado.

¹⁸ Entrevista com João Pedro Stédile concedida ao jornal ABCD MAIOR em 13 de dezembro de 2012.

¹⁹ <http://feraes.org.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=321>

O Brasil é um país mais soberano ou mais dependente?

PRIVATIZAÇÃO NEOLIBERAL RIMOU COM DESNACIONALIZAÇÃO

Na cartilha do PT, logo no início, caracteriza o período entre 1990 e 2000 como o período de “*deca-dência induzida pela rota da neocolonização neoliberal*”, que “*condenou o país à condição de subordinado e dependente da globalização*”.

De fato, a privatização das estatais entregou a siderurgia, mineração, água e luz, telefônicas e bancos para as transnacionais. Foi forjada uma recessão para destruir milhões de empregos, rebaixar os salários e precarizar a mão-de-obra.

Temos acordo com o PT quando afirma que o neoliberalismo significou a perda da soberania nacional. A burguesia nacional mostrou-se incapaz de garantir a independência.

Um típico representante da burguesia brasileira

atual, cria do PT, é o Eike Batista: com o mapa geológico do Brasil cedido pelo pai, Eliezer Batista (ex-presidente da Vale e da Petrobrás), e forte apoio estatal, montou várias empresas, arrecadou bilhões de dólares vendendo ações a grandes bancos internacionais e agora, em crise total, vai dar calote no governo federal e vai vender boa parte do subsolo brasileiro para as transnacionais.

Assim, sobrou para a classe trabalhadora continuar a luta pela soberania nacional. Por isso, o PT, no início da década de 1980, levantou bem alto esta bandeira, expresso em “*Fora daqui o FMI*”.

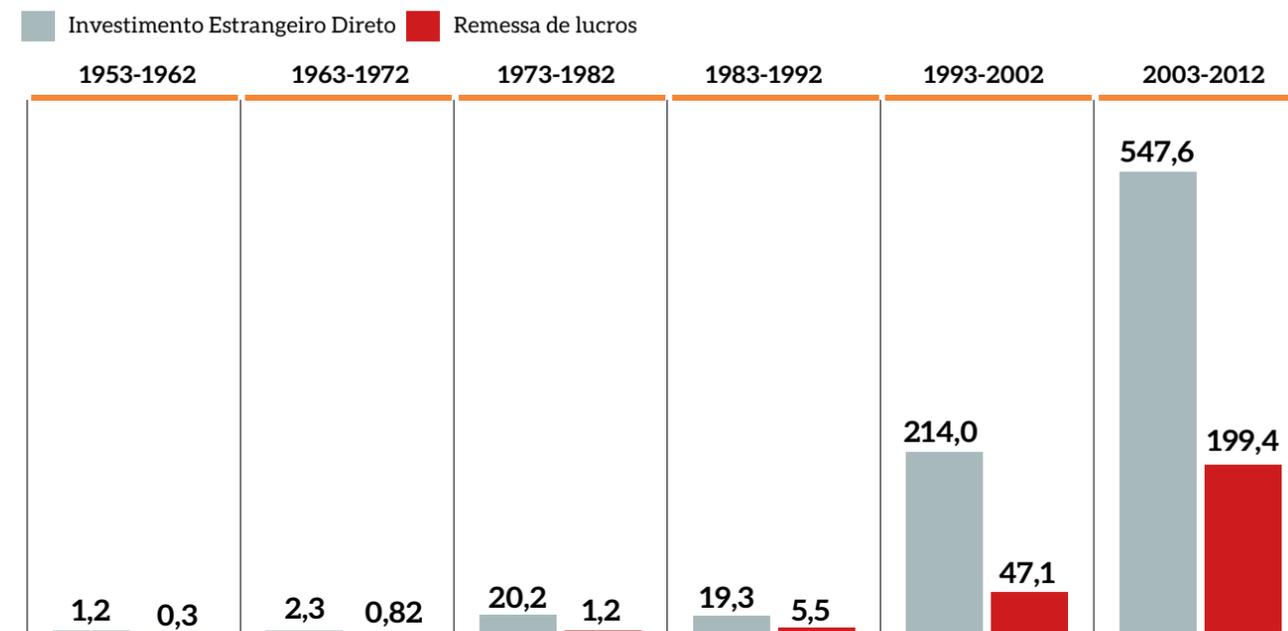
O que não temos acordo com o PT é que seus quase 14 anos de governo tenham rompido com a condição de subordinado e dependente da globalização. Ao contrário, nestes anos, a dependência e a subordinação do Brasil ao imperialismo aumentaram.



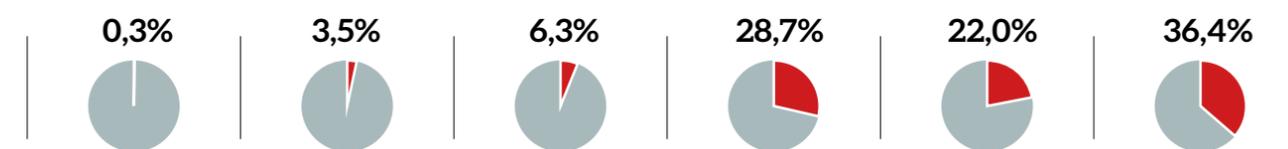
Dilma Rousseff critica espionagem norte-americana em reunião da ONU. Dependência econômica impede soberania do País

Investimento Estrangeiro Direto (IED) e remessas de lucros (1953-2012)

Em milhões de dólares



Remessas de lucros crescem em relação ao investimento



Conta financeira – investimentos diretos – estrangeiros no país – ingressos – US\$ (milhões) – Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP) – BPN_FINIDEREDEC – Elaboração: ILAESE

O Brasil depende de capital internacional

Nos 10 anos de governo petista, dobrou a entrada de capital estrangeiro e quadruplicou a remessa de lucros para o exterior

O gráfico acima mostra a entrada de capital estrangeiro no Brasil e a remessa de lucros desde 1950.

O governo Lula, ao invés de limitar as remessas de lucros ao exterior, como fez Getúlio Vargas em 1952, que limitou o envio a 10% do capital que entrou no país, isentou as remessas de lucros de pagar imposto de renda, pela Lei nº 9.249 (2005).

Nos 10 anos de governo petista, dobrou a entrada de capital estrangeiro e quadruplicou a remessa de lucros para o exterior.

Segundo estudo da Unafisco/DIEESE (2013), “No passado, a taxa sobre as remessas chegou a 25% e,

em 1995, a alíquota era de 15%”. Ao liberar as remessas de lucros ao exterior do pagamento do Imposto de Renda, os governos petistas abrem mão de controlar e taxar o capital especulativo que vem ao Brasil, favorecendo-o em detrimento do desenvolvimento do Brasil.

Em 2012, o governo brasileiro teve um déficit de todas as contas, que inclui a conta comercial, de 54 bilhões de dólares. Conseguiu atrair 65 bilhões de dólares para bater as contas. Sem a vinda deste capital, a crise que atinge o mundo inevitavelmente chegaria ao Brasil.

Já estamos tendo problemas. No primeiro bimestre de 2013, o déficit chegou a US\$ 18 bilhões e o ingresso de capitais a apenas US\$ 7,5 bilhões.

Estamos totalmente dependentes da vinda deste capital, formado na maior parte por capital especulativo.

O Brasil tem um dos juros mais altos do planeta como forma de atrair este capital. Este modelo

econômico está tão arraigado que o governo Dilma começou a baixar os juros no Brasil, mas já desistiu: o movimento de alta dos juros já retomou. Não tem a ver com luta contra a “inflação alta” e sim com o compromisso de remunerar bem os banqueiros.

Neste aspecto, o PT no governo deu continuidade e aprofundou a dependência do Brasil com o capital estrangeiro.

Dependência excessiva de produtos primários

O neoliberalismo impôs ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho: usou a restauração capitalista na URSS e China para rebaixar o salário mundial. Com suas transnacionais, dominou e transformou a China na fábrica do mundo. Ao mesmo tempo direcionou o Brasil (e a América do Sul) para ser grande produtor de alimentos, matérias primas e energia.

Estamos dependentes das exportações de minério de ferro, soja e alimentos para a China.

Produzimos muito minério de ferro e importa-

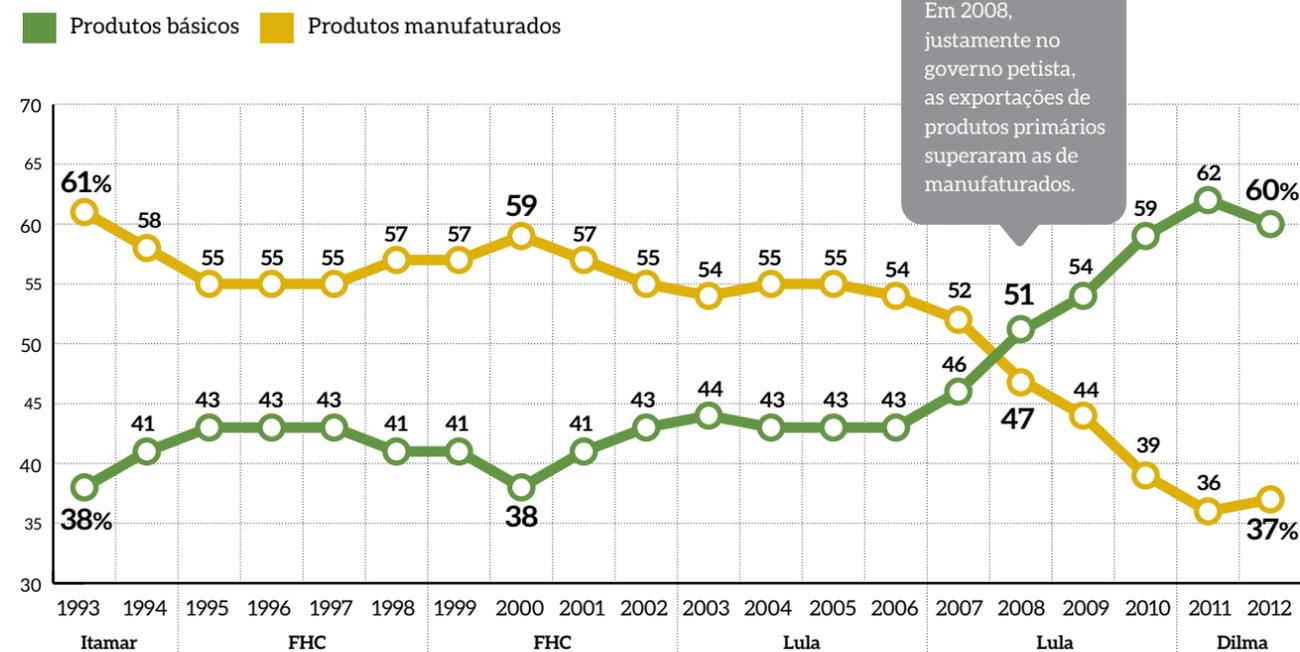
mos trilhos de trem a preço sete vezes mais caro.

O governo Lula assegurou que tínhamos autosuficiência de petróleo. Porém, em 2012, exportamos óleo cru barato e importamos derivados de petróleo caro. Tivemos um déficit de 35 bilhões de dólares na balança comercial de combustíveis em 2012.

Exportamos o grão de café a preços baixos para a Alemanha que industrializa o café e é grande exportador mundial sem ter um pé de café no país. Exportamos celulose e importamos bíblias em português da China.

Produtos básicos X manufaturados na exportação brasileira (1993-2012)

Em %



Fonte: Ministério do Desenvolvimento - SECEX. Elaboração ILAESE

Com a crise instalada no mundo, os países ricos, através das multinacionais, começaram a desovar os estoques de produtos que não conseguem vender por lá.

O Brasil tinha um superávit comercial com os países ricos de US\$ 12 bilhões em 2008. Em 2012, teve déficit de US\$ 15 bilhões. Por isso, a indústria brasileira está tendo um déficit anual de US\$ 94 bilhões. Estamos transferindo empregos industriais

para os países ricos e para a China. São as multinacionais instaladas no Brasil que estão importando em massa.

Os países ricos começaram a exportar mais, para minimizar sua crise, por isso, aumentaram as importações do Brasil, principalmente através de multinacionais. Veja a seguir o exemplo do setor mais importante da indústria brasileira e que goza de todas as prioridades governamentais.

Investimentos, desembolsos do BNDES, remessas de lucro e saldo comercial do setor automobilístico brasileiro (2003-2012)

Veículos, comerciais leves, caminhões e ônibus

	Investimentos montadoras (US\$ bilhões)	Desembolsos do BNDES (US\$ bilhões)	Remessas de lucros (US\$ bilhões)	Saldo comercial de veículos (US\$ bilhões)
2003	0,67	2,65	0,43	1,25
2004	0,73	2,57	0,27	3,00
2005	1,05	2,02	0,49	4,13
2006	1,45	2,38	1,34	4,12
2007	1,96	1,60	2,70	2,19
2008	2,91	2,49	5,60	-2,79
2009	2,51	3,16	3,80	-4,22
2010	3,65	3,28	4,10	-5,33
2011	4,97	2,48	5,58	-7,68
2012	4,00	2,27	2,44	-8,82
TOTAL	23,93	24,93	26,76	-14,14



Fonte: **BNDES, Banco Central e Anuário da Indústria Automotivística Brasileira - 2012 - ANFAVEA - Elaboração ILAESE. Faturamento da auto indústria é estimativa em base ao crescimento das vendas do setor em 4,6% em 2012. Investimentos da indústria automotivística em 2012 é estimativa da ANFAVEA. Dados do saldo comercial: ANFAVEA/SECEX.

A tabela ao lado comprova que os governos petistas favoreceram o domínio das transnacionais na economia brasileira. Durante o decênio petista, as montadoras investiram 24 bilhões de dólares, foram financiadas pelo governo através do BNDES com US\$ 25 bilhões e remeteram quase 27 bilhões de dólares para suas matrizes nos países ricos.

Na última coluna (saldo comercial de veículos) se demonstra que as montadoras sempre exportaram mais que importaram veículos, porém, a partir de 2008, com o início da crise nos países ricos, as montadoras começaram a importar veículos (para aproveitar a produção encahalhada nas matrizes) e diminuíram a produção no Brasil.

Este quadro sintetiza a orientação do governo em incentivar, proteger e financiar as grandes transnacionais. Nisto, não se diferenciou em nada do neoliberalismo. Ao contrário, foi agente direto da subordinação da economia brasileira às transnacionais.

Transnacionais dominam economia brasileira

Pesquisadores suíços estudaram o movimento de 43 mil transnacionais no mundo e concluíram que 147 companhias controlavam 40% da riqueza mundial. O grosso destas empresas eram bancos (Barclays, J.P. Morgan, Goldman Sachs, BlackRock, etc.).

Estas grandes corporações transnacionais também dominam a economia brasileira: o BlackRock, maior fundo de investimento do mundo, é grande acionista da Vale, Petrobrás, Embraer, Gerdau, AmBev, das maiores construtoras como a PDG, Cyrela, Gafisa e MRV. Na agroindústria é acionista da BR-Foods (Perdigão e Sadia). Também é importante acionista do Grupo Pão de Açúcar.

No sistema financeiro é acionista do Itaú, Bradesco e Banco do Brasil (governo Lula vendeu 30% das ações do BB para estrangeiros em 2009).

As transnacionais dominam a economia brasileira, como mostra a tabela abaixo. No agronegócio, 30 empresas dominam o complexo agroindustrial e mais de 70% destas empresas são multinacionais.

Porém, a desnacionalização do parque produtivo brasileiro é superior ao indicado acima, porque nes-

tas contas não consta as participações “minoritárias” do capital internacional nas empresas “brasileiras”.

Só para citar um exemplo, a Petrobrás: 55% do capital total da empresa já são de propriedade privada, a maioria nas mãos de estrangeiros. Alguns dos grandes acionistas estrangeiros da Petrobrás em 2012 são The Bank of New York, BNY Mellon, BNP Paribas, Opportunity, Gap e Credit Suisse, Citibank, HSBC, Schroder, Asset Management, JP Morgan S.A, Santander, BlackRock (que se associou com o Barclays²⁰).

Através destes bancos, as duas famílias mais ricas do mundo, Rockefeller e Rothschild, são donas de boa parte da Petrobrás.

O setor bancário brasileiro ainda tem maioria de capitais nacionais, porém os bancos estrangeiros detêm participação de 30% nos bancos brasileiros.

Trocando em miúdos, os anos de governo do PT aprofundaram o domínio das multinacionais sobre a economia brasileira e, inclusive, esta desnacionalização contou com a ajuda do governo, através do BNDES.

CONTROLE ESTRANGEIRO

Setor	%
Montadoras	100%
Setor eletroeletrônico	92%
Autopeças	75%
Telecomunicações	74%
Setor farmacêutico	68%
Indústria digital	60%
Setor de bens de capital	57%
Petrobrás*	55%
Setor de bens de consumo	55%
Siderurgia e metalurgia	50%
Petroquímica	47%

* Sobre o capital total da empresa



Petrobras/Divulgação

20 Relatório de Sustentabilidade 2012 e Ata das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Petrobrás, realizadas em 19 de março de 2012

“Ele é o cara”

Elogios tanto de Bush quanto de Obama refletem o papel dos governos petistas na América Latina, como aliados do imperialismo e à frente da ocupação no Haiti



Complementando o papel subordinado da economia brasileira no mundo, o governo petista, especialmente o de Lula, atuou em defesa das multinacionais petroleiras na crise da Bolívia, negou-se a apoiar a moratória ultra tímida de Kirchner na Argentina, colocou o Sivam (defesa aérea da Amazônia) para bloquear as fronteiras brasileiras às FARC's, pressionou Chávez para um acordo com o imperialismo. Teve papel de bombeiro diante do golpe na Venezuela, na crise na Bolívia, se colocou à frente da intervenção imperialista do Haiti (uma vergonha para a história brasileira), e aplicou à risca a orientação do Banco Mundial de garantir um “desenvolvimento capitalista com ações sociais compensatórias”. Não é à toa que George Bush disse “apesar de Lula ser de esquerda, eu gosto dele” e Obama disse que ele “é o cara!”.

Poderia ser diferente, com o PT se colocando na vanguarda dos movimentos sociais no continente, em uma frente para suspender o pagamento da dívida externa. Aliás, este era o sentimento dos trabalhadores de todo o continente que, cansados das orientações neoliberais, derrubaram todos os governos neoliberais, sustentados pelos EUA.

Porém, o que se passou foi o oposto. Os governos de “esquerda” continuaram a aplicar os planos neoliberais. Fizeram o que a direita já não conseguia fazer. Ocorreu também um freio da luta de classes pela ação desses governos. Hoje a América Latina está mais dependente da dominação imperialista.

O governo do PT não se colocou ao lado das mobilizações dos trabalhadores europeus, porque estas questionam também governos da social-democracia europeia, com a qual o PT sempre teve identidade.

Em outro grande pólo de mobilizações revolucionárias, as revoluções árabes e a luta de libertação da Palestina, os governos petistas estiveram ao lado de Khadafi na Líbia (derrubado em 2011) ou do di-

tador Assad, que promove um banho de sangue na Síria. Inclusive, o governo brasileiro realizou um acordo comercial com a indústria militar de Israel.

Era possível com o povo brasileiro mobilizado, como mostrou as mobilizações de 2013 e a trajetória de luta da classe trabalhadora brasileira, lutar por uma verdadeira soberania nacional ao invés da subordinação e dependência a que estamos submetidos.

A história poderia ter sido diferente se o PT houvesse optado por ficar ao lado da classe trabalhadora mundial ao invés de unir-se aos poderosos. Era possível o Brasil encabeçar uma frente de países pobres na luta contra a exploração colonial que os países ricos submetem o mundo. Porém, necessitava vontade do PT de romper com o sistema capitalista. E isso, a direção do PT nunca esteve disposta.

GOVERNOS PETISTAS COMO AGENTES DA RECOLONIZAÇÃO

O Brasil hoje é um país mais dependente e subordinado, que joga um papel auxiliar na dominação imperialista do planeta. O PT no governo foi agente direto da recolonização do país.

A luta pela soberania nacional segue como uma tarefa central no Brasil de hoje. A classe trabalhadora brasileira saberá extrair as lições desta capitulação do PT ao imperialismo e aprenderá na própria carne, através da longa crise mundial, que o imperialismo vai atacar os países pobres e a classe trabalhadora mundial para salvar os lucros de um punhado de multibilionários.

As mobilizações de junho de 2013 prenunciam grandes lutas da classe trabalhadora brasileira, se juntando aos trabalhadores e jovens europeus, árabes e asiáticos.

Somente a classe trabalhadora pode garantir a segunda e definitiva independência do Brasil.

“Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT”

“Empresários ganharam como nunca no meu governo”

A realidade desmentiu a visão de que os ricos perderam para que os pobres pudessem ganhar. Deste ponto de vista, não houve distribuição de renda. Os ricos – uma minoria de 165 mil brasileiros em 2011, 0,08% da população²¹ – continuaram ganhando muito.

Até o próprio Lula afirmou: “Estou satisfeito porque a minha relação com o empresariado brasileiro é boa. Da minha parte, não existe preconceito. Tenho consciência de que estão ganhando dinheiro no meu governo como nunca.”²² A afirmação de Lula de que as empresas nunca ganharam tanto dinheiro como no decênio petista deve ser levada a sério.

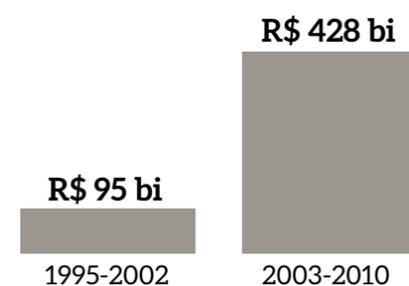
Banqueiros fazem a festa

Segundo dados do Banco Central, o lucro do sistema financeiro brasileiro nos dois mandatos de FHC (1995-2002) foi R\$ 95 bilhões. Este mesmo lucro nos dois mandatos de Lula (2003-2010) chegou a R\$ 428 bilhões. Ou seja, no governo do PT os bancos lucraram cinco vezes mais que com o neoliberal FHC.

Não é a toa que a rentabilidade dos bancos brasileiros em 2012 atingiu 16,8%, enquanto a dos maiores bancos dos Estados Unidos foi de 9,9%.

LUCRO DOS BANCOS

(Era FHC X Era Lula)



Fonte: Banco Central

O faturamento das 500 maiores empresas no Brasil

Confirmando a frase de Lula, o faturamento e os lucros das 500 maiores empresas instaladas no país nunca foram tão grandes. Veja no gráfico abaixo, com informações da Maiores e Melhores 2012, da revista Exame.



²¹ Levantamento da Consultoria canadense RBC Wealth Management e Capgemini

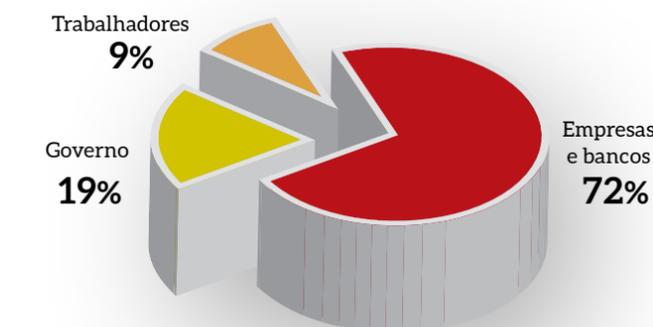
²² Jornal Folha de S. Paulo - domingo, 14 de outubro de 2007

Durante 11 anos de governo petista, estas empresas faturaram R\$ 15,4 trilhões. Em 2011, as vendas destas empresas representaram 48% do PIB brasileiro. Este montante foi produzido e comercializado, em 2011, por 2.886.937 trabalhadores. Em média, cada trabalhador rendeu para sua empresa R\$ 687.926,33.

O grosso desta riqueza produzida pelos trabalhadores vai para os banqueiros e patrões: 72% dessa riqueza foram para os grandes empresários e banqueiros, 19% foi para o governo (onde boa parte volta para banqueiros e empresários), restando apenas 9% para os trabalhadores:

Distribuição do faturamento total

Em 2011



Fonte: Maiores e Melhores da Exame - 2012 - Em base a 290 maiores empresas que forneceram dados de salários e encargos. Elaboração ILAESE

Favorecimento via desonerações e benefícios fiscais

A orientação do governo tem favorecido os patrões com a desoneração da folha de pagamento, a isenção de impostos e várias outras medidas com intuito de evitar a “crise”.

As desonerações atingiram o valor de R\$ 44 bilhões em 2011, R\$ 72 bilhões em 2012 e deve chegar a R\$ 91 bilhões em 2013.

Segundo o próprio governo, as indústrias que

foram beneficiadas com a desoneração da folha teriam que pagar R\$ 21,5 bilhões ao INSS em 2013. Com a mudança, pagarão apenas R\$ 8,7 bilhões sobre o faturamento. Prejuízo para a Previdência Social de R\$ 12,8 bilhões.

Por isso, o governo já planeja uma nova reforma da Previdência, para aumentar os anos para que um trabalhador possa se aposentar.

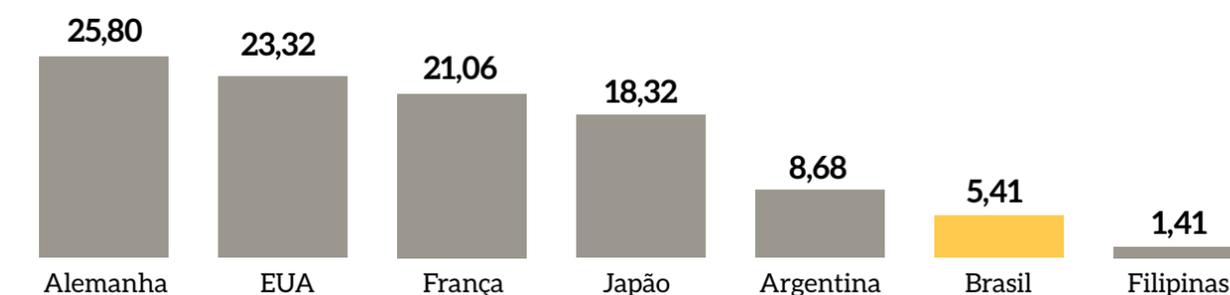
O “custo Brasil”

O governo está agradando os patrões que reclamam do “Custo Brasil”, se referindo a salários e encargos sociais, que seriam muito altos aqui. É até uma piada.

Vejam abaixo um comparativo dos salários pagos na indústria por país:

Salário pago por hora na indústria

Em dólares por hora - dezembro 2012

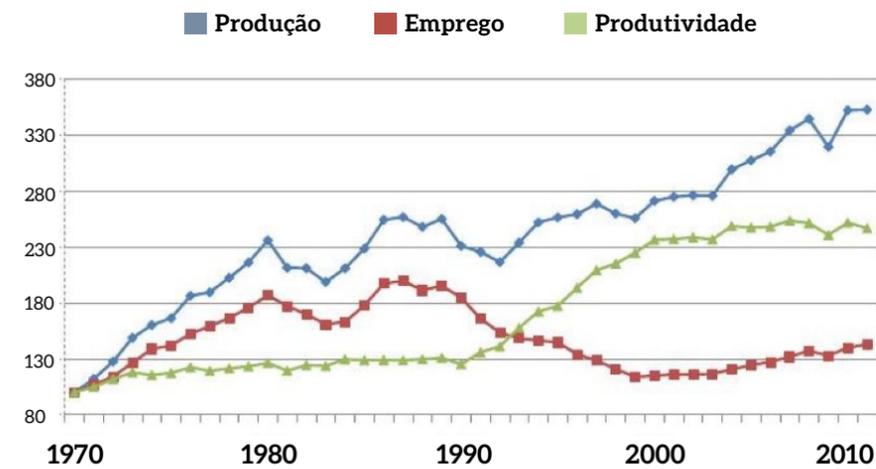


Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Esta informação da OIT desmonta o argumento patronal da produtividade baixa do trabalhador brasileiro. As estatísticas da produtividade do trabalhador brasileiro podem ser atestadas pela CNI e IBGE entre 1970 e 2010, como demonstra o gráfico ao lado. Em 40 anos, a produção de riquezas cresceu quase quatro vezes, a produtividade cresceu quase três vezes enquanto o emprego praticamente se manteve estagnado.

No setor automobilístico a produtividade é altíssima como pode se ver na tabela abaixo:

Produtividade na indústria de transformação



Produtividade do Trabalho na indústria brasileira -Elaboração: Renato da Fonseca (Salvador, 03/05/2013), com base em dados do IBGE e da CNI.

ANO	Produção (Unidades)	Trabalhadores	Veículo por trabalhador	Faturamento líquido (dólar)	Faturamento por trabalhador (dólar)
1980	1.048.692	133.683	7,8	28.438.000.000	R\$ 212.727,12
1990	847.838	117.396	7,2	23.787.000.000	R\$ 202.621,90
2000	1.596.882	89.134	17,9	43.503.000.000	R\$ 488.062,92
2010	3.408.633	119.392	28,5	83.586.000.000	R\$ 700.097,16
Varição	225%	-11%	265%	194%	229%

Fonte: Anuário Estatístico da ANFAVEA 2011 - Elaboração ILAESE

Em 1980, 133 mil metalúrgicos produziam 1 milhão de veículos por ano. 30 anos depois, em 2010, 120 mil metalúrgicos produziram 3 milhões de veículos! Cada trabalhador passou de produzir 7 veículos por ano para 28 veículos em 2010. Diminuíram os trabalhadores no setor, mas o faturamento quase triplicou. Isto significa que aumentou a produtividade e a exploração do operário pela patronal. Produziu quatro vezes mais com menos trabalhadores!

Por isso, o trabalhador brasileiro é altamente produtivo: por exemplo, cada operário da General Motors no Brasil rendeu, em 2011, mais de R\$ 1 milhão, enquanto custou para a empresa R\$ 100 mil, contando com salários, encargos e tudo o mais. Isto significa que em dois dias de trabalho o operário da GM pagou seu salário mensal e 18 dias ele trabalha

de graça para os donos da multinacional.

A patronal está em plena campanha para reduzir os salários dos trabalhadores brasileiros, que segundo eles estão “ganhando muito” e arruinando a indústria. As propostas da patronal são basicamente duas: diminuir o custo da mão de obra (aumentando a exploração da classe trabalhadora, demitindo o ‘excedente’) e a diminuição dos impostos.

O governo prontamente está desonerando os custos da produção, sem colocar nenhuma contrapartida: a patronal recebe o “incentivo” e aumenta os preços, como fez com a cesta básica alimentar

Nenhuma das duas medidas resolve a crise da indústria brasileira (que está sendo lesada pelas importações das multinacionais) e sua desnacionalização.

O modo petista de privatizar

Em 2006, durante a campanha eleitoral para presidente, uma propaganda da campanha de Lula chamou muita atenção. Depois de mostrar as diversas empresas privatizadas por FHC e por Alckmin, como governador de SP, a propaganda prometia que votar em Lula seria proteger a Petrobrás e outras estatais e terminava com o seguinte slogan: “É Lula de novo para eles não privatizarem mais nenhuma empresa do povo”.

A propaganda chamava atenção porque, ao mesmo tempo em que criticava claramente a política de privatizações do PSDB e se apoiava em pesquisas de opinião que mostravam que setores amplos da base eleitoral de Lula não viam com bons olhos as privatizações, na prática seguia exatamente a mesma política, aquela que é a espinha dorsal dos governos neoliberais em todo mundo.

No entanto, ao falarmos que seguia a mesma política, não quer dizer que o PT fazia da mesma forma. Como quase tudo nos governos de Lula e Dilma, as bases da política neoliberal assumiram formas muito particulares.

Em geral, associamos inicialmente a privatização à venda de empresas estatais. De fato, esta foi a forma mais comum de privatização nos governos Collor, Itamar e FHC, com a venda das estatais por meio de leilões em bolsas de valores. À exceção dos leilões de campos de petróleo, essa forma “tradicional” de privatização – que, em geral, produz mais desgaste político – praticamente não foi utilizada nos governos petistas da esfera federal.

Em seu lugar, ocupou um papel central as concessões via Parcerias Público-Privadas (PPP's), os incentivos fiscais e as terceirizações, marcando o jeito petista de privatizar. Junto com os leilões, estas quatro modalidades se constituíram como o eixo do processo de privatização no país.

O processo de privatização no Brasil

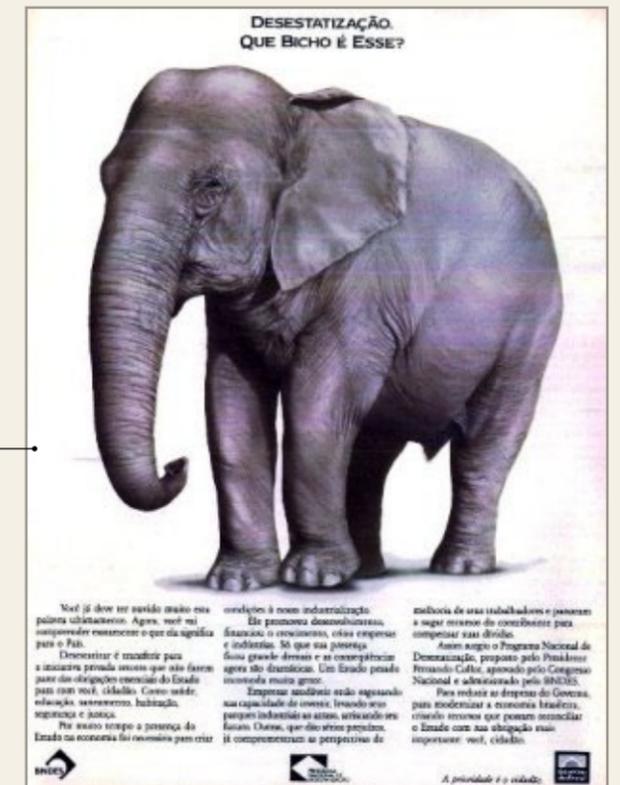
A política de privatizações no Brasil, como algo sistemático e centralizado pelo governo federal, começa em 1990 com o governo Collor, continua nos governos Itamar e FHC e se mantém nos governos Lula e Dilma. Estamos completando, portanto, mais de 20 anos de um processo que atingiu praticamente todas as áreas: infraestrutura, setores estratégicos, sistema financeiro e serviços sociais.

COLLOR E ITAMAR: OS PRIMEIROS LEILÕES

Os leilões de grandes empresas inauguraram o Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado em 1990.

No breve governo Collor, 18 empresas foram vendidas, dentro de 68 previstas. Entre estas, a Usiminas foi a primeira e uma das mais relevantes, pois era uma das estatais mais lucrativas.

Em seguida, no governo Itamar, foi concluída a privatização do setor siderúrgico, com a venda da CSN. Empresas de ponta, com liderança em desenvolvimento tecnológico, foram incluídas, como a Embraer. Ao todo, mais 15 empresas foram privatizadas.



Anúncio do governo em 1990 comparava estatais a um elefante



As privatizações nos governos Lula e Dilma

Não faltou criatividade para o PT na hora de privatizar, tanto em termos de setores atingidos quanto em relação a modalidades, seguindo experiências de outros países, como Chile e Inglaterra. Numa lista inicial, podemos identificar os setores mais atingidos:

- Leilão de poços de petróleo;
- Construção de obras de infraestrutura por meio de PPPs, principalmente portos e hidrelétricas.
- Concessão de cerca de 20.000 km de estradas federais;
- Renovação das concessões do setor elétrico;
- Novas concessões na área de telecomunicações, principalmente de telefonia móvel;
- Manutenção das concessões no transporte ferroviário e política de “descentralização” da CBTU.
- Privatização de Aeroportos;
- Transferência da gestão da saúde para empresas privadas por meio das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público);
- Criação de previdência complementar para o serviço público;
- Financiamento de instituições privadas de ensino superior por meio de crédito educativo ou isenção fiscal (FIES e PROUNI);
- Venda de participação em bancos estaduais;
- Projeto de transformar os Correios em sociedade anônima.

FHC: GRANDES LEILÕES E INÍCIO DAS CONCESSÕES

No governo FHC, a política de privatizações ganha agressividade muito maior: pela abrangência, por incluir concessões de serviços e por tratar com muita truculência os protestos contra as privatizações.

É no governo de FHC que são privatizadas a Vale do Rio Doce, a RFFSA (transporte ferroviário), o setor elétrico, o de telecomunicações e diversas outras empresas, superando a marca de 70 companhias. Com apoio do governo federal, empresas estaduais também são privatizadas, inclusive bancos e caixas.

Também no governo FHC, tem início uma nova modalidade de privatização: as concessões. Todo o sistema elétrico, de telecomunicações e transporte ferroviário se deu por esta modalidade. Em tese, as empresas seriam fiscalizadas por agências reguladoras, para verificar o cumprimento de metas definidas em contrato. Na prática, as agências praticamente se tornaram porta-vozes das próprias empresas, com ações midiáticas que não tem pressionado efetivamente para melhoria dos serviços e redução das tarifas.

Os leilões da Vale do Rio Doce e do sistema Telebrás foram motivo para diversas manifestações de rua, nas quais ocorreram literalmente batalhas campais em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, fruto da resistência dos movimentos sociais e de partidos políticos. O PT era então um dos principais partidos contrários às privatizações.

O que caracterizou as privatizações no Brasil é que, devido ao porte das empresas leiloadas, elas se tornaram um novo espaço de investimento para o grande capital, principalmente instituições financeiras internacionais que se associaram a bancos ou grupos nacionais, criando monopólios privados.

Atualmente, a maior parte das empresas privatizadas é controlada por grandes grupos financeiros internacionais com participação inclusive de fundos de pensão nacionais, como o do Previ, do Banco do Brasil.

No âmbito sindical, vale lembrar que as privatizações também dividiram as centrais sindicais em dois grandes campos, tendo a CUT como pivô das lutas contra as privatizações e a Força Sindical no lado oposto.

As PPPs (Parcerias Público-Privadas)

Em contratos sem risco, o lucro da empresa “vencedora” é garantido pelo Estado

Como se vê, praticamente todas as formas possíveis têm sido usadas pelos governos do PT no processo de privatização. De todos estes mecanismos, as PPPs foram constituídas inicialmente no governo do PT e tem sido a forma mais comum de tocar as obras dos PACs (Programas de Aceleração do Crescimento).

A experiência das PPPs foi trazida da Inglaterra, país pioneiro no processo de privatização. São medidas ainda mais vantajosas para o grande capital, porque se constituem em um capitalismo sem riscos, ou seja, o lucro da empresa “vencedora” é garantido pelo Estado em contrato.

Nas PPPs, o governo “encomenda” para uma empresa a construção de uma obra e/ou concede sua gestão por um período de 5 a 35 anos. A empresa construtora ou gestora receberá uma compensação do governo por dois meios: através de valor fixo pago ao longo de um determinado período e, além disso, quando for possível, a empresa também recebe o direito de exploração do espaço com cobrança de tarifas.

No primeiro caso, simplesmente é evidente o absurdo desta forma, uma vez que o custo da obra é exclusivamente assumido pelo Estado. Em âmbito estadual, diversos hospitais estão sendo construídos seguindo esta modalidade.

No segundo caso, a compensação se dá também mediante cobrança de tarifa e tem sido mais usado

em nível federal, principalmente em obras de infraestrutura. Esta é a maneira que tem ocorrido a privatização de portos, estradas, ferrovias e aeroportos.

Em 2010, as PPPs somavam recursos superiores a R\$ 100 bilhões. Os maiores investimentos iniciados e planejados são as Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau (orçamento, respectivamente, R\$ 13,5 bilhões e R\$ 9,3 bilhões), a Hidrelétrica de Belo Monte (R\$ 19 bilhões), Trem Bala (R\$ 34 bilhões), Plataformas de Petróleo (R\$ 12,6 bilhões), Usina Nuclear Angra 3 (R\$ 8,5 bilhões), Ferrovia Norte-Sul, BR-101 (trechos Nordeste e Sul), Porto de Santos (R\$ 6,5 bilhões), Gasodutos, Ferrovia Nova Transnordestina, Ferrovia Leste-Oeste, Transposição do São Francisco e o Complexo Petroquímico da Petrobrás do Rio de Janeiro (R\$ 19,2 bilhões), além da privatização dos aeroportos.

Em 2010, as PPPs somavam recursos superiores a R\$ 100 bilhões.

Todas estas obras estão sendo feitas por meio de PPPs. O mais absurdo desta lógica é que, nos contratos, está estimada determinada demanda e, conseqüentemente, um determinado faturamento anual da empresa com o direito da concessão. Se a demanda não for atingida, o Estado é obrigado a cobrir a diferença, garantindo faturamento praticamente integral, mesmo sem uso do serviço ou obra.

Como se não bastasse, o governo do PT criou um Fundo Garantidor, para que o grande capital não tenha dúvida de que tais pagamentos serão efetivados.



Construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí. Operários da obra recebem baixos salários e comida estragada.

Leilão de Poços de Petróleo



Consórcio comemora concessão do Campo de Libra. Na foto: Petrobrás (Brasil), Shell (Inglaterra), Total Elf (França) e empresas CNPC/CNOOC (China)

Após o fim do monopólio do Petróleo pela Petrobrás no governo FHC, começaram os leilões dos blocos de petróleo. Esperava-se que no governo Lula os leilões fossem interrompidos e que a Petrobrás, a empresa que mais entende de exploração de óleo e gás no Brasil, pudesse retomar um papel de destaque.

No entanto, os leilões continuaram e no governo Lula se completou a 10ª rodada, com ampla participação de empresas estrangeiras. Apesar disso, ainda nenhuma empresa estrangeira construiu ao menos uma plataforma, navio ou sonda no Brasil, demonstrando o total desinteresse dos grandes conglomerados internacionais em nacionalizar a produção.

Em maio de 2013 realizou-se o 11º leilão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP. Foram arrematados 140 blocos. As estimativas indicam a produção de 10 bilhões de barris nesta área. A Petrobras arrematou 34 áreas, apenas 7,7% do total dos blocos vendidos. As grandes vencedoras foram as multinacionais.

“Através destes leilões, metade das áreas com potencial petrolífero, incluindo o pré-sal, está em mãos particulares – em sua maioria, multinacionais do petróleo.”

Emanuel Cancelli, na apresentação do livro *Uma proposta classista para a reestatização da Petrobras*²³

Nas 11 rodadas de leilões de 1997 a 2013, tivemos 411 mil km² concedidos. Equivale a área dos Estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Ademais, em 22 de outubro de 2013, o governo Dilma realizou o leilão do Campo de Libra, localizado no pré-sal, o maior campo de petróleo já descoberto no Brasil.

Com reservas recuperáveis de 8 a 12 bilhões de barris (quantidade igual a de todas as reservas de petróleo brasileiro nos dias de hoje), em 10 anos será o maior campo produtor do Brasil. Tem valor estimado em R\$ 1,5 trilhão. Foi leiloado pelo valor irrisório de R\$ 15 bilhões (1% do valor).

Com este bolo envenenado, o governo Dilma Rousseff comemorou os 60 anos da Petrobras, em 03 de outubro de 2013.

Os leilões se tornaram um meio de favorecer setores burgueses com forte vínculo com o governo petista (caso Eike Batista), tornando a ANP muito mais um balcão de negócios do que um órgão regulador.

Governo Lula continuou com privatização das ferrovias e rodovias iniciada por FHC

Dos 5,4 bilhões que serão gastos com a ferrovia Transnordestina, apenas 13% será investido pela concessionária, a CSN. Maior parte do dinheiro virá do BNDES.

As concessionárias ferroviárias privadas desrespeitam os termos das concessões e o governo não retoma o controle das ferrovias. Já é um verdadeiro escândalo, no qual até a Polícia Federal instaurou um inquérito policial por venda de sucata da RFFSA pela ALL, maior operadora privada das ferrovias privatizadas.

Segundo o Ministério Público Federal, dos 28 mil quilômetros de estradas de ferro entregues pelo Estado à iniciativa privada, cerca de 16 mil quilômetros foram abandonados unilateralmente pelas concessionárias, em ofensa à legislação e aos contratos de concessão.

*“O prejuízo ao Erário é estimado em mais de R\$ 40 bilhões. O quadro é de genuína captura, em que o interesse privado predomina sobre o interesse público.”*²⁴

Nesta ação, o MPF denuncia que, apesar da ANTT divulgar estatísticas de produtividade e de redução do número de acidentes que superam as metas estabelecidas, a realidade é totalmente diversa.

“Atualmente, o serviço público de transporte de cargas está sob controle único e exclusivo da iniciativa privada. O modal ferroviário passou a ser um negócio que funciona exclusivamente para atender interesses econômicos de grandes corporações econômicas, isto é, para atender o escoamento de seus produtos”, diz a representação do Ministério Público Federal.

Outro abuso de concessionária privada foi identificada por uma CPI da Assembleia Legislativa de SP, em janeiro de 2011, que sugeriu que o contrato de concessão com a ALL seja extinto, ou seja, que se dê o rompimento imediato do contrato de concessão com a ALL sobre a Malha Paulista, sob a figura jurídica da caducidade contratual.

A CPI propôs também que o Governo Federal reassume o transporte ferroviário no Estado, em parceria com o governo estadual.

Segundo a CPI, a ALL descumpe cláusulas do contrato de concessão ao desativar ramais, erradicar pátios, fechamento de oficinas e venda de locomotivas da RFFSA.²⁵

Apesar destas irregularidades da concessão realizadas por esta empresa, em abril de 2009 o BNDES financiou R\$ 2,15 bi para a ALL tocar seu plano de investimento no período compreendido entre 2009 e 2012.

Apesar das ferrovias brasileiras serem um negócio privado hoje, o grosso do financiamento e das obras é realizado pelo governo federal, favorecendo os negócios privados com dinheiro público.

Dos 28 mil quilômetros de estradas de ferro entregues pelo Estado à iniciativa privada, cerca de 16 mil quilômetros foram abandonados unilateralmente pelas concessionárias

O exemplo mais claro é o financiamento da ferrovia Transnordestina, que é realizado quase que totalmente pelo governo e é de propriedade da CSN, da família Steinbruch, uma das mais ricas do país. Os recursos investidos pela Transnordestina Logística (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) são de fontes nacionais. Do total de financiamentos, R\$ 2,6 bilhões são oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE),

outros R\$ 225 milhões do BNDES e R\$ 180 milhões, do BNB. Houve ainda R\$ 823 milhões do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e de R\$ 164 milhões, oriundos da empresa pública Valec. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aportou R\$ 1,35 bilhão. Desse total, R\$ 675 milhões foram emprestados do BNDES. Isto significa que, de uma obra orçada em R\$ 5,4 bilhões, a CSN entrará com apenas R\$ 700 milhões (ou 13% do total).

23 Uma proposta classista para a reestatização da Petrobrás. Vários autores. Editora Sundermann. São Paulo. ISBN: 978-85-99156-50-6

24 Nota do Ministério Público Federal, distribuída em 10 de junho de 2011.

25 Fonte: Procuradoria da República no Estado de São Paulo Publicada em: 25/05/2011

“Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT”

O governo reconhece que as concessões ao setor privado são cada vez mais lucrativas e mesmo assim propõe repassar verbas públicas para estes setores privados. Um documento oficial do governo federal²⁶ deixa claro sua orientação privatizadora:

“O setor ferroviário foi privatizado no fim da década de 1990 e, com o boom das exportações, tornou-se cada vez mais lucrativo.”

“O investimento público inicial pode ser um ponto de partida para a maior participação do setor privado nos projetos de infra-estrutura.”

*“Esse mecanismo, que é uma espécie de PPP, transfere para o setor privado a decisão quanto à melhor alocação de recursos. **No início, todas as obras serão custeadas pelo governo, mas a expectativa é que o setor privado arque com os custos de recuperação das estradas. Além disso, algumas das principais estradas já modernizadas (duplicadas) também serão disponibilizadas para concessão.**”*

“A conclusão oportuna das obras nessas estra-

das facilitará sua transferência para o setor privado.”

*“A aceleração dos investimentos para permitir que o governo central transfira a operação de projetos concluídos se aplica a outros setores além das rodovias. Por exemplo, a **aceleração dos cronogramas de gastos pode facilitar a conclusão de determinados projetos de transporte em massa urbano em algumas cidades, reduzindo os custos de financiamento associados aos empréstimos do BID, do BIRD ou dos bancos de desenvolvimento e garantindo a implementação do modelo de plena responsabilidade local por esses serviços, com o apoio das instituições citadas.**”*

“O processo de preparação desses projetos para a transferência de sua operação para o setor privado pode torná-los produtivos e gerar oportunidades expressivas de emprego em áreas deprimidas.”

Basicamente é o mesmo projeto aplicado pelo governo tucano de São Paulo, cujo objetivo é socializar os investimentos e privatizar o lucro.

26 PROJETO PILOTO RELATÓRIO DE PROGRESSO No 1 - Casa Civil da Presidência da República - Ministério da Fazenda - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Brasília, DF, Brasil - Março de 2005



Foto: Mathheus Birkaui

Privatização e corrupção

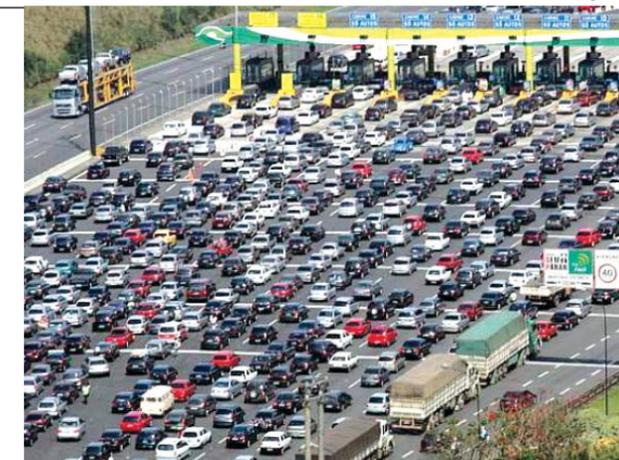
Definitivamente, privatização rima com corrupção. O escândalo no Ministério dos Transportes durante o governo Dilma revela que a privatização das ferrovias e rodovias não passa de uma grande maracutaia onde se repassa dinheiro público para a “iniciativa privada” (grandes corporações e construtoras) e estas corrompem os funcionários do governo em todos os escalões.

Curiosamente, um dos argumentos para a privatização era que nas empresas públicas dominava a corrupção, que encarecia os serviços. Porém, os indícios de superfaturamento na construção da Ferrovia Norte-Sul foram encontrados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no pátio da Valec em Araguaína, no Lote 5. A análise do contrato do trecho entre Babaçulândia e Córrego Galvão, no valor de R\$ 295 milhões, tocado pela SPA Engenharia, apontou um sobrepreço de 28,7% no orçamento-base elaborado pela Valec, estatal responsável pela obra.

Há um indício generalizado de superfaturamento de obras e favorecimento de grandes empresas privadas (grandes construtoras). Comprovando que este propinoduto é generalizado, toda a cúpula do Ministério dos Transportes caiu.

A privatização das rodovias

O governo Lula deu continuidade à privatização das rodovias brasileiras via Parcerias Público-Privadas (PPPs). As rodovias brasileiras têm uma extensão de 1,6 milhões de quilômetros. Destes, cerca de 200 mil são de estradas pavimentadas, dos quais a iniciativa privada administra pouco mais de 14 mil



quilômetros (média de 9%, bem superior à média mundial de 2% das estradas privatizadas).

Nas concessionárias rodoviárias se passa o mesmo que nas ferroviárias: a maior concessionária (Nova Dutra) investiu R\$ 730 milhões desde 1996 e somente em 2009 faturou R\$ 804 milhões e paga somente R\$ 15 milhões anuais pela concessão.²⁷

Já se vê que é um negócio muito lucrativo!

A privatização dos aeroportos

Outro escândalo anunciado: a privatização dos aeroportos do Brasil. O governo Dilma já privatizou alguns aeroportos, como o de Brasília e de Guarulhos/São Paulo, justamente os mais lucrativos. Por que Dilma privatizará os aeroportos, se a experiência da privatização da ferrovia é um desastre? Por que Dilma privatizará os aeroportos se mais de 80% dos aeroportos no mundo são públicos?

Por exemplo, nos Estados Unidos, os aeroportos são 100% públicos. Por que privatizar aeroportos que dão lucro para o governo?

Mais fichas no cassino: privatização da previdência dos servidores federais

Em 2012, o governo Dilma aprovou a criação do FUNPRESP, a previdência complementar dos servidores públicos. Com o FUNPRESP, se estabeleceu para os servidores públicos um limite de aposentadoria no mesmo nível dos trabalhadores da iniciativa privada.

Após este valor, o governo deixa de recolher os 22% que é sua obrigação legal e passaria a contribuir com o mesmo valor do trabalhador até a taxa limite de 8,5% do salário.

O FUNPRESP vai funcionar com contas individuais para cada segurado e, quando ele se aposentar, receberá em parcelas o valor acumulado. Como a contribuição do governo é muito pequena, a tendência é que a aposentadoria se afaste ainda mais dos valores integrais.

Simulações realizadas pelo próprio governo estimam que um servidor em fim de carreira com ganhos de R\$ 8.000 se aposentará com R\$ 4.560, apenas 57% do valor da ativa.

27 Dados do Relatório Anual da ANTT de 2009.

Fim da aposentadoria especial para mulheres e professores

Atualmente, as mulheres têm direito a um redutor de 5 anos em relação aos homens, podendo se aposentar com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade. O mesmo vale para professores do ensino médio e fundamental. Assim, no caso das professoras, estes redutores se somam e elas podem se aposentar com 25 anos de contribuição e 50 anos de idade. Com a aposentaria privada, tudo isso simplesmente acaba.

Fim do auxílio-doença e salário maternidade

Os benefícios sociais, que fazem parte de qualquer previdência baseada em seguridade social, não estão previstos no Projeto de Lei que institui o FUNPRESP. Assim, no caso de uma licença por saúde ou por maternidade, até agora os servidores só têm garantidos os benefícios dentro do teto pagos pela Previdência pública. Não considera as aposentadorias não programadas. O projeto afirma que a aposentadoria privada deverá arcar com as pensões por morte ou aposentadorias por invalidez, mas não estabelece a fonte de financiamento. Seguramente, sairá dos segurados, a partir de taxas adicionais.

O projeto do PT de previdência privada reduz as aposentadorias, acaba com a aposentadoria especial para mulheres e professores, acaba com o auxílio-doença e salário maternidade e não considera as aposentadorias não programadas.

O governo alega que a previdência pública do servidor é deficitária, mesmo recolhendo 11% do trabalhador e 22% da União.

Como um regime que cobra 33% é acusado de deficitário e outro, que cobrará cerca de 17%, é apre-

sentado como autossustentável?

A “solução” será uma redução brutal nas aposentadorias, sem afastar risco de quebra do fundo de pensão, como ocorreu no Chile e na Argentina, onde tiveram que ser assumidos pelos governos.

Exposição aos riscos do mercado

A gestão do fundo seria feita por uma entidade privada do setor financeiro (banco ou seguradora), escolhida por meio de leilão.

A empresa vencedora irá cobrar taxas de administração (não há limite definido para as mesmas no projeto, a Previ, do Banco do Brasil, cobra cerca de 4%). Além disso, poderá investir no mercado financeiro até 40% de todos os recursos do fundo. No caso de perdas nos investimentos, o segurado é quem assume o ônus sozinho, não cabendo ao gestor nenhuma penalidade, responsabilização ou coparticipação. Como a aposentadoria privada é por **Contribuição Definida** e não por **Benefício Definido**, qualquer oscilação do mercado ao longo de 30 anos (!) irá reduzir diretamente os ativos do fundo de pensão.

Fim da aposentadoria vitalícia

Como a aposentadoria privada é uma conta individual, uma vez tendo acabado o dinheiro, acabou a aposentadoria.

Em uma simulação da ANFIP, um servidor que recebe um salário de R\$ 10.000 e desconta 11% acima do teto para a previdência privada (mais 7,5% do governo) durante 27 anos, só conseguiria uma aposentadoria integral durante os 11 primeiros anos. Se se aposentar aos 65 anos, a partir dos 77 anos sua renda cairá 63%, pois a aposentaria pública será a única fonte de rendimento até o fim da vida.

Um balanço das privatizações

Para justificar as privatizações das estatais, argumentava-se que o Estado não deveria se preocupar em produzir aço, quando não conseguia sequer acabar com o analfabetismo. Que as empresas estatais eram cabides de emprego, por terem monopólio do setor eram pouco eficientes e que a sua venda iria reduzir os gastos públicos. Por fim, que os recursos arrecadados serviriam para reduzir a dívida pública.

Passados mais de 20 anos, continuamos sendo o país com o maior índice de analfabetismo na América do Sul, o monopólio público foi substituído pelo monopólio privado, houve expansão nos governos do PT de cargos para abrigar indicações políticas (inclusive dentro das Agências Reguladoras), a corrupção é marca tanto do processo de privatização quanto das concessões e, como vimos, a dívida pública aumentou.

Na gestão petista, aumentou a opressão sobre mulheres, negros e homossexuais

As contradições para as mulheres trabalhadoras

O PT foi o catalisador das esperanças de toda uma geração de trabalhadoras que apostaram na possibilidade de mudar a sociedade. Nas lutas da década de 1980, que culminaram com a derrubada da ditadura, foi num partido de trabalhadores que essas mulheres encontraram uma ferramenta para lutar contra o machismo e a exploração. Desde seu surgimento, o PT passou por inúmeras transformações e chegou ao governo em 2003 com um perfil bastante distinto. As esperanças que apostavam na mudança aos poucos foram sendo substituídas pela ideia de que Lula e Dilma fizeram o que “era possível”. Em relação às bandeiras para as mulheres não foi diferente.

Apesar do grande diferencial do PT em relação aos governos anteriores é ter políticas específicas para as mulheres, é preciso dizer que o “governo do possível” não tem colocado as trabalhadoras num patamar de igualdade com os homens. Como vimos no capítulo 2, entre os trabalhadores pobres de categorias altamente precarizadas (agricultura, trabalho doméstico e autônomos), 88% são mulheres e 68% negros(as), atestando que a pobreza segue sendo de raça negra e com cara de mulher. Essas características mantêm os mesmos níveis observados nos governos anteriores, do PSDB.

Emprego e renda

Ao contrário do que afirma o PT, a desigualdade de gênero não só não diminuiu como em alguns aspectos inclusive aumentou durante seus anos de governo. Um dos exemplos é a diferença salarial entre homens e mulheres.

Segundo o DIEESE, entre 2000 e 2010, justamente no período em que o Brasil retomou o crescimento econômico e, supostamente, passou a ter políticas de inclusão para as mulheres, a diferença salarial entre homens e mulheres assalariados aumentou na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas, conforme tabela ao lado.

Além disso, as mulheres continuam tendo uma taxa de desemprego muito superior aos homens, de 25 a 40% a depender da região do país, segundo esse mesmo estudo do DIEESE.

Em 2013 o DIEESE publicou um novo estudo que revela que o desemprego estrutural afeta particularmente mulheres e negros. Entre os trabalhadores que procuram emprego há menos de um ano, 53,9% são mulheres e 53,3% negros(as), mas a proporção sobe ainda mais entre os que estão desempregados há

Rendimento das assalariadas em relação aos homens

Regiões metropolitanas e Distrito Federal, em %

	2000	2010	
Belo Horizonte	95,8%	90,5%	▼
Distrito Federal	91,1%	92,4%	▼
Porto Alegre	92,3%	87%	▼
Recife	102,3%	103%	▲
Salvador	97,7%	96%	▼
São Paulo	90%	87,3%	▼

Fonte: DIEESE Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, p. 104

mais de 12 meses: 63,2% e 60,6%, respectivamente.

Em 1999, quando a taxa de desemprego pela instituição era perto de 20%, negros e mulheres eram cerca de metade dos trabalhadores sem emprego há mais de um ano. Em 2012, quando a taxa de desocupação foi de 10,5%, superavam 60% dos desempregados de longo prazo.

Isto é, a redução nos índices de desemprego torna ainda mais clara a desigualdade de raça e gênero.

Os programas do governo para as mulheres

Desde sua posse, Dilma Rousseff foi mudando a configuração de gênero nos ministérios. Atualmente, entre as dez secretarias nacionais, quatro são chefiadas por mulheres e entre os 25 ministérios, quatro estão sob direção feminina, entre eles o do Planejamento. Essas mudanças contribuem para a identificação das trabalhadoras com o governo. Dilma aparece como uma figura forte, uma mulher que rompe com o machismo naturalizado na sociedade, tornando-se a maior autoridade institucional do país. Mas se por um lado essa ofensiva ideológica vem combinada com um conjunto de políticas direcionadas à disputa da consciência das trabalhadoras, por outro isso não tem nenhuma relação direta com o avanço na luta pelos direitos democráticos das mulheres, ao contrário, a maior parte dos programas do governo para as mulheres reforça o papel tradicional da mulher na sociedade, responsável pelo cuidado da casa e dos filhos. Vejamos alguns exemplos:

Programa Bolsa-Família

Um dos carros-chefes do governo do PT nos últimos 10 anos, o programa bolsa-família, repassa a famílias de baixa renda um valor mensal médio de R\$ 70,00 por cada filho matriculado na escola. A quase totalidade (92%) dos titulares dos cartões do programa são mulheres, pois há um incentivo para que elas sejam as beneficiárias.

Não negamos a importância das mulheres assumirem o papel de receber e controlar a renda, muito pelo contrário. O problema é que o argumento principal do governo para isso se apoia na ideologia dominante de que as mulheres têm maiores responsabilidades em relação à família do que os homens e reforça a obrigação de cuidar dos filhos, garantir a frequência escolar e que estejam em condições de saúde para ir às aulas, reafirmando o machismo naturalizado na sociedade, colocando sobre seus ombros a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos, e ainda por cima, com um valor mensal muito aquém das necessidades de qualquer criança.

Por outro lado, os próprios gastos do governo com o bolsa-família são irrisórios. Basta comparar o que o governo investiu no programa com os gastos no pagamento de juros e serviços da dívida pública para ver que o bolsa-família não passa de uma política “para inglês ver”.

Entre 2011 e 2012, por exemplo, enquanto o governo destinou R\$ 35 bilhões para o bolsa-família, os gastos com a dívida foram de R\$ 1,461 trilhão, ou seja,



mais de 40 vezes mais.

Além disso, em 2012, somente com a redução do IPI de carros e eletrodomésticos da linha branca o governo Dilma renunciou a R\$ 7,1 bilhões. Para se ter uma ideia do quanto isso representa em relação ao bolsa-família, a ampliação do programa anunciado em fevereiro trará um custo anual adicional de R\$ 928,4 milhões aos cofres públicos.

Isto é, o que o governo deixou de arrecadar em 2012 daria pra ampliar em mais de sete vezes os gastos com o bolsa-família.

Programa Rede Cegonha

Outro programa do PT que contribui para reforçar o papel tradicional da mulher na sociedade, dessa vez como mãe é o Rede Cegonha. Essa política vai de encontro a uma proposta de assistência integral à saúde da mulher que desde 1984 norteia os programas executados por governos anteriores e incorporaram os novos conceitos de saúde formulados pelo movimento feminista durante a década de 1980.

Um exemplo é o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM, 1984), elaborado a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres que englobavam aspectos como direito à sexualidade e a saúde, à procriação e ao planejamento familiar, descriminalização e legalização do aborto, democratização da educação para saúde e outras medidas entendidas como parte da esfera da saúde pública, o PAISM significou um avanço sem precedentes em relação a programas anteriores focados exclusivamente na saúde materno-infantil e no ciclo gravidez-parto-puerpério.

Passados quase 30 anos da proposta que pôs o Brasil na vanguarda em termos de atenção à saúde da mulher, o PT retrocede no tempo e abandona a formulação de uma Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher para dar lugar a um programa voltado exclusivamente para a saúde materna.

O Programa Rede Cegonha foi uma das principais bandeiras de campanha da presidente Dilma. Lançado em março de 2011, tem por objetivo reduzir a mortalidade materna no país, cujos índices são de 64 para cada 100 mil parturientes, muito superiores ao preconizado pela Organização Mundial de Saúde que é de 35 para cada 100 mil e 5 vezes mais alto do que o dos países ricos. As mulheres são hoje, 75% dos usuários do SUS e a mortalidade materna é uma das maiores razões de morte entre elas.

Entretanto nem a portaria nº 1.459, que formalizou a Rede Cegonha, nem a MP 557/11, que tornava obrigatório o cadastro das gestantes no Sisprenatal e que caiu após inúmeras manifestações contrárias por parte dos movimentos feministas, contém referência à questão do aborto, considerada a quarta principal causa de morte entre gestantes no Brasil. O pró-

prio Ministério da Saúde em sua Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (2010) estima em mais de um milhão ao ano o número de abortos induzidos, dos quais cerca de 200 mil resultam em internação devido a complicações no procedimento, é a terceira causa de ocupação de leitos nas maternidades brasileiras. Fechar os olhos para esses números é criminoso e qualquer política séria de saúde para as mulheres teria de levar isso em consideração, sobretudo quando já existem estudos que comprovam queda desses índices em países “onde o aborto já é seguro e descriminalizado”, segundo mesma Norma Técnica.

A legalização do aborto, que era parte do programa do PT na década de 1980 e motivo de luta das mulheres, foi definitivamente esquecido, aliás, sistematicamente negado. Durante o governo Lula, 10 mil mulheres foram indiciadas criminalmente por prática de aborto clandestino.

O PT abandona a formulação de uma Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher para dar lugar a um programa voltado exclusivamente para a saúde materna

Quanto a presidente Dilma, até o momento nenhuma medida foi tomada para avançar na legalização do aborto durante seu mandato, ao contrário, o posicionamento que mantém desde a campanha eleitoral, expresso na *Carta ao Povo de Deus*, vai justamente no sentido contrário. Até agora, por exemplo, Dilma não se manifestou em relação ao Estatuto do Nascituro, cujo Projeto de Lei tramita na Câmara e acaba com qualquer possibilidade da mulher

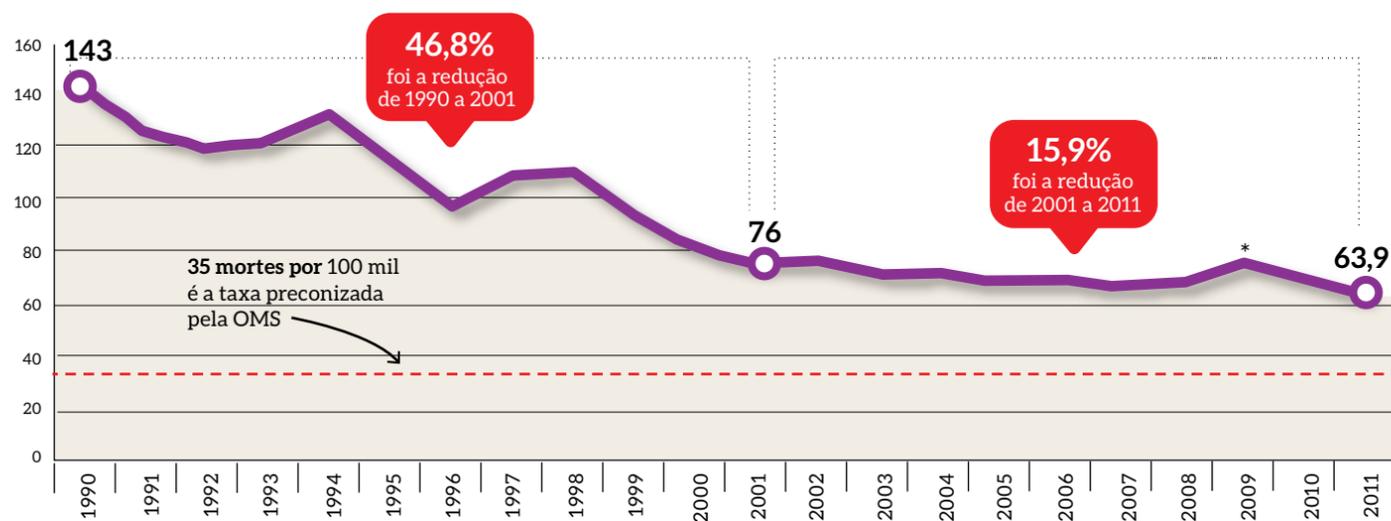
poder recorrer ao aborto legalizado no país, mesmo em casos de gravidez fruto de violência sexual, cuja conquista foi obtida ainda na década de 1940.

Além disso, o Rede Cegonha é um claro retrocesso à Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004), atualização PAISM, cujos conceitos de saúde se baseiam nos princípios do direito à saúde, equidade de gênero e da integralidade da assistência garantido através da atenção qualificada em todas as fases, ciclos e situações de vida da mulher.

O próprio argumento do governo para implementar o programa é questionável, há inúmeras evidências de que as condições de vida prévias ao período gestacional interferem no curso dessa e na sua conclusão, incluindo aí recorrer ou não à prática do aborto.

Razão da mortalidade materna (RMN)

De 1990 à 2011, mortes a cada 100 mil mulheres



FONTE: Ministério da Saúde. (*) Alta em 2009 foi provocada pelo H1N1.

Por outro lado, as taxas de mortalidade materna vêm decrescendo nos últimos 20 anos a uma média de 4% ao ano, sendo que as maiores quedas foram na década de 1990. Aliás, o ritmo de redução na mortalidade materna foi medíocre durante o governo do PT. Para se ter uma ideia, entre 1990 e 2000, o Brasil registrou redução de 46,8% nessas taxas, entretanto esse avanço foi contido entre 2001 e 2011. Sendo que, nos últimos anos, a redução não alcançou 10%.

Com isso o Brasil ocupa a 79ª posição no ranking da mortalidade materna e deixará de cumprir uma das chamadas “metas do milênio” para a saúde pública, porque o PT não foi capaz nem de aplicar de forma consequente uma política de saúde para as mulheres.

E como a falta de políticas públicas afeta de forma mais cruel as mulheres pobres e negras, é evidente que a maior incidência de mortes maternas no

Brasil é verificada nas regiões mais carentes, entre as mulheres pobres e de baixa escolaridade, sendo que as principais vítimas são as mulheres negras. O caso é tão gritante que entre 2000 e 2007, a mortalidade materna entre as negras aumentou em mais de 30%, contra uma diminuição de 19% entre as brancas.

Os dois grandes problemas que hoje o Brasil enfrenta para a redução da mortalidade materna são a baixa qualidade do atendimento, incluindo aí o setor privado, e a condição clandestina do abortamento que expõe ao risco a vida das mulheres. Nesse sentido a consolidação do SUS como um sistema único de saúde, público, gratuito e de qualidade, é fundamental para a redução da mortalidade materna e que mais do que nunca a discussão de aborto seguro, o que inclui a descriminalização e legalização do aborto, além da sua garantia pelo SUS, está na pauta do dia.

Mortalidade materna por cor/raça



FONTE: DIEESE Anuário das Mulheres Brasileiras 2011 (p. 217). Elaboração: Ilaese

Política de creches

No quesito educação as políticas do PT tampouco avançaram no sentido de garantir condições melhores para as mães trabalhadoras. Ao manter o veto sobre o aumento do percentual do PIB investidos na educação, o PT comprometeu diretamente a oferta de vagas na educação infantil. A ausência de política para construção de creches impede que 8 em cada 10 crianças no Brasil tenham acesso à Educação Infantil e uma parte significativa das mulheres não podem trabalhar porque não tem onde deixar os filhos.

A situação é tão alarmante que o DIEESE, em 2010, avaliou que a ausência de local para as mães deixarem seus filhos era o principal motivo para que uma mulher não conseguisse trabalho ou permanecesse em um emprego. Há 10 anos, a meta do governo era construir 12 mil unidades, mas essa foi abandonada e reduzida para 6 mil no início do governo Dilma. Lula prometeu construir 4.035 creches até o final de seu segundo mandato, mas entregou apenas 221.

Quanto ao compromisso assumido pela presidente Dilma de entregar 1.500 creches ao ano, em outubro de 2013, quase 3 anos depois do início de seu mandato, pode-se dizer que somente algumas poucas centenas saíram do papel (612, segundo a própria Dilma em seu programa Café com a Presidenta). Não foi por falta de recursos, e sim de prioridades, ao longo desses 10 anos o PT seguiu gastando metade do orçamento nacional com o pagamento da dívida pública.

Em abril de 2013 o governo federal anunciou que poderia recorrer à modalidade de Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para acelerar a construção de creches e assim garantir a entrega de 8.685 unidades até o fim de 2014, cumprindo e inclusive

aumentando sua promessa de campanha. Vale lembrar que o modelo inicialmente criado para acelerar as obras da copa foi questionado no Supremo Tribunal Federal, por dificultar a fiscalização do dinheiro público. Uma das polêmicas do RDC é o sigilo de orçamento, que só pode ser divulgado no final da licitação e por isso não teria transparência, segundo a Procuradoria Geral da República que critica ainda a transferência da responsabilidade sobre os projetos básicos das obras ao setor privado, quando no regime comum são os governos que elaboram as linhas gerais da obra. Mas mesmo isso não foi implementado, de concreto mesmo só o que o governo liberou para o financiamento da construção das creches. Dilma firmou o compromisso de investir R\$ 7,6 bilhões do PAC para construir as 6 mil creches prometidas, no entanto, dados do SIAFI apontam que até julho de 2013 foram liberados apenas R\$ 1,48 bilhão, ou seja, apenas 30% dos R\$ 4,75 bilhão que o governo deveria ter executado para de fato cumprir sua meta.

Durante a marcha de prefeitos realizada no dia 10 de julho de 2013, em Brasília, a presidente Dilma mais uma vez prometeu, dessa vez para cerca de quatro mil prefeitos presentes, investir R\$ 3,2 bilhões na construção de 2 mil creches, não deixando claro, entretanto, se tratava-se ou não de um acréscimo às 6 mil creches prometidas durante sua campanha.

Não foi a primeira vez que isso ocorreu, em maio de 2012 durante o lançamento do Programa Brasil Carinhoso, versão requentada do programa Bolsa Família, a presidente prometeu construir 1.500 novas creches, sem tampouco esclarecer se isso significaria uma efetiva ampliação nos investimentos.

Novo custo-aluno é menor do que o estabelecido pelo Fundeb

Em 31 de dezembro de 2010, o governo federal estabeleceu o novo custo mínimo por aluno para financiar cada etapa da educação brasileira. Mas o valor que o MEC destinou às novas creches, inauguradas depois do envio de dados do censo escolar, em 2011, foi menor que a quantia que o próprio governo estabeleceu como mínimo, conforme a tabela ao lado:

Tipo de unidade	Valor estabelecido pelo Fundeb	Valor estabelecido para novas unidades	variação
Creche em tempo integral	R\$ 2.066,46	R\$ 1.682,97	-18,5%
Creche em tempo parcial	R\$ 1.377,64	R\$ 1.223,98	-11,1%
Pré-escola em tempo integral	R\$ 2.238,66	R\$ 1.912,46	-14,6%
Pré-escola em tempo parcial	R\$ 1.722,05	R\$ 1.529,97	-11,1%

Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT

Brasil Carinhoso

O Programa Brasil Carinhoso trata-se de um complemento financeiro para famílias com pelo menos um filho de até 15 anos que mesmo recebendo o Bolsa-família viviam com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa, isto é, na extrema-pobreza. Além disso, prevê o reforço de políticas ligadas à saúde e educação.

Na área da saúde envolve a distribuição de doses de vitamina A para crianças de 6 meses a 5 anos de idade nas Unidades Básicas de Saúde e aumento da oferta de sulfato ferroso pela rede de atenção básica; distribuição gratuita de medicamentos para asma nas unidades do "Aqui tem Farmácia Popular" e reforço das campanhas de vacinação.

Na área de educação prevê o estímulo financeiro para municípios e o DF com o objetivo de incentivar a oferta de vagas na Educação Infantil para crianças de 0 a 4 anos, especialmente para beneficiárias do Bolsa-família. Como se pode ver, é mais do mesmo.

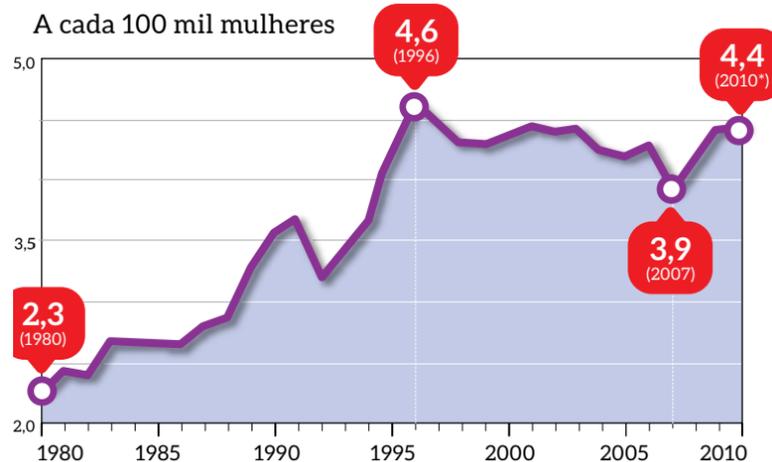
Vale destacar que apesar de uma das principais diretrizes políticas do Brasil Carinhoso ser a criação de vagas em creches, dos cem municípios brasileiros onde mais de 70% das famílias dependem do programa, 56 não têm creche pública para atender crianças de 0 a 3 anos.

Ou seja, 56 municípios que hoje tem o Brasil Carinhoso não possuem creche. A resultante disso é que menos de 15% das crianças até 3 anos atendidas pelo Bolsa-família estão matriculadas na Educação Infantil, índices inferiores à própria média nacional.

A violência contra a mulher

Por fim, quanto às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher tampouco foi priorizado durante os anos de governo do PT, mas ao contrário de acordo com o relatório Mapa da Violência 2012 divulgado pelo Instituto Sangari²⁸, das 91 mil mulheres assassinadas no país entre 1980 e 2010, quase metade (43,5 mil) ocorreram na última década. O número de mortes ao ano aumentou 217,6% em 30 anos, conforme mostra o gráfico.

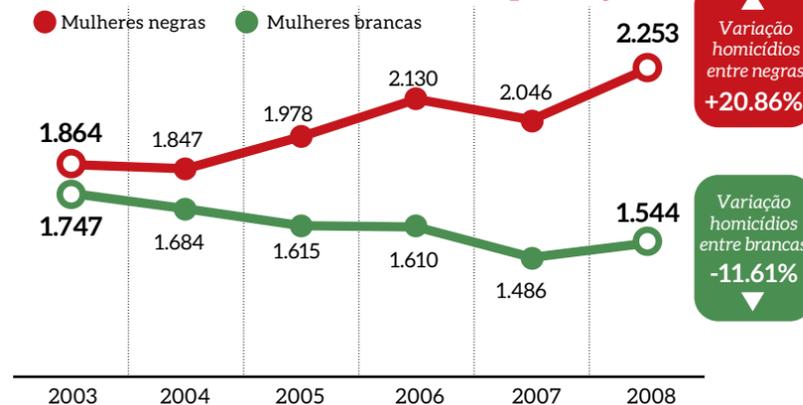
Evolução da taxa de homicídios femininos



Fonte: SIM / SVS / MS * Dados preliminares de 2010

E, assim como no caso da mortalidade materna, também há o componente racial na violência contra as mulheres. Desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo enquanto que o de negras aumentou. Em 2008 a taxa de homicídios entre as mulheres negras foi 45% maior do que entre as brancas, sugerindo que a aplicação de políticas públicas para acabar com a violência se dá de forma diferente segundo a cor/raça da mulher.

Total de homicídios de mulheres por raça



Fonte: SIM / SVS / MS Elaboração: Julio Jacobo Waiselfisz e CFEMEA

Um estupro a cada 10 segundos

Os casos de estupro também aumentaram, segundo o 7º Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública, em 2012 foram registrados 50,6 mil estupros, um aumento de mais de 230% em relação a 2006 quando o número de registros foi de 15,3 mil.

É um estupro a cada 10 segundos no Brasil.

Além disso, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde registrou em 2012, 103.794 notificações de atendimentos a mulheres por violência. Isso equivale a 65,9% de todas as notificações envolvendo Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências em instituições de saúde. Entretanto há que se considerar que os dados registrados pelo SINAN representam apenas a ponta do iceberg já que se referem somente as que demandam atendimento do SUS e que declaram abertamente o agressor. Por baixo dessa ponta visível,

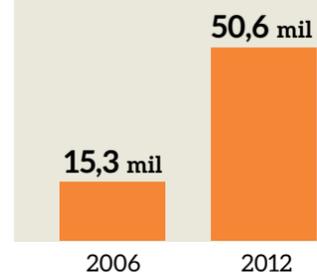
um enorme número de casos de violência nunca chega à luz pública.

Aliás, conhecer a situação da violência contra a mulher no Brasil é uma tarefa difícil, pois esbarra na falta de dados estatísticos. Não existe um sistema nacional de informações e, como as delegacias são vinculadas às secretarias estaduais de segurança, cada uma coleta e sistematiza as informações com metodologias e periodicidades diferentes, impossibilitando assim, por exemplo, mapear nas pesquisas dados como raça, cor, idade ou orientação sexual das vítimas, que na maioria dos casos não são coletados.

O próprio governo admite essa lacuna. Segundo a ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o Ligue 180 é a única fonte de dados que o governo possui, embora o serviço ainda seja precário.

Um estupro a cada 10 segundos

Aumento dos casos



Fonte: 7º Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública.

A rede de enfrentamento à violência contra a Mulher em todo o País

Em 2006, após muita luta dos movimentos de mulheres, foi promulgada no Brasil a Lei Maria da Penha. Entretanto, devido a inúmeras falhas em sua implementação, a lei tem se mostrado limitada para combater a violência contra as mulheres. Um dos grandes problemas é a falta de estrutura. Para se ter uma ideia, segundo dados da própria Secretaria de Política para as Mulheres, apesar de possuir mais de 5.500 municípios, o Brasil possui apenas a estrutura ao lado:

TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Centros de Referência/Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher: atenção social, psicológica e orientação jurídica	226
Serviço de Saúde Especializado para o Atendimento dos Casos de Violência contra a Mulher	249
Casas Abrigo/ Outros Serviços de Abrigamento	77
Delegacias Especializadas/Postos/ Núcleo/Seções de Atendimento à Mulher em Delegacias Comuns	497
Juizados Especializados e Varas adaptadas	100
Defensorias Especializadas	43
Promotorias/Núcleos de Gênero no Ministério Público	53
Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor	15

Fonte: Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). Elaboração: ILAESE. Acesso em 10/01/2014

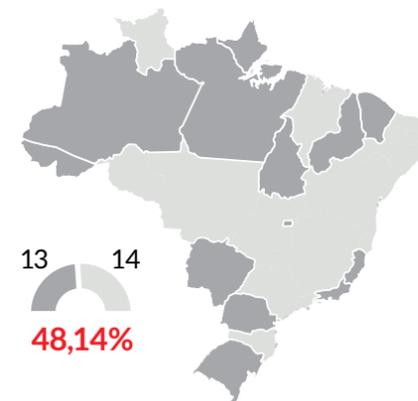
Ou seja, **menos de 10% dos municípios brasileiros possui delegacias especializadas (DEAM) e pouco mais de 1% conta com casas abrigo.** Mas mesmo estes números são imprecisos, pois como não existe um sistema nacional de informações sobre a violência contra mulheres alimentado periodicamente com informações dos estados e municípios, afirmar com certeza o número exato dos serviços da rede é praticamente impossível.

28 WAISELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

Outro problema é a distribuição desigual dos serviços e a concentração em algumas regiões ou centros urbanos. Segundo levantamento do IBGE, somente 12 estados e o Distrito Federal possuem centros de referência ao atendimento exclusivo a mulheres em situação de violência e apenas 15 informaram a existência de casas-abrigo mantida unicamente pelo estado para atendimento exclusivo às mulheres em situação de violência. A maior parte está concentrada na região Norte do país. Por outro lado, nenhum estado da região Sul informou possuir este serviço.

Unidades da Federação que possuem Centros de Referência à mulher

- Com centros de referência
- Sem centros de referência



Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadiv, Perfil dos Estados Brasileiros 2012 RJ, 2013.

Unidades da Federação que mantêm casas-abrigo para as mulheres

- UFs que mantêm casas-abrigo
- UFs que não mantêm casas-abrigo

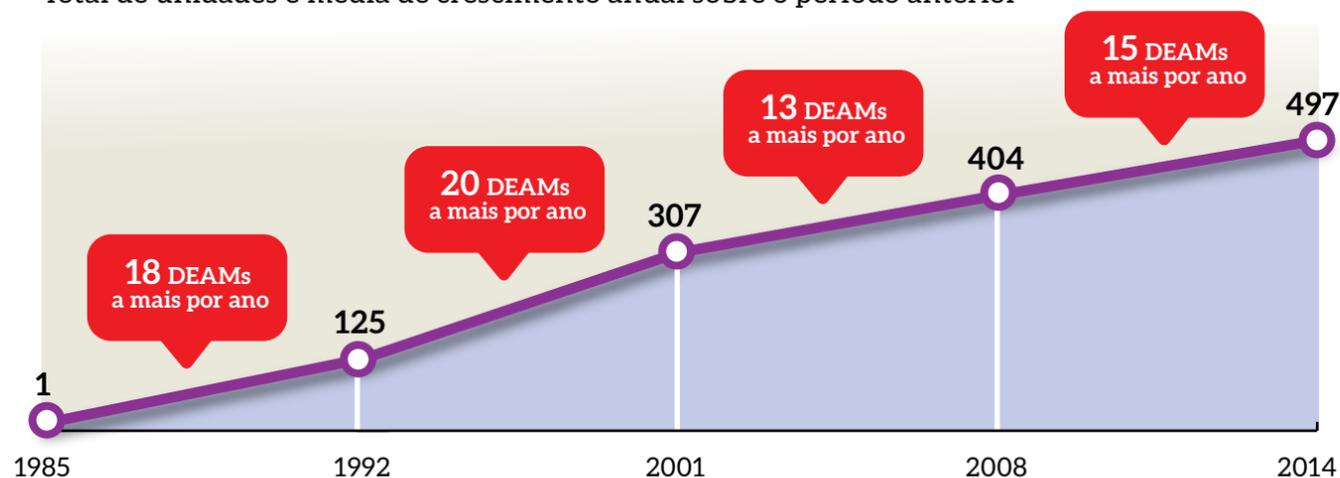


Acre, Amapá, Roraima, Amazonas, Pará, Tocantins, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Ao contrário do que possa parecer em face da Lei Maria da Penha, a maior proliferação de DEAMs se deu de 1992 a 2001, antes do governo do PT, sendo que de 2008 a 2014, isto é, após a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a média de abertura de DEAMs ficou em 15 unidades/ano.

Evolução da quantidade de DEAMs

Total de unidades e média de crescimento anual sobre o período anterior



338 anos é o tempo para que todas as cidades tenham ao menos uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, caso o ritmo de crescimento da rede continue igual ao dos últimos cinco anos.

Fontes: IIPNPM/ CFEMEA/Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). Elaboração: ILAESE

Evolução da rede de enfrentamento à violência

TIPO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO	EM 2008	EM 2013	VARIAÇÃO 2008-2013	MÉDIA /ANO	TEMPO NECESSÁRIO PARA ATINGIR 100% DAS CIDADES*
Centros de Referência	112	226	+ 114	+ 19	281 anos
Casas Abrigo	66	77	+ 11	+ 2	2.746 anos
DEAMs/PAMs	404	497	+ 93	+ 15	338 anos
Juizados Especiais/Varas adaptadas	70	100	+ 30	+ 5	1.094 anos
Defensorias Especializadas/Promotorias/ Núcleos de gênero do MP	15**	96	+ 81	+ 13	422 anos

Fontes: II PNPM (pg. 99) e Portal SPM. Elaboração: ILAESE

* Considerou-se um serviço por município e o ritmo de crescimento dos últimos 6 anos. ** Refere-se apenas ao número de Defensorias Especializadas

Além de insuficiente, o atendimento e acolhimento oferecido em muitos casos são também precários. Especialistas sustentam que como o sistema não foi institucionalizado, a qualidade do atendimento depende das convicções do funcionário que acolhe a vítima, há inclusive denúncias de casos em que policiais assediam mulheres que buscam ajuda. Tanto que nove em cada 10 reclamações feitas à Ouvidoria da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) são queixas contra o atendimento da Polícia Militar (190), a assistência prestada em Delegacias de Polícia tradicionais e Delegacias Especializadas no combate à violência contra a mulher. Em geral, dizendo res-

peito a episódios de mau atendimento ou falta de estrutura para o atendimento especializado à mulher.

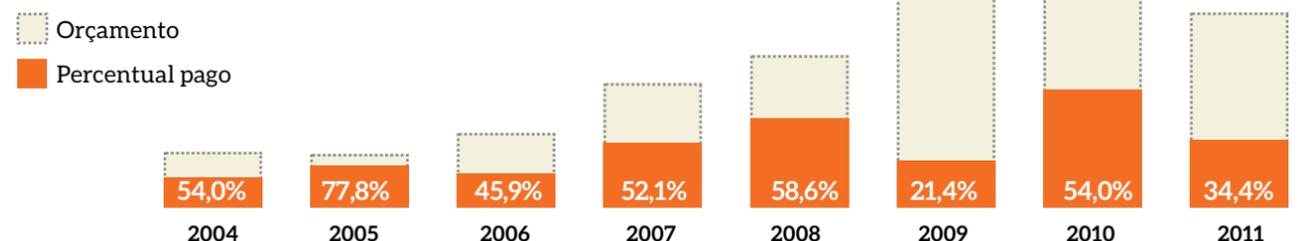
Por outro lado, somente no Rio Grande do Sul 20% das mulheres assassinadas possuíam alguma medida judicial de proteção. A falta de estrutura para garantir as medidas protetivas têm resultado na sua completa ineficácia.

O grande problema para a implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência tem sido a falta de recursos. Apesar de todo o discurso, o governo não tem demonstrado vontade política em priorizar investimentos nesse sentido. Observe, por exemplo, o quadro abaixo, retirado do relatório final da CPMI da violência contra mulheres:

Orçamento e gastos com ações de enfrentamento à violência contra a mulher

Programa 0156 - Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, entre 2004 e 2011

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dotação	10.760.000	10.135.098	10.116.111	23.309.007	28.833.500	40.909.000	40.270.000	36.916.122
Autorizado	10.527.853	10.135.098	14.115.837	23.545.281	28.833.500	40.909.000	41.250.000	36.916.122
Empenhado	6.069.533	8.914.191	8.331.237	17.702.226	25.378.902	39.150.233	35.293.644	36.807.301
Liquidado	6.069.533	8.914.191	8.331.237	17.452.419	25.378.902	39.150.233	35.293.644	36.807.301
Pago	5.690.757	7.894.480	6.483.968	12.279.585	16.909.884	8.778.222	22.284.524	12.698.283



Fonte: SIAFI/SIGA Brasil

Gasto com combate à violência não passou de R\$ 0,26 por mulher

Conforme é possível perceber, a média anual do orçamento destinado para as ações do Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, entre 2004 e 2011 representou modestos R\$ 25 milhões/ano.

Adotando como indicadores o número de municípios a serem atendidos e a população-alvo, os valores previstos no Programa 0156 representaram, respectivamente, R\$ 4.637,00/município/ano, ou ainda irrisórios R\$ 0,26 por mulher.

Tomando-se por base não o valor autorizado, mas o que foi realmente pago, o financiamento das ações mostra-se ainda mais limitado, com valor anual médio por município equivalente a R\$ 2.100,00.

Entretanto, se entre 2004 e 2011 foram destinados no total cerca de R\$ 200 milhões para o Programa 0156, não obstante somente no ano de 2012 o governo federal desembolsou R\$ 753 bilhões para o pagamento de juros, amortizações e gestão da dívida pública.

Em 2012, o pagamento de serviços da dívida foi mais de 3.700 vezes o Orçamento para enfrentar a violência contra as mulheres em oito anos.

Isto é, o que o governo gastou somente no ano de 2012 com pagamentos de serviços da dívida foi mais de 3.700 vezes o orçamento do Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as

Mulheres nos oito anos anteriores.

Isso demonstra claramente quais são as prioridades do governo federal.

Programa “Mulher, Viver sem Violência”

Em março de 2013 o governo federal lançou o programa Mulher: Viver sem Violência. Para sua implementação o compromisso da presidente Dilma foi de investir R\$ 265 milhões em dois anos, sendo R\$ 137,8 milhões em 2013 e R\$ 127,2 milhões em 2014. Destes, R\$ 115,7 milhões na construção, equipagem e manutenção de 27 prédios da Casa da Mulher Brasileira; R\$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180; R\$ 13,1 milhões em humanização da atenção à saúde pública; R\$ 6,9 milhões na humanização da perícia para aperfeiçoamento e coleta de provas de crimes sexuais e R\$ 4,3 milhões em serviços de fronteira. Deveria ser destinado ainda um aporte de R\$ 100 milhões para o desenvolvimento de cinco campanhas educativas de conscientização.

Com custo médio de R\$ 4,3 milhões cada, o carro-chefe do programa é a Casa da Mulher Brasileira, espaço que deverá reunir os seguintes serviços: delegacias especializadas, juizados e varas, defensorias e promotorias, equipe psicossocial e de orientação para emprego e renda, brinquedoteca e espaço de convivência, além de fornecer transporte gratuito para os serviços de saúde (IMLs, hospitais de referência e unidades básicas) e de abrigo. A previsão é atender cerca de 200 pessoas/dia.

Um ano após o anúncio do programa, nenhuma Casa da Mulher Brasileira havia sido entregue.

Com relação à Casa da Mulher Brasileira, não negamos sua relevância, muito pelo contrário, é uma iniciativa importante, pois a dispersão dos serviços é muitas vezes um limitador para que as mulheres vítimas de violência busquem ajuda. Contudo, se a concentração numa mesma infraestrutura facilita, não podemos nos esquecer de que um dos principais problemas na questão do acesso é justamente que a rede está disponível a um número muito limitado de cidades. Há o risco de que essa política reduza ainda mais o atendimento às mulheres nos pequenos e médios municípios.

Assim mesmo, no balanço da implementação do Programa, considerando que metade de seu orçamento foi previsto para ser executado em 2013, podemos ver que pouco saiu do papel. Até o início do ano, nenhuma Casa da Mulher Brasileira foi entregue e no Orçamento de 2014 está prevista a liberação de verbas para a construção de apenas sete. Nenhum centavo foi empregado na ampliação do Ligue 180 em 2013 e como para 2014 estão previstos apenas 11 milhões, isso significa que a promessa já está comprometida. Sobre a melhoria da infraestrutura da rede e das campanhas educativas de conscientização, não foi possível encontrar avanços.

O PT e a “inclusão marginal” de negros e negras



No início dos anos 1980, quando o PT surgiu, a imensa maioria dos ativistas do movimento negro viu o partido como a possibilidade de construção de um “novo quilombo”; um espaço e um instrumento para fazer avançar o processo de reorganização da luta anti-racista que, na esteira da derrubada da ditadura, havia dado importantes passos, particularmente com a fundação, em julho de 1978, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

Passados 10 anos desde que o partido chegou ao poder, apesar das enormes expectativas ainda hoje alimentadas pela maioria da população negra, esta perspectiva foi completamente soterrada pelas marcas registradas do “modo petista de governar”, a começar pelas alianças com setores mais conservadores (e racistas) da sociedade e pela submissão de toda e qualquer política à lógica do mercado neoliberal.

A inclusão marginal da população negra

Ainda no primeiro mandato de Lula, a única medida concretamente voltada para a população negra é um dos exemplos mais lamentáveis desta história: o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Em um momento em que nem 2% da população negra estava nas universidades, o governo petista criou um projeto de “inclusão” que, na prática, apostava na perpetuação da marginalização dos negros e negras.

Como se sabe, ao invés de garantir as cotas e ampliar as vagas na educação pública (como havia prometido durante a campanha), Lula criou um programa que, além de jogar a população negra em escolas privadas de baixa qualidade, ajudou a encher ainda mais os cofres dos tubarões do ensino através da destinação de milhões de reais em isenções fiscais e do pagamento de mensalidades.

Se essa foi a marca do primeiro mandato, o resto da década não foi nada diferente. Enquanto realizava conferências, cujas resoluções e promessas, nunca saíram do papel, o governo petista - primeiro com Lula e, depois, de forma ainda mais intensa, com Dilma - foi abandonando ou distorcendo, uma a uma, as principais bandeiras do movimento negro.

Os exemplos dariam para preencher várias páginas desta publicação, mas dois deles bastam para ilustrar o que estamos falando. Em 2003, uma reivindicação histórica do movimento, o ensino de história e cultura afro-brasileiras (Lei 10.639/03), foi aprovada com um único veto do presidente: o corte do artigo que previa a destinação de verbas para a formação de professores. Um “detalhe” que, na prática, faz com que, até hoje, a lei só saia do papel através do esforço e dedicação dos próprios educadores.

Mais escandaloso ainda foi uma das últimas medidas sancionadas por Lula, em 2010: o Estatuto da Igualdade Racial, cujo texto original construído pelo movimento negro, foi completamente mutilado em

O Estatuto da Igualdade Racial foi mutilado, retirando direitos dos quilombolas e citação aos termos raça e escravidão

função de um acordo espúrio entre o senador Paulo Paim (PT-RS), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada no início do governo Lula, sem verbas e funções definidas. O acordo também incluía os representantes do agronegócio, representados pelo corrupto Demóstenes Torres (DEM-GO).

O resultado foi um texto absurdo, do qual foram retiradas bandeiras históricas como as cotas, a regulamentação das terras quilombolas e até mesmo qualquer menção aos termos raça, escravidão e identidade negra.

Cotas: 30 anos de luta e uma vitória parcial

Apesar de tudo isto, a população negra e, particularmente a enorme maioria do movimento negro, ainda vê no governo um aliado no combate ao racismo, em parte por causa da aprovação das cotas raciais nas universidades. Arrancado depois de décadas de lutas e anos de engavetamento nos gabinetes do governo, o projeto, contudo, está longe do que era reivindicado. Primeiro porque parte de uma subrepresentação da população negra; segundo porque não prevê medidas que garantam a permanência (como bolsas de alimentação, moradia e transporte).

Crescimento desigual e manutenção do abismo racial

Contudo, não são apenas as manobras nem as pírias concessões do petismo que revelam seu verdadeiro caráter no que se refere ao combate ao racismo. Mais importante é entender que, assim como acontece em relação à endividada “nova classe média”, a ilusão de “ascensão social” e conquista de direitos não resiste a uma análise mais profunda da realidade.

Exemplo disto pode ser visto pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um ano antes do PT chegar ao poder, enquanto o “Brasil branco” ocupava a 47ª posição entre as nações mais desenvolvidas, o “Brasil negro” estava na 107ª posição do ranking. Dez anos depois, esse abismo continua praticamente o mesmo, como revelou a pesquisa feita em 2009: as condições de moradia, saúde, educação e saneamento básico da população branca a colocaram no 40º lugar no ranking, enquanto os negros permaneceram na 104ª posição.

Outros índices que demonstram o descaso e ineficácia das políticas raciais do petismo são ainda mais trágicos. Segundo dados do Seppir, vivemos em um país onde a cada 25 minutos um jovem negro, de 15 a 24 anos, morre de forma violenta.



A cada 25 minutos um jovem negro, de 15 a 24 anos, morre de forma violenta

O número é absurdo por si só, mas a cumplicidade dos governos petistas em relação a este genocídio é ainda mais grave. Em 2002, morriam 45,8% mais negros que brancos nesta faixa etária. Em 2010, a proporção já havia saltado para 139%. Praticamente no mesmo período (entre 2002 e 2008), enquanto o número de vítimas brancas caiu em 22,3%, entre negros o índice subiu em 20,2%.



R\$ 1.538



Homens brancos

R\$ 834



Homens negros

Para além da violência física, a cumplicidade dos governos petistas com a manutenção do abismo racial se revela particularmente nas condições de vida da população negra. Segundo o IPEA, em 2010, 63% dos negros e negras viviam abaixo da linha de pobreza, uma situação explicada pelo fato de que, ao optar por governar com a burguesia, os governos petistas mantiveram a essência do racismo: a combinação entre opressão racial e exploração capitalista.

Uma realidade que pode ser constatada com um único dado: em 2010, enquanto a média salarial dos brancos chegava a R\$ 1.538,00, a de um negro não passava de R\$ 834,00 e a de uma mulher negra era pouco maior que a metade disto.

Precisamos de um Quilombo de Raça e Classe

Essa combinação perversa repercute em todos os outros aspectos da vida da população negra. Ainda em 2010, o analfabetismo, por exemplo, entre brancos com mais de 15 anos era de 5,9%, entre negros chegou a 14,4%. Dados todos eles ainda mais graves se consideramos a situação das mulheres negras, ainda mais expostas à violência, à precarização e às piores condições de vida.

Uma situação que, com Dilma, só tende a piorar como ficou claro todo episódio em torno do deputado Marco Feliciano. É por todos esses motivos que o movimento negro deve retomar a luta independente e sem padrões contra a opressão e a exploração.

Os governos do PT e os LGBTs: 10 anos de jogo duplo

Desde que o movimento LGBT brasileiro surgiu, na década de 1980, o PT foi uma referência para esse movimento. Durante os anos 1980 e parte dos anos 1990, o PT era o único partido no país que dava espaço para a discussão acerca da homossexualidade e da homofobia. Era o partido no qual se organizava a maior parte das lideranças do movimento LGBT. Por isso, a eleição de Lula em 2002 gerou grandes expectativas no movimento.

Nesses últimos anos, a visibilidade LGBT aumentou consideravelmente, e foi conquistado o

reconhecimento da união estável e de uniões civis em diversos Estados. Esses avanços foram fruto das mobilizações, mas se deram pelo poder Judiciário, o que é resultado da inércia do Congresso Nacional e do governo federal.

É compreensível que os LGBTs, cujos direitos civis são negados e cujas vidas são brutalmente retiradas todos os dias, tenham sentido na eleição de Lula e na de Dilma a esperança das tão sonhadas conquistas. Mas agora já se passaram quase 14 anos de governo e precisamos fazer um balanço.



Governo Lula, o “Brasil sem homofobia” e a Conferência Nacional LGBT

Logo nos primeiros anos do governo Lula, foi criado o programa “Brasil sem homofobia”. Esse projeto, amplamente comemorado no movimento, nunca foi capaz de cumprir com seus objetivos, mas serviu muito bem para absorver lideranças do movimento para apoiar incondicionalmente o governo. Serviu também para propagandear o governo Lula internacionalmente, dando a ideia de que, no Brasil, a homofobia é combatida com políticas públicas. Mas pouco serviu para avançar nos direitos.

Em 2008, o governo convocou a I Conferência Nacional LGBT, que tinha por finalidade a formulação de políticas públicas para LGBTs. Foram diversos dias de discussão, começando pelas conferências municipais e estaduais. Foram discutidas políticas públicas em diversos campos, como educação, saúde, segurança pública, habitação, trabalho e emprego, assistência social. Da Conferência Nacional, saiu uma “carta de recomendação”. Das medidas propostas nessa carta, nenhuma política pública concreta saiu do papel.

Dilma, a “Carta ao Povo de Deus” e a inércia e o silêncio de um governo

O segundo turno das eleições de 2010 foi marcado pelo retrocesso nas bandeiras de combate às opressões por parte do PT. Diante de acusações da direita e de veículos de imprensa, Dilma não somente se posicionou contrária ao aborto, como publicou uma carta, intitulada “Carta ao Povo de Deus”, onde se comprometia a não colocar em discussão, durante o seu governo, questões que batessem de frente com setores evangélicos e católicos, como a legalização do aborto ou o casamento entre homossexuais. Essa carta gerou um descontentamento generalizado nos movimentos feminista e LGBT, chegando a atingir até mesmo figuras no PT no interior desses movimentos.

O kit “Escola sem Homofobia” (que seria a única medida da I Conferência a sair do papel), foi vetado antes do lançamento pela presidente Dilma diante de uma ameaça dos homofóbicos do Congresso em chamar o então ministro Palocci para depor em uma CPI caso o kit fosse lançado. Palocci caiu alguns dias depois, mas o veto ao kit foi mantido.

Esse descontentamento com o governo, somado a uma onda de violência homofóbica no País que segue até hoje, provocou, logo no início do governo Dilma, em 2011, diversos levantes, onde se exigia a criminalização da homofobia, através da imediata aprovação do PLC-122/06.

Diante da pressão do movimento, Dilma convocou a II Conferência LGBT. O clima da II Conferência foi bem diferente da primeira. Dilma não compareceu à conferência, já sabendo o que iria enfrentar: a II Conferência refletiu o sentimento de diversos setores do movimento LGBT com relação ao governo federal, e palavras de ordem contra o governo foram gritadas à exaustão. Assim como na primeira, a segunda con-

Jogo duplo em nome da “governabilidade”

Por um lado, o governo federal apresenta um discurso bonito e atraente, junto com propostas políticas, mas que não têm desdobramentos reais. Por outro, quando a bancada homofóbica pressiona, o governo recua para não perder sua base aliada no Congresso Nacional, porque ela garante sua governabilidade.

A maioria dos homofóbicos do Congresso é da base aliada. Dilma precisa desses setores para implantar suas medidas econômicas, e em nome da “governabilidade”, utiliza os oprimidos como moeda de troca. É por isso que o kit anti-homofobia foi vetado. É por isso que o PT tentou transformar o PLC-122 em letra morta. É por isso que Dilma indicou o conhecido pastor homofóbico Marcelo Crivella como ministro. É por isso que **Dilma nunca se pronunciou a favor dos LGBTs ou contra seu aliado Marco Feliciano.**

No atual cenário, Dilma precisa mais do que nunca desses aliados. O governo planeja duros ataques aos trabalhadores, como o ACE e a reforma da Previdência, e sabe que não conseguirá aprovar essas medidas sem ampla maioria no Congresso.

Para que seja possível um avanço nos direitos LGBTs, o movimento não pode cair no jogo duplo do governo, que só criou ilusões, prejudicou e desmoralizou o movimento nesses últimos 10 anos. É preciso romper com esse governo que nunca fez nada para combater a homofobia. É preciso romper com o PT e arrancar, nas ruas, os direitos do movimento LGBT!

Seria uma incoerência lutar contra o capitalismo sem lutar contra a opressão, que agudiza e intensifica a exploração. Deve-se combater a homofobia cotidianamente, em todos os espaços, combinando com a

ferência não surtiu em nenhuma medida concreta.

No início de 2013, o PT resolveu se retirar da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deixando o espaço livre para os setores mais reacionários ocuparem a comissão. A eleição do pastor Marco Feliciano (PSC/SP) para a presidência gerou profunda indignação nos movimentos sociais organizados e uma verdadeira onda de protestos em todo o país, com repercussão internacional.

O setor LGBT foi o principal alvo das atrocidades de Feliciano, e isso ficou claro com as declarações que ele e outros homofóbicos do Congresso têm dado sobre esse assunto.



luta contra a exploração capitalista. Isto é um princípio. E princípios não se negociam nem se trocam. “*Pra combater a homofobia, a luta é todo dia!*”

Para quem governou o PT?

Banqueiros e empresários em reunião com Dilma Rousseff, em maio de 2012



A corrente majoritária do partido reciclou a velha orientação de colaboração entre as classes e utiliza neoliberalismo para os trabalhadores e keynesianismo para os grandes empresários.

O programa do PT para as eleições de 1989 dizia: *“Dentro do sistema capitalista, estamos condenados a ser uma nação periférica e marginal, fornecedora de matérias-primas, de mão-de-obra barata, de mercado às multinacionais, de juros aos banqueiros internacionais. Em resumo: uma nação explorada.” (...)* *“Se não há saída no sistema capitalista para a classe trabalhadora, o socialismo é a alternativa histórica nesta etapa da evolução da humanidade. Só através do socialismo haverá condições de deter a sangria de recursos humanos e materiais, imposta ao Brasil pelos países ricos, devolvendo ao povo as riquezas geradas por seu trabalho. As mudanças precisam e podem começar já. Vamos mudar a cara do Brasil!”*

O PT modificou este programa com a “Carta ao povo brasileiro”, de 2002 onde afirmou que: *“A premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país.”*

No interior do PT, houve uma grande polêmica

na década de 1980, em função de dois projetos em disputa. Um deles era sintetizado pela proposta de um “Governo dos Trabalhadores sem patrões”, enquanto a corrente majoritária do PT, liderada por Lula, defendia um “Governo democrático e popular”, onde caberia um setor “progressista” da burguesia. Assim, a corrente majoritária reciclou a velha orientação de colaboração entre as classes.

A proposta majoritária chegou ao poder no Brasil. No governo central, o PT optou por governar junto com a burguesia nacional. Por tabela, terminou capitulando às multinacionais que controlam a economia brasileira e subordina a burguesia nacional, sócia menor do negócio.

Por isso, no governo, o PT concordou em seguir aplicando o neoliberalismo, de acordo com o imperialismo, que controla o mercado mundial. Como o neoliberalismo já estava “queimado” com a classe trabalhadora mundial (e por isso, foram derrubados

governos neoliberais em todo o mundo) essa orientação neoliberal do governo petista aparece com uma cara “desenvolvimentista”. O PT abandonou toda perspectiva socialista e se rendeu ao sistema capitalista mundial, que utiliza o neoliberalismo para os trabalhadores e o keynesianismo para os grandes empresários.

Esta é a explicação última da rendição do PT ao neoliberalismo e sua oscilação aparente entre uma orientação neoliberal e keynesiana. Foi uma opção do PT ao se comprometer com a manutenção do modelo capitalista brasileiro.

Pode-se inclusive afirmar que o PT no governo aperfeiçoou a dominação da burguesia e do capital internacional na economia e na política no Brasil.

A combinação das políticas sociais compensatórias com crescimento neoliberal foi uma formulação original do Banco Mundial e hoje é aplicado em boa parte da América Latina por governos de “direita” e de “esquerda”. Os governos petistas prosseguiram com o processo de privatizações, ainda que de forma encoberta e dissimulada.

Por tudo isso, a pequena quantia destinada a diminuir a pobreza no Brasil não pode esconder a verdadeira natureza do governo petista: ele governou para os grandes empresários, particularmente para o capital multinacional, que foi o maior ganhador no governo petista.

Foi aperfeiçoada a exploração e a precarização do emprego, com aumento dos lucros das grandes empresas e desnacionalização do parque produtivo,

aumentando cada vez mais a dependência do país de alguns produtos primários para exportação.

A classe trabalhadora, que estava mobilizada contra em FHC no final dos anos 2000, foi desmobilizada e engoliu o projeto petista de governar “para todos”, até a insatisfação acumulada de 10 anos explodir nas ruas em manifestações multitudinárias que se comparam com as manifestações pelas Diretas Já, na

década de 1980. O Dia Nacional de Luta e Paralisações em 11 de julho de 2013 foi muito forte e se equiparou às paralisações realizadas na década de 1980.

Pelos serviços prestados, a burguesia financiou regamente o PT e as campanhas eleitorais. Em 2010, na campanha de Dilma, de um total de R\$ 262 milhões “doados” à campanha de Dilma e ao Diretório Nacional

do PT, o setor do agronegócio, os bancos, a mineração e a construção civil juntos “doaram” mais de 80% dos recursos da campanha (gráfico abaixo). Os maiores doadores individuais foram a Vale (cerca de R\$ 18 milhões), a construtora Andrade Gutierrez (cerca de R\$ 15 milhões), o JBS Friboi e a Camargo Correa (R\$ 13 milhões cada) e o Bradesco (R\$ 12 milhões).

Está longe o dia em que o programa do PT dizia (em 1989): *“Nós não prometemos mudanças. Nós lutamos por elas há muito tempo e as reafirmamos em cada momento de nossa prática. Não é possível imaginar que se constituam governos renovadores a partir de campanhas conservadoras, baseadas em cabos eleitorais remunerados, financiamentos milionários, conchavos de bastidores e perfumaria populista.”*

Quem financiou a campanha presidencial do PT



Em 2010, mais de 80% das doações para a campanha de Dilma e ao Diretório Nacional do PT vieram de quatro setores da economia

Fonte: TSE: <http://www.tse.jus.br/>



“Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT”

Um programa dos trabalhadores em ruptura com o imperialismo para desenvolver o Brasil de forma soberana

O programa do PT de 1989 arrancava da defesa do não pagamento da dívida externa e a utilização do dinheiro para o desenvolvimento do Brasil:

“Não devemos e não podemos pagar essa dívida ilegítima, continuando a transferir para os países desenvolvidos parte significativa da riqueza que produzimos aqui. Em 1990, a suspensão dos pagamentos da dívida pode significar uma poupança de cerca de 15 bilhões de dólares que, somados aos cerca de 20 bilhões previstos para o saldo comercial, permitiriam a adoção de um programa interno de estabilização e retomada do crescimento.”

O programa de luta dos trabalhadores hoje deve arrancar do mesmo ponto que arrancava o programa do PT em 1989: a defesa do não pagamento da Dívida Pública Interna e Externa aos grandes bancos. Somente medidas de fundo podem recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico, interrompido pelas privatizações e desnacionalização da economia.

1 **Suspensão do pagamento da Dívida Pública aos grandes bancos, para investir em saúde e educação pública e garantir investimentos num plano de obras públicas (realizadas por um parque industrial estatal) que garantirá hospitais, escolas, creches, restaurantes e lavanderias públicas, moradias, saneamento e transporte público, baseado em metrô e trens.**

Não pagando a dívida aos banqueiros seria possível destinar 10% do PIB para a saúde pública. Conseguiríamos ter um serviço de medicina familiar atendendo 100% da população, hospitais públicos de qualidade sem filas e remédios gratuitos para a população.

Poderíamos ter salários decentes e melhores condições de trabalho para o funcionalismo da saúde.

Conseguiríamos destinar 10% do PIB para a educação pública já. Poderíamos ter creches para todas as crianças do país e um ensino básico público e de qualidade.

Seria possível acabar com o déficit de moradias, destinando 6% do PIB ao ano, por cinco anos, construindo seis milhões de moradias de qualidade²⁹ com custo estimado de R\$ 48 bilhões ao ano.

²⁹ Valor unitário por moradia de R\$ 80 mil

Seria possível investir 2% do PIB para garantir metrô e trens estatais nas 37 maiores cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, triplicando a linha metroferroviária no país. Com isso, evitaríamos o desperdício de tempo com o trânsito e a morte de 40 mil pessoas por ano, em acidentes de carro e permitiria a estatização dos transportes públicos e Tarifa Zero para tod@s.

Com um Plano de Obras Públicas desta enver-

gadura, poderia se empregar todos os 10 milhões de desempregados do país e garantir empregos de qualidade para os 30 milhões de trabalhadores que têm empregos precarizados.

Com uma só medida, o não pagamento das dívidas aos banqueiros, poderíamos mudar a situação social do país, tendo saúde, educação, transporte público e de qualidade, acabando com o desemprego e a falta de moradias populares.

2

Por uma segunda independência do país! Romper com o imperialismo e estatizar as multinacionais!

Estamos atados ao domínio do imperialismo por três vias, que estão prejudicando o Brasil: a) as multinacionais estão asfixiando a economia brasileira ao privilegiar a remessa de lucros para suas matrizes; b) a vinda de capital especulativo, sem nenhum controle, termina por sugar a riqueza produtiva do país, obrigando a manter os juros altos como condição para vir ao Brasil e c) o salto das importações das multinacionais a partir da crise de 2008, que está levando a quebra da indústria brasileira e ao déficit das contas do país.

Se o governo petista não estivesse preso às transnacionais, imporá uma taxa pesada ao capital estrangeiro especulativo que está parasitando a economia brasileira. Cobraria um imposto progressivo sobre os lucros das multinacionais instaladas no Brasil e imporá a proibição da remessa de lucros e obrigação de reinvestir 100% dos lucros no país por 10 anos, dentro de um plano nacional de obras públicas. Garantiria uma forte taxa sobre as importações

de produtos que são fabricados no Brasil, como forma de proteger a indústria nacional.

Caso as multinacionais recusem estas medidas, o governo deveria proceder com a nacionalização e estatização das transnacionais instaladas no país, reconstruindo um polo industrial, estatal, articulado entre mineração, siderurgia, metalurgia, máquinas, telefonia, energia, infraestrutura, construção pesada e agronegócio, para ordenar a economia do país na construção de casas, escolas, hospitais, saneamento, transportes públicos metroferroviários e alimentação para a população trabalhadora.

Não existe maneira de superar a dominação imperialista sem acabar com seu controle direto da economia, estatizando e colocando sob controle dos trabalhadores as multinacionais aqui instaladas. Só assim poderemos reinvestir os enormes lucros conseguidos por essas empresas aqui. Só assim os centros de decisão da economia brasileira estarão aqui e não nas matrizes dessas empresas.

3

Estatização do Sistema Financeiro, sob controle dos trabalhadores! Por um banco estatal único, controlado pelos sindicatos e pela população trabalhadora.

Na sociedade capitalista e imperialista atual, quem domina os bancos domina também a economia e o País. Os bancos controlam as finanças, o comércio e a indústria. Falar em controlar a economia e deixá-la nas mãos de bancos privados é piada. Falar em controlar a inflação, enquanto os bancos especulam com milhões e geram inflação dos preços de commodities...

Quem não se recorda que os grandes bancos levaram o planeta à crise econômica mundial que estamos atravessando? Eles criam inflação, desemprego e crise. E a classe trabalhadora mundial é que paga a conta. Deixar a economia mundial e do Brasil nas mãos dos banqueiros é jogar o País e o mundo em novas crises e, assim, vão nos empurrar em um precipício para salvar

²⁹ Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT

um punhado de banqueiros trilionários. Eles parasitam todo o planeta, sugando a riqueza gerada pela humanidade para um grupo de famílias superpoderosas, como Rothschild, Rockefeller ou Moreira Salles.

O Sistema Financeiro de um País tem papel demasiado importante para ficar sob controle de um punhado de especuladores. Toda a riqueza e a contabilidade da nação passam pelos bancos. E a riqueza do País é direcionada segundo interesses de agiotas modernos.

O crescimento no Brasil só não é próximo do chinês porque os bancos estão parasitando nossa economia e desviando para seus cofres recursos que deveriam ser usados na produção de riquezas para o nosso país e a população pobre, gerando renda e emprego.

A única saída para acabar pela raiz com este problema que afundará o Brasil é NACIONALIZANDO E ESTATIZANDO TODO O SISTEMA FINANCEIRO. Isto permitiria formar um Banco Estatal Único, que reuniria toda a riqueza da Nação, direcionando-a para a produção de alimentos, matérias-primas e produtos necessários para a população trabalhadora a preços baixos. Permitiria, também, crédito fácil e barato para os trabalhadores. Esta estatização deve ser realizada

SEM INDENIZAÇÃO, pois essas riquíssimas famílias já estão parasitando nossas riquezas há muito tempo.

A nacionalização dos bancos não ofenderá ninguém, não confiscará a poupança dos pequenos investidores e poupadores. Quem tiver mil reais guardados nos bancos ou investidos manterão seus mesmos mil reais. Se tiver um milhão, igualmente.

Só se confiscará a propriedade dos bancos privados (quatro grandes bancos privados - Itaú, Bradesco, Santander e HSBC - sendo dois estrangeiros), cujos ativos alcançam a soma de R\$ 1,8 trilhão ou 41% do PIB brasileiro.

Não se tocaria em nenhuma conta corrente ou valor guardado pelos correntistas e pequenos investidores. Tocar-se-ia somente na propriedade dos grandes bancos que nos últimos 30 anos levaram R\$ 3 trilhões na forma de lucros, grande aspirador de dinheiro que faltou para o desenvolvimento do país, para educação, saúde, segurança, para melhorar os serviços públicos, para aumentar os salários.

É preciso estatizar todo o sistema financeiro para garantir que os investimentos sejam destinados às reais necessidades do povo brasileiro.

4

Reforma agrária já! Estatização do agronegócio, sob controle dos assalariados rurais e urbanos! Redução do preço dos alimentos!

O balanço dos últimos 20 anos de luta pela Reforma Agrária demonstrou que só rompendo com o sistema capitalista conseguiremos mudar o modelo do agronegócio. Nenhum governo ou empresário promoverá esta mudança radical no campo. A Reforma Agrária e o fim da fome no País só são possíveis como resultado da luta que unifique assalariados rurais, pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos.

O balanço dos últimos 10 anos demonstrou que não conseguiremos romper com o agronegócio sem romper com o governo de Frente Popular, que consolidou, financiou e protegeu o novo modelo agroindustrial no País em oposição à Reforma Agrária.

Por isso, exigimos do governo petista:

- Que rompa sua união com os usineiros e obrigue o agronegócio a respeitar o operário agrícola, o camponês pobre, a natureza e a soberania nacional;
- Que não financie nenhum centavo a mais para o agronegócio multinacional; Que acabe com as isenções e desonerações ao agronegócio.
- Que o respeito aos direitos dos trabalhadores/

pequenos produtores (contrato nacional dos trabalhadores, sem gatas, fichando os trabalhadores, piso nacional, jornada de 40 horas, condições de segurança, atendimento saúde, cuidado com o migrante, que não deprede a natureza e que trabalhe em parceria com a pequena produção camponesa) sejam condições para qualquer financiamento a empresas rurais por parte do Estado e bancos públicos.

- Que baixe o preço dos produtos agropecuários, muito caros porque são determinados pelo mercado mundial e pela fome de lucro das grandes empresas.
- Fim da criminalização da luta pela terra e da impunidade aos assassinos de trabalhadores rurais. Prisão de jagunços e mandantes, que devem também ter as propriedades confiscadas para reforma agrária.
- Que estatize todas as empresas do agronegócio em regime falimentar, sob controle dos trabalhadores e das organizações sociais do campo, sem indenização, e incorpore-as, junto com suas terras, a um Plano de Reforma Agrária, para produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, para a população.

Por um plano estratégico de Reforma Agrária para o campo brasileiro, com as seguintes bases:

A. Nacionalização e estatização das grandes empresas do agronegócio, sob controle dos trabalhadores, incluindo as grandes redes de supermercados, eliminando os atravessadores, estatizando a comercialização pelos governos federal, estadual e municipal. A agroindústria estatal será parte importante de um plano geral de Reforma Agrária, que assentará cerca de 6 milhões de famílias, além de garantir um plano de soberania alimentar do povo brasileiro.

B. A garantia de um plano nacional de produção de alimentos para acabar com a fome, diversificado, sem veneno, a preço de custo, produzido em comunhão entre grandes agroindústrias estatais, resultado da estatização do agronegócio, funcionando sob controle dos operários agrícolas e a pequena produção camponesa, organiza-

da em cooperativas. Começaremos resgatando o saber do campo e a experiência secular do nosso povo;

C. A nacionalização da terra, onde todo o solo do País passa para o Estado, sendo de todos e de ninguém. A terra, assim como a água, o ar, o mar, não deve ser propriedade de ninguém, para que todos possam usufruir. Terra produtiva é a que oferece educação, saúde, trabalho e soberania. A nacionalização do agronegócio já colocará nas mãos do Estado 260 milhões de hectares, que se juntarão à metade das terras do país que já é do Estado. A terra mudará de mãos: do latifundiário e do agronegócio que detêm 80% das terras, para o Estado, única forma de cumprir a função social.

D. Como parte de um plano de Reforma Agrária, será entregue a terra em usufruto a pequenos camponeses que queiram trabalhar na

terra, com as seguintes condições:

- A terra não pode ser alienada nem arrendada, nem passada de herança, pois será um bem público.
- As definições das formas do usufruto da terra, como o tamanho dos lotes, serão decididas por congressos de operários agrícolas e camponeses pobres locais, e suas organizações.
- Os pequenos produtores organizados em cooperativas e as organizações locais decidirão tudo em assembleias dentro de um planejamento nacional de produção agropecuária, tratando de evitar a produção patronal, ainda que de pequeno porte.
- Como parte do plano geral de garantir a soberania alimentar do povo brasileiro, só se exportará alimentos após suprir as necessidades internas. O excedente será vendido a preço de custo para países pobres.



5

Parar com as privatizações petistas! Reestatização das empresas privatizadas pelo PSDB começando pela Vale, Embraer e CSN! Petrobrás 100% estatal! Fim dos leilões!

As privatizações feitas pelos governos do PSDB foram verdadeiros assaltos ao patrimônio público. O PT não só manteve essas privatizações como estendeu as privatizações para as rodovias, aeroportos, ferrovias e estádios de futebol.

A reestatização dessas empresas, sob controle dos trabalhadores, traria muitas vantagens para o país.

Em primeiro lugar, essas empresas deixariam de estar controladas por fundos de investimentos estrangeiros.

Em segundo lugar, poderíamos utilizar seus

grandes lucros em planos de investimentos de acordo aos interesses dos trabalhadores e do povo pobre. Poderíamos ter energia elétrica e telefones muito mais baratos que os preços abusivos de hoje.

A reversão da privatização da Petrobrás permitiria que a autossuficiência na produção de petróleo, com construção de refinarias estatais, permitisse uma redução no preço da gasolina a R\$ 1 por litro, com reflexos imediatos na economia popular.

O fim das privatizações nas rodovias significaria acabar com o roubo escandaloso dos pedágios atuais.

6

Chega de regalias para os grandes empresários! Fim dos benefícios fiscais.

Imposto progressivo sobre as grandes fortunas!

Para garantir o financiamento de ações sociais estruturantes, necessitamos de fontes de financiamento. Para isso, retiraremos do muito que ganharam e ganham os ricos para melhorar a vida dos trabalhadores:

a. **Fim dos benefícios e isenções fiscais:** arrecadar por volta de R\$ 137 bilhões com o fim dos benefícios e isenções fiscais que o governo realiza com os grandes empresários. Este valor corresponde aos incentivos e isenções fiscais do governo Dilma em 2011 e representa 3,5% do PIB, segundo o IPEA.³⁰

O governo Dilma gastará R\$ 91 bilhões com desonerações da folha de pagamento e renúncias fiscais em 2013.

b. Regulamentar um **imposto sobre as grandes fortunas** brasileiras, atingindo 5 mil famílias com patrimônio total em torno de R\$ 700 bilhões. Um imposto de 5%, que nem seria sentido por estas famílias de milionários, geraria mais R\$ 35 bilhões ao ano para gastos públicos.

³⁰ Informações do IPEA, em matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, com dados da Receita Federal, em 19 de outubro de 2011.

7

Acabar com a pobreza, desemprego, com os baixos salários, a precarização e a terceirização da mão de obra



É possível acabar realmente com a pobreza no País, mas para isso é preciso atacar os lucros das grandes empresas, começando pelos bancos. Propomos duas medidas, de enorme impacto social e econômico:

a) **Plano de Obras Públicas** para construir casas, hospitais, escolas, creches, saneamento, transporte público, estradas, eletrificação, etc. que absorva todos

os dez milhões de desempregados, pagando o salário mínimo do DIEESE (R\$ 2.824 em fevereiro de 2013), a um custo de R\$ 338 bilhões anuais. Isso é muito mais efetivo que qualquer programa do tipo Bolsa Família, porque emprega as pessoas.

b) A segunda medida é a **elevação do salário mínimo para o nível indicado pelo DIEESE** para todos os empregados, afetando os lucros das grandes empresas. Os salários hoje correspondem a menos de 10% do faturamento das grandes empresas. Isso seria possível, reduzindo os lucros da patronal.

8

Anulação da reforma da Previdência! Enterrar o projeto dos Acordos Coletivos Especiais!

É preciso acabar com os ataques aos direitos dos trabalhadores. Defendemos a anulação da reforma da Previdência imposta no Congresso Nacional com a compra de votos dos parlamentares, com o mensalão.

E o fim do Fator previdenciário e do fator 85/95,

“novo” projeto previdenciário cujo objetivo é atacar ainda mais os direitos dos aposentados.

O projeto de “Acordo Coletivo Especial” deve ser repudiado pelo governo e pelo Congresso, para que deixe de existir essa ameaça a direitos trabalhistas básicos, como as férias e o décimo-terceiro salário.



Marcha contra o Acordo Coletivo Especial, em 24 de abril de 2013, em Brasília

9

Em defesa das liberdades, contra a “democracia” dos ricos! Prisão para os corruptos e corruptores! Fora Feliciano e Renan!

A democracia dos ricos é corrupta. Por isso o PT mudou e se transformou em um partido semelhante a todos os outros. A presença de Renan Calheiros na presidência do Senado e Marcos Feliciano na Comissão de Direitos Humanos é uma demonstração de mais de que esse regime serve aos ricos e poderosos.

Para os trabalhadores, não existe democracia real. Os que se mobilizam sofrem processos, com a criminalização do movimento social. A Justiça beneficia os banqueiros e os grandes empresários.

- Contra a criminalização do movimento social!
- Liberdade de organização nas empresas!
Delegado Sindical e Comissão de Empresa!

- Fim do Senado! Por uma Câmara Única, que unifique o Senado e a Câmara dos Deputados!

- Políticos e altos cargos do governo devem ganhar salário médio de um trabalhador especializado, cargo público não deve ser meio de enriquecimento.

- Os mandatos políticos e parlamentares devem ser revogáveis a qualquer momento, caso mintam para a população e não cumpram suas promessas de campanha.

- Prisão e expropriação dos bens de corruptos e corruptores!

- Fora Renans e Felicianos!

- Rotatividade nos cargos dirigentes do País.

10 Contra toda a opressão a mulheres, negros e homossexuais!

A opressão afeta, cotidianamente, a vida de milhões de pessoas, devido ao fato de serem mulheres, negros(as), ou homossexuais. Os governos do PT, apesar dos discursos, não mudaram a realidade da opressão. A violência contra a mulher continua crescendo, apesar da Lei Maria da Penha. O racismo, camuflado ou não, continua presente e a violência homofóbica permanece impune.

- Salário igual, trabalho igual!
- Cheques 100% gratuitas e com tempo integral para os filhos das mulheres trabalhadoras.
- Não ao massacre da juventude negra dos bairros pobres, realizado pela polícia!
- Pela criminalização da homofobia!

12 Nenhuma ilusão no governo Dilma! Por um governo socialista dos trabalhadores.

Tanto Dilma quanto o PSDB oferecem uma saída através da falsa “democracia” parlamentar, dos ricos. Precisamos de uma democracia efetiva, onde a população decida diretamente as principais questões do país. As manifestações de junho pressionaram os governantes: o prefeito de Jaboatão dos Guararapes, próximo de Recife, propôs colocar em toda cidade urnas para ouvir a opinião da população e sugeriu uma “Plenária da cidade” com a participação do povo em um estádio.

Evidentemente, o prefeito não levará adiante a proposta, porém se demonstra que é possível a construção de um poder popular (Conselho Popular) a partir dos bairros, com eleição direta dos delegados, numa proporção de 1 delegado para cada mil moradores, revogáveis a qualquer momento e que se

11 Retirada imediata das tropas do Haiti! Todo apoio às lutas dos trabalhadores em todo o mundo! Abaixo a ditadura de Assad na Síria!

O Haiti precisa de médicos e de comida, não de ocupação militar! Não é livre um povo que oprime outro povo.

- O governo Dilma deve retirar imediatamente as tropas brasileiras do Haiti!
- Todo apoio às mobilizações dos trabalhadores europeus contra os planos de austeridade!
- Viva a resistência do heróico povo sírio contra a ditadura assassina de Assad!
- Fim do Tratado de Livre Comércio com Israel!

reúnam para deliberar sobre todo o orçamento dos governos.

Este seria um governo dos trabalhadores, praticando a democracia direta da maioria.

Só a ruptura com o sistema capitalista pode garantir melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Não teremos boa saúde, educação de qualidade, emprego, salário ou soberania sob o capitalismo. Não teremos uma verdadeira independência frente aos países ricos e tampouco teremos uma verdadeira democracia.

Só a classe trabalhadora pode salvar o mundo da barbárie capitalista, das guerras e das crises, através do socialismo.

Só a classe trabalhadora pode garantir terra, trabalho e soberania!



PT: DEZ ANOS NO PODER

Nando Poeta

Um dia sonhamos juntos
De termos um instrumento
Que libertasse o povo
Do jugo do sofrimento
Brotou o PT das lutas
Fruto de muitas disputas
Prometendo ser alento.

Dizendo que todo o mundo
Teria três refeições
Assegurada ao dia,
Que a fome de milhões
Do solo erradicaria
Num tempo de alegria
Para nossas multidões.

Assim se justificou
A sua coligação
De sair em uma chapa
Aliado a um patrão
Nisso rasgou o programa
E jogou todo na lama
Em prol da sua eleição.

Sendo a mola propulsora
Na repartição da renda
Dando o pleno emprego
Sem pôr o país à venda
Combatendo a pobreza
Levando comida à mesa
É parte de sua agenda.

O IDH* mostrou
A posição do Brasil
Na rabeirinha da fila
É hoje esse seu perfil
Renda, saúde e escola
Perdeu o freio de mola
Passando por um funil.

Movimento social
Ao poder foi atrelado.
Transformaram-se em parede
Pra defender o Estado
Sindicatos governantes
Oprimem seus semelhantes
Pois estão do outro lado.

No Brasil a opressão
De uma árdua ditadura
Banhava as ruas de sangue
Com a prática da tortura
Impondo a ferro e fogo
Um discurso demagogo
E uma nojenta estrutura.

Que um emprego teria
Com um salário decente
Um teto para morar
Esse cobertor urgente
Ninguém abriria mão
Pois é dever da nação
Dar casa pra sua gente.

Instalado no poder
O PT agora faz
Muita coisa que se nega
O que se pensava atrás
No jogo da aliança
O povo põe na balança
Perguntando se há paz?

É verdade que o bolo
Teve o seu crescimento
Só que quando foi partir
Alguém levou mais alento
O rico sempre mais rico
O povo só com um tico
Sem ter esse grande aumento.

Um por cento do Brasil
Vive a maior mordomia
São os primeiros da fila
No mundo da burguesia
E a força precarizada
Com sua longa jornada
Vivendo forte agonia.

São dez anos de governo
Dessa Frente Popular
Prometeu mudar o mundo
Mas esqueceu de mudar.
Faltou política mais séria
Para matar a miséria
Que não para de matar.

Ganhou rua o movimento
Exigiu-se democracia
Greves germinaram lutas
Contra toda tirania
No abaixo a ditadura
Sem medo de cara dura
Trilhou o fim da agonia.

E a nossa educação
Seria prioridade
Professor remunerado
Com salário de verdade
Uma escola equipada
Sem a sala abarrotada,
Na busca da qualidade.

O Lula no seu governo
Já no primeiro mandato
Pegou logo a Previdência
Depois a jogou no mato
Ficando o servidor
De FHC sofredor
De novo no desacato.

Divulgaram aos quatro cantos
Que crescia a classe média
Que todo o mundo comprava
Isso não era comédia
Só que o endividamento
Deixou gente no tormento
Caindo em pura tragédia.

Um operário, um pobre,
Um migrante nordestino.
Sonhar com algo melhor
Mais ousado e genuíno
Adormeceu na lembrança
De fazer uma mudança
Mas não mudou o destino.

O povo ainda tem crença
Dando popularidade
Acredita que um dia
Reinará a igualdade
Quando acordar desse sonho
Terá um susto medonho
Com a tal desigualdade.

O PT surgiu das lutas
E na primeira eleição
No ano de oitenta e dois
Fez a grande agitação
Dizendo: Vote no três
Que o resto é só burguês
Dê o fim à enganação.

A saúde pública iria
Sair do coma profundo
Com a injeção de verbas
Garantia a todo o mundo
Excelência em hospital
Seria coisa normal
Para todo moribundo.

Também caiu num escândalo
Chamado de mensalão
O qual manchou o governo
Dentro da corrupção
De compra de deputado
Para votar ao seu lado
Comendo na sua mão.

Em nosso país real,
Produz-se muita riqueza.
Só que tudo se acumula
Na mão da classe burguesa.
Brasil dos trabalhadores
Verdadeiros produtores
Leva a vida de dureza.

Milhares acreditaram
Que a nossa realidade
Seria já transformada
Geraria felicidade
Um Brasil novo surgia
E o povo governaria
Do campo até a cidade.

A luta norteará
Apontará uma saída
Desmanchará confusões
Dará uma nova partida
Erguerá uma bandeira
Levantada a vida inteira
Sempre em defesa da vida.

O Lula nos seus discursos
Era muito taxativo
Dizia que a dívida externa
Deixava o país cativo
E que o PT no poder
Logo iria suspender
Esse roubo abusivo.

E no discurso petista
O combate à roubalheira
Era o seu carro-chefe
Pra pôr fim na bandalheira
Que a ética e a moral
Seriam o ponto central
Da nação alvissareira.

Agora nos seus dez anos
O PT pra quem brilhou?
Responda-me quem trabalha?
Quem nesse país ganhou?
Foi empresário, banqueiro
Quem mais levou o dinheiro
Do seu suor que gastou.

A tal privatização
Com Lula continuou
Jorrou leilões de petróleo
O BEM ele entregou
Rodovias, trilhos tortos
Dilma com aeroportos
Nessa farra mergulhou.

De braços dado com ricos
O Lula fez sua escolha
Com capital financeiro
Fez crescer enorme bolha
Ao pobre: a bolsa família
Ao rico: assento em Brasília
Com toda grana da folha.

Falando que a Reforma
Agrária neste país
Numa simples canetada
Transformaria na raiz
A vida do camponês
Retirando a do burguês
Deixá-lo-ia feliz.

Montado nessas promessas
O PT chega ao poder
Depois de quatro eleições
Vimos o Lula vencer
Com empresário de vice
Não faria mais burrice
De novamente perder.

Esse governo petista
Diz ter o maior prazer
De ser a sexta potência
Na escala do poder
Sendo um líder do mundo
Num crescimento profundo
A frente ele vai vencer.

Dentro da universidade
A situação precária
Pra tubarão do ensino
Jorrou verba imaginária
Deu grana para as privadas
REUNI conto de fadas
Em nossa vida diária.

Falou Lula nunca antes
Na história deste país
O banqueiro, o empresário
Ganhou tanto e foi feliz.
Na crise lhe deu ajuda
Mas o povo ainda muda
Para ser o seu juiz.



ILAESE

Instituto Latino-
americano de Estudos
Socioeconômicos

